

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH
Departamento de Ciência Política – DCP
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

**#BHNASRUAS: UMA ANÁLISE DO CONFRONTO POLÍTICO
CONTEMPORÂNEO A PARTIR DE PÁGINAS DO
FACEBOOK**

Maria Alice Silveira Ferreira

Belo Horizonte
2015

Maria Alice Silveira Ferreira

**#BHNASRUAS: UMA ANÁLISE DO CONFRONTO POLÍTICO
CONTEMPORÂNEO A PARTIR DE PÁGINAS DO
FACEBOOK**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Linha de pesquisa: Participação, Movimentos Sociais e República.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Abílio Gomes Pereira

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
2015



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Departamento de Ciência Política – DCP

Dissertação intitulada “#BHNASRUAS: uma análise do confronto político contemporâneo a partir de páginas do Facebook”, de autoria da mestrandia Maria Alice Silveira Ferreira, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Marcus Abílio Gomes Pereira – UFMG (Orientador)

Prof. Dr. Sérgio Amadeu da Silveira – UFABC

Prof. Dr. Ricardo Fabrino de Mendonça – UFMG

Belo Horizonte, 07 de agosto de 2015.

Para minha família e para o Maurício, por sempre acreditarem em mim.

AGRADECIMENTOS

Dois anos e meio se passaram e chegamos ao fim de um ciclo. Período intenso, marcado por muito esforço e aprendizado. Hoje, fechando esse ciclo, concluo que só tenho a agradecer.

Agradeço, primeiramente, a Deus pela vida e por ter colocado nela pessoas tão especiais.

Aos meus pais, Elpídio e Heloisa, agradeço o amor incondicional que, mesmo distante, é possível sentir diariamente. Agradeço a vocês a educação e formação humana, valores que aprendi desde cedo e que me guiam até hoje em todas as minhas escolhas. Aos meus irmãos, Papaty e Pedro, agradeço o carinho, as risadas e o companheirismo. À Tia Lourdes, agradeço o amor e aconchego de “vó” sempre presente.

Ao Maurício, meu amor, companheiro e amigo, obrigada pela convivência diária, por me instigar e acreditar em mim em todos os momentos. Amo você! À família Medeiros, agradeço a acolhida e o cuidado que sempre tiveram comigo.

Agradeço ao querido professor Marcus Abílio por aceitar me orientar neste trabalho. Seu apoio, dedicação, bom humor e direcionamentos (quando muitas vezes estava perdida!) foram fundamentais para a construção desta pesquisa.

Aos professores Ricardo Fabrino e Sérgio Amadeu, agradeço a oportunidade de poder compartilhar esta pesquisa. Obrigada por aceitarem o convite para participar da banca e trazer importantes contribuições para meu trabalho.

Ao Departamento de Ciência Política, agradeço a formação acadêmica que me foi propiciada. Em especial, agradeço ao Alessandro pela gentileza e boa vontade em atender e ajudar a todos. À CAPES, agradeço o auxílio financeiro que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço também a toda a equipe do Projeto Democracia Participativa (PRODEP), em especial ao professor Leonardo Avritzer, com quem tive a oportunidade de trabalhar e aprender (muito!) nesses dois anos.

Ao grupo Democracia Digital, obrigada pelas importantes discussões sobre internet e política feitas durante nossas reuniões. Debates que foram fundamentais para meu amadurecimento teórico e desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos colegas do DCP que tive o prazer de conhecer. Às queridas “internéticas” Iara, Helga e Márcia, obrigada pela parceria e companheirismo. Aos colegas da

turma de mestrado de 2013 e que se tornaram grandes amigos: Ju, Jéssica, Dé, Thales, Pedrinho, Thai e Leo. Obrigada pela convivência!

À minha querida turma das Ciências Sociais de Montes Claros, agradeço a amizade, ainda a distância, ao longo desses 10 anos. O apoio e conselho de vocês foram fundamentais na reta final deste trabalho. Em especial, agradeço ao Geélison, que me apresentou ao DCP e me deu todo o apoio necessário para que eu investisse no Mestrado.

Agradeço, ainda, às amigadas que fiz em Belo Horizonte. Pessoas que me acolheram e me trouxeram para dentro de suas vidas: Ju, Helen e Dé, obrigada pelo carinho, força e amizade.

Aos meus dois companheiros de quatro patas, Bolinha (companheiro canino) e Nelson (companheiro felino), agradeço por fazerem das minhas intensas horas de estudo menos solitárias.

Por fim, agradeço à vida e às escolhas que até aqui pude fazer.

Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar.

E eu não vou me resignar nunca.

Darcy Ribeiro

RESUMO

Os recentes protestos em todo o mundo têm chamado a atenção de pesquisadores e da opinião pública sobre as ações de confronto político contemporâneo e a relação que as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm nesse processo. Esta dissertação tem como objetivo analisar as ações contenciosas da atualidade associadas ao uso da internet e, principalmente, das redes sociais on-line. Para subsidiar a pesquisa, apresenta-se uma revisão sobre a Teoria do Processo Político e suas vertentes, principalmente a abordagem do Confronto Político. Também é feita uma discussão sobre a internet e as recentes ações de confronto mediadas por computador. Neste trabalho, utilizamos o conceito de ação conectiva, desenvolvido por Bennett e Segerberg (2013). Ao final, é feita uma análise de conteúdo das postagens de três páginas do Facebook durante os protestos de junho de 2013 na cidade de Belo Horizonte. As páginas escolhidas foram: Assembleia Popular Horizontal (APH); BH nas Ruas e Vem pra Rua BH. Procurou-se identificar nos conteúdos das páginas três importantes elementos para as ações conectivas de confronto: organização, mobilização e quadros de ação pessoal. Por meio da pesquisa, foram encontrados fortes elementos de mobilização nas páginas APH e Vem pra Rua BH. Os aspectos de organização foram identificados principalmente nas páginas BH nas Ruas e APH. Os quadros de ação pessoal, por sua vez, foram mais encontrados nas páginas Vem pra Rua BH.

Palavras-chave: Confronto político. Internet. Protestos de junho. Ação conectiva. Facebook.

ABSTRACT

The recent protests all over the world has been target of attention of researchers and public opinion about the contemporary political contentious actions and the relationship of information and communication technologies (ICTs) in this process. This dissertation aims to analyse the contentious actions nowadays associated with the use of internet and social media networks. In this research, was made a literature review about the Political Process Theory and the Contentious Politics approach. There was also a discussion about the internet and the recent actions mediated by computer. In this research we use the concept of connective action (BENNETT & SEGERBERG, 2013). Finally, it was made a content analysis of posts three Facebook pages during the protests of June 2013 in city of Belo Horizonte: Assembleia Popular Horizontal; BH nas Ruas and Vem pra Rua BH. We seek to identify in this pages three important elements to connective actions of confrontation: organization, mobilization and personal action frames. In this research, we found strong elements of mobilization in APH and Vem pra Rua BH pages. We identify organizational aspects mainly in BH nas Ruas and APH pages. Personal action frames were mostly found in Vem pra rua BH page.

Keywords: Contentious Politics. Internet. Protests of June. Connective action. Facebook.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Guia do manifestante	121
FIGURA 2 – Apresentação dos grupos temáticos 1	122
FIGURA 3 – Imagem do vídeo publicado na página da APH	123
FIGURA 4 – Foto de capa da APH	124
FIGURA 4 – Convite para Assembleia Popular Horizontal	127
FIGURA 5 – Cartaz pedindo ajuda para ocupação	127
FIGURA 6 – Link para evento no Facebook	128
FIGURA 7 – Coração pintado na porta da Câmara Municipal	130
FIGURA 8 – Convite para oficina de cartazes e faixas	130
FIGURA 9 – Link da notícia publicada no site Bloomberg	131
FIGURA 10 – Post sobre a página BH nas Ruas	131
FIGURA 11 – Logomarca BH nas Ruas	135
FIGURA 12 – Imagem divulgada na página BH nas Ruas	137
FIGURA 13 – Imagem publicada na página BH nas Ruas	138
FIGURA 14 – Imagem da manifestação em Belo Horizonte	140
FIGURA 15 – Tutorial de como filmar a revolução	141
FIGURA 16 – Link para POSTV	141
FIGURA 17 – Cartaz pedindo que moradores liberassem a rede Wi-Fi para ajudar os manifestantes	143
FIGURA 18 – Manifestantes na Praça Sete de Setembro	142
FIGURA 19 – Manifestantes na Câmara Municipal de Belo Horizonte	145
FIGURA 20 – Link do vídeo dos manifestantes sobre o viaduto	146
FIGURA 22 – Pessoas acenam em sinal de apoio aos manifestantes	148
FIGURA 23 – Relógio da Copa depredado	149
FIGURA 24 – Oficina de cartazes	147
FIGURA 21 – Imagem mostra a rejeição à Rede Globo.....	151
FIGURA 26 – Imagem pedindo paz nas manifestações	155
FIGURA 27 – Reivindicações feita pelo Anonymous Brasil à Presidenta Dilma	155
FIGURA 28 – Cartaz convidando para a greve geral	158
FIGURA 29 – Manifestação em Belo Horizonte.....	159

FIGURA 30 – Link do vídeo "Vem pra Rua"	160
FIGURA 31– “Vem pra rua!” – chamada para participar dos protestos	162
FIGURA 32 – Reivindicações dos protestos e bandeira do Brasil ao fundo.....	162
FIGURA 33 – Meme identificado na página	163
GRÁFICO 1 – Categorias analisadas – APH	116
GRÁFICO 2 – Categorias analisadas – BH nas Ruas	134
GRÁFICO 3 – Categorias analisadas – Vem pra Rua BH	153
GRÁFICO 4 – Visão geral das categorias	165
GRÁFICO 5 – Tipo de postagens	166

LISTA DE TABELAS

1 – Tipo de postagens – APH	115
2 – Hashtags APH	115
3 – Tipo de postagens – BH nas Ruas	132
4 – Hashtags BH nas Ruas	133
4 – Tipo de postagens – Vem pra Rua BH	152
5 – Hashtags – Vem pra Rua BH	152
6 – Atividades das páginas	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APH –	Assembleia Popular Horizontal
BH –	Belo Horizonte
CMI –	Centro de Mídia Independente
COPAC-BH –	Comitê Popular dos Atingidos pela Copa de Belo Horizonte
CP –	Confronto Político
FIFA –	<i>Fédération Internationale de Football Association</i> (Federação Internacional de Futebol)
MPL –	Movimento Passe Livre
MTST –	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
OMC –	Organização Mundial do Comércio
SDS –	<i>Students for Democratic Society</i> (Estudantes para uma Sociedade Democrática)
TICs –	Tecnologias de Informação e Comunicação
TMR –	Teoria de Mobilização de recursos
TNMS –	Teoria dos novos movimentos sociais
TPP –	Teoria do Processo Político
UFMG –	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	REFERENCIAL TEÓRICO: DA TEORIA DO PROCESSO POLÍTICO AO CONFRONTO POLÍTICO	21
2.1	A Teoria do Processo Político	22
2.1.1	<i>Oportunidades e restrições políticas.....</i>	25
2.1.1.1	Problematizando o conceito	27
2.1.2	<i>A abordagem construcionista e os quadros interpretativos.....</i>	35
2.2	Confronto político: uma agenda de pesquisa	41
2.2.1	<i>A ação coletiva contenciosa</i>	43
2.2.2	<i>Repertórios de ação e as performances públicas.....</i>	46
2.2.2.1	Identificando repertórios de ação	51
2.2.2.2	As demonstrações de rua	53
2.2.3	<i>Eventos, episódios e ciclos de confronto</i>	55
2.2.3.1	Ciclos de confronto.....	56
3.	O CONFRONTO POLÍTICO E A INTERNET.....	59
3.1	Os estudos sobre internet e política	59
3.2	A Web 2.0 e as inovações comunicativas	63
3.2.1	<i>Sites de redes sociais on-line.....</i>	67
3.3	A internet como espaço de luta política: o ativismo digital	69
3.4	O confronto político: protestos contemporâneos e as ações digitalmente mediadas.....	72
3.5	A ação conectiva	75
3.5.1	<i>A personalização da política</i>	78
3.5.2	<i>Quadros de ação pessoal.....</i>	79
3.5.3	<i>Formas de organização.....</i>	81
4.	JUNHO DE 2013.....	85
4.1	O Movimento Passe Livre	86
4.2	As Jornadas de Junho	88
4.2.1	<i>A juventude no Brasil e as redes sociais on-line.....</i>	91
4.2.2	<i>O confronto violento.....</i>	95

4.2.2.1	Com violência ou sem violência?.....	96
4.3	As manifestações de junho na cidade de Belo Horizonte	97
4.3.1	<i>As Assembleias Populares Horizontais</i>	<i>101</i>
5.	#BHNASRUAS: UMA ANÁLISE DE PÁGINAS NO FACEBOOK	104
5.1	Metodologia.....	105
5.2	Categorias de análise	109
5.3	Coleta de dados e escolha das páginas.....	111
5.4	Análise das páginas.....	113
5.4.1	<i>Assembleia Popular Horizontal (APH) – Belo Horizonte.....</i>	<i>114</i>
5.4.1.1	Descrição	114
5.4.2	<i>Organização</i>	<i>116</i>
5.4.2.1	Postagens textuais.....	117
5.4.2.2	Imagens.....	120
5.4.2.3	Links e vídeos	122
5.4.3	<i>Mobilização</i>	<i>124</i>
5.4.3.1	Postagens textuais.....	124
5.4.3.2	Imagens.....	125
5.4.3.3	Links e vídeos.....	128
5.4.4	<i>Quadros de ação pessoal.....</i>	<i>128</i>
5.4.4.1	Postagens textuais.....	129
5.4.4.2	Imagens.....	129
5.4.4.3	Links e Vídeos	131
5.5	BH nas Ruas	131
5.5.1	<i>Descrição da página.....</i>	<i>131</i>
5.5.2	<i>Organização</i>	<i>134</i>
5.5.2.1	Postagens textuais.....	136
5.5.2.2	Imagens.....	137
5.5.2.3	Links e vídeos	140
5.5.3	<i>Mobilização</i>	<i>142</i>
5.5.3.1	Postagens textuais.....	142
5.5.3.2	Imagens.....	143
5.5.3.3	Links e vídeos.....	146
5.5.4	<i>Quadros de ação pessoal.....</i>	<i>147</i>

5.5.4.1	Postagens textuais.....	147
5.5.4.2	Imagens.....	148
5.5.4.3	Links e vídeos	150
5.6	Vem pra Rua BH	151
5.6.1	<i>Descrição da página.....</i>	<i>151</i>
5.6.2	<i>Organização</i>	<i>153</i>
5.6.2.1	Postagens textuais.....	154
5.6.2.2	Imagens.....	155
5.6.2.3	Vídeos e links	156
5.6.3	<i>Mobilização</i>	<i>157</i>
5.6.3.1	Postagens textuais.....	157
5.6.3.2	Imagens.....	158
5.6.3.3	Links e vídeos	159
5.6.4	<i>Quadros de ação pessoal.....</i>	<i>161</i>
5.6.4.1	Postagens textuais.....	161
5.6.4.2	Imagens.....	162
5.6.4.3	Links e Vídeos	164
5.7	Considerações sobre as páginas	164
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
	REFERÊNCIAS	172

#BHnasRuas: uma análise do confronto político contemporâneo a partir de páginas do Facebook

1. INTRODUÇÃO

Muito tem sido falado sobre os recentes protestos em todo mundo. Temos acompanhado, nos últimos anos, inúmeras ações de confronto em grande escala contra Estados e Instituições. Jornais, revistas, TVs e, principalmente, as mídias sociais têm registrado intensamente imagens, vídeos e relatos de milhares de pessoas ocupando ruas e praças em diversos países.

Em 2011, – o ano em que sonhamos perigosamente, como disse Slavoj Žižek (2012) – grandes ações de protestos sacudiram tanto países democráticos como países autoritários. Em países no norte da África e Oriente Médio, como Egito e Tunísia, milhares de pessoas foram às ruas exigindo a saída de governantes tiranos. O momento histórico, conhecido como Primavera Árabe, tirou ditadores do poder (MARQUES & OLIVEIRA, 2013; HOWARD & HUSSAIN, 2013; HOWARD, DUFFY, FREELON, HUSSAIN, MARI, MAZAID, 2011 *apud* ALMEIDA, 2013). Em países democráticos, como Espanha e Estados Unidos, movimentos como os Indignados e o *Occupy Wall Street* protestaram contra os governos e o sistema capitalista (CASTELLS, 2013). Em 2013, mais protestos ocorrem em outros países. Entre eles, o Brasil. Ainda bastante recente na memória dos brasileiros, o mês de junho daquele ano foi marcado por intensas e grandes manifestações contra o governo, a corrupção e a Copa do Mundo da FIFA de 2014.

Os gritos e palavras de ordem são vários e ecoam para além das fronteiras nacionais: “We are 99%” (Nós somos 99%!)¹, nos EUA, era a principal frase dos manifestantes do *Occupy Wall Street*. Os Indignados, na Espanha, adotaram o “No nos representan!” (Não nos representam!) em seus protestos. No Brasil, o “Vem pra rua, vem!” embalou os protestos de junho de 2013.

¹ A frase “We are 99%” (Nós somos os 99%) ficou famosa por meio do *Occupy Wall Street*, que remetia à desigualdade de renda em todo mundo. Segundo o *Occupy*, cerca de 60% das riquezas do mundo estão concentradas em apenas 1% da população. O restante das riquezas (40%) é compartilhado com 99% da população mundial. Para os manifestantes, essa forma injusta de distribuição precisa ser ajustada e, como a maior parte da população pertence aos 99%, é possível unir forças.

“A Revolução será tuitada!”, disseram alguns (mais otimistas) ao se referirem sobre o papel das redes sociais on-line na organização e articulação desses protestos. Isso porque, em todas essas ações, foi identificado o uso intenso das mídias sociais (Facebook, Twitter, Instagram, YouTube entre outros), sendo parte fundamental para mobilização e articulação desses protestos. Essas ações, sem dúvida, chamaram a atenção da opinião pública e de especialistas, gerando muitas perguntas sobre o que poderia estar acontecendo: *o que fez milhares de pessoas irem às ruas? Como esses protestos foram gestados? Qual foi o papel da internet e das redes sociais on-line nesse processo? Que novidades para o estudo da ação coletiva esses protestos poderiam trazer?*

É dentro desse contexto de inquietações que se insere este trabalho de dissertação. Instigada pelos protestos que agitaram o ano de 2011 (Primavera Árabe, Indignados e *Occupy Wall Street*), a autora deste trabalho tem buscado, desde então, compreender como têm sido organizadas, articuladas e mobilizadas as ações de protestos no século XXI. Este trabalho, então, faz parte de um esforço teórico e empírico a fim de entender como tem se dado as ações de confronto político contemporâneas e qual o papel da internet nestes processos.

Nesse sentido, optou-se aqui em fazer uma análise das recentes manifestações que ocorreram em junho de 2013, em especial, na cidade de Belo Horizonte, a partir de três páginas do Facebook: Assembleia Popular Horizontal; BH nas Ruas e Vem pra Rua BH. Assim, procurou-se entender como se deu a organização, a mobilização e os quadros de ação pessoal nas postagens (*posts*) dessas páginas durante o período dos protestos. A análise desses elementos se justifica por tratar-se de características da ação conectiva (BENNETT & SEGERBEG, 2012), o que pode nos ajudar a compreender as características específicas dos protestos contemporâneos.

O trabalho se encontra dividido em quatro seções. Na primeira, é realizada uma revisão teórica acerca da ação política de confronto. Para isso, foi feita uma discussão do referencial teórico que norteia este trabalho: a Teoria do Processo Político (TPP) e suas vertentes, em especial, a abordagem do Confronto Político (CP). Como veremos adiante, a TPP surgiu na década de 1960 tendo como principais proponentes Charles Tilly (1978), Sidney Tarrow (2009) e Doug McAdam (1982). Para a TPP, a análise da ação coletiva se dá a partir do entendimento das estruturas e processos. Ou seja, ela leva em conta a ação dos indivíduos a partir do contexto institucional em que eles estão inseridos.

O principal conceito desenvolvido pela TPP foi o de oportunidades e restrições políticas. As oportunidades, na definição de Tarrow (2009), podem ser entendidas como

dimensões na luta que encorajam as pessoas a entrarem no confronto. E as restrições estão relacionadas às formas de colocar barreiras no confronto (como repressão, por exemplo). Esse conceito, como será visto no primeiro capítulo, foi alvo de críticas, uma vez que era utilizado para explicar uma infinidade de coisas (GAMSON & MEYER, 2006). Dessa forma, foi preciso esclarecer que dentro do contexto político há também dimensões facilitadoras que não podem ser entendidas como oportunidades políticas. As oportunidades estariam relacionadas a elementos estruturais do sistema político, ao passo que as dimensões facilitadoras estão relacionadas ao contexto onde essas mudanças estão colocadas e interpretadas (McADAM, 1996).

Esse viés estruturalista da TPP, no entanto, gerou inúmeras críticas à Teoria ao longo dos anos. Foi a partir dessas críticas, que surgiram duas importantes vertentes à TPP. A primeira delas foi a abordagem construcionista (KURZMAN, 1997; GIUGNI, 1998) juntamente com a incorporação do conceito de quadros interpretativos (SNOW & BENFORD, 1992; GAMSON 1992; TARROW, 1998; BENFORD & SNOW, 2000). Nessa abordagem, os autores procuraram acrescentar um elemento cultural à análise da ação coletiva. Assim, a análise levaria em conta não só as instituições e estruturas do ambiente, mas também os indivíduos que participam da ação coletiva e qual significado eles dão para esse ambiente (ALONSO, 2009; EDWARDS, 2014). Dessa forma, o entendimento de quadros interpretativos é fundamental para essa abordagem (SNOW & BENFORD, 1992; GAMSON, 1992; TARROW, 1998; BENFORD & SNOW, 2000). Esses quadros, a partir do entendimento de Snow (2006), surgem a partir de um processo interpretativo da interação entre as relações sociais. Eles permitem rotular e identificar as experiências do nosso dia a dia, ajudando a organizar e guiar uma ação (SNOW & BENFORD; 2000). A partir da noção de enquadramentos, é possível entender o contexto onde os movimentos e lutas estão inseridos, levando em conta também, os sentimentos e emoções dos indivíduos que participam daquela luta (PEREIRA, 2008).

A segunda abordagem teórica surge dos próprios proponentes da TPP (TARROW, TILLY e MC ADAM; 2001; 2012) a partir de reflexões e incorporação de críticas feitas a teoria. A abordagem do Confronto Político (CP) trata-se de uma agenda de pesquisa voltada para entender as ações políticas contenciosas – entendida como algo episódico, público e de interação entre indivíduos (TARROW, TILLY e MC ADAM; 2001). Essa agenda de pesquisa se destaca porque ela abarca não só movimentos sociais, mas uma grande quantidade de tipos de confrontos políticos, como protestos de ruas, rebeliões, revoltas, revoluções, guerras civis

etc. (EDWARDS, 2014; MCADAM, TILLY & TARROW, 2001; 2009). A abordagem busca colocar nas análises um componente dinâmico, relacional. Nessa abordagem, trabalharemos com os conceitos importantes para entendermos os protestos contemporâneos, como o de performances, repertórios de ação, episódios e ciclos de confronto.

Na segunda seção deste trabalho será realizada uma discussão sobre as ações de confronto contemporâneas e o uso da internet como forma de mediar essas ações. No entanto, primeiramente, procuramos apontar um panorama de estudos no campo da internet e política. Além disso, discutiremos sobre os impactos e mudanças que o uso da internet tem trazido para a vida dos indivíduos, desde análises mais otimistas, que viam a internet como uma promessa para uma nova (e melhor) democracia, até os mais pessimistas, que acreditavam que a internet deixaria os indivíduos cada vez mais isolados no mundo on-line (NIE & ERBRING, 2000 *apud* EARL & KIMPORT, 2011). Também será apontada nesse capítulo a importância das inovações comunicacionais trazidas pela internet (CARDON, 2012; CHADWICK, 2009), principalmente com o surgimento da Web 2.0 (CHADWICK, 2009) e aumento dos sites de redes sociais on-line.

A partir daí, nos concentraremos em discutir como a internet e, principalmente, as redes sociais on-line, tem sido utilizadas como espaço de ativismo (PEREIRA, 2011; BENNETT e TOFT, 2009; BIMBER, STOLH e FLANAGIN, 2012), seja apenas dentro dele, ou em um espaço híbrido, on-line e off-line (CASTELLS, 2013). Segundo Bennett e Segerberg (2012; 2013) essas ações citadas não devem ser entendidas sob a lógica da ação coletiva tradicional. Nesse sentido, os autores propõem uma nova forma de ação: a conectiva. Esse tipo de ação, segundo os autores, é caracterizado por serem digitalmente mediadas e se constituírem dentro de quadros de ação pessoal, ou seja, um engajamento político personalizado. A ação conectiva, por sua vez, compõe grande parte dos confrontos políticos contemporâneos. Para Bennett e Segerberg (2013) existem três tipos de ações mediadas por computador: 1) *ação coletiva organizacionalmente mediada*; 2) *ação conectiva possibilitada organizacionalmente* e 3) *ação conectiva voltada para a multidão* (nessa última se encaixam as recentes mobilizações como Primavera Árabe, Indignados etc). De acordo com Bennett e Segerberg (2013), na ação conectiva as mídias digitais são capazes de mudar a dinâmica da ação e a internet é fundamental para a organização desses protestos, uma vez que a produção em pares gera automotivação e autocoordenação dos indivíduos nas ações (BENNETT, SEGERBERG & WALKER, 2014).

A partir da discussão teórica feita nos dois primeiros capítulos, partiremos para nosso objeto de estudo: as manifestações de junho, em Belo Horizonte, a partir de páginas do Facebook. Para isso, será necessário também fazer uma breve, mas importante, contextualização das intensas manifestações de rua que ocorreram no Brasil em junho de 2013, focando, nos protestos e ocupações que ocorreram na cidade de Belo Horizonte durante aquele período.

Nesse capítulo retomaremos o início dos protestos no mês de junho de 2013, em São Paulo, articulados pelo “Movimento Passe Livre” (MPL) e a repercussão e mudança do ponto de vista da grande mídia, primeiramente negativa e após a repressão dos policiais contra manifestantes e jornalistas na manifestação do dia 13 de junho na capital paulista (divulgados intensamente por meio de fotos e vídeos nas redes sociais on-line). Também falaremos sobre a importância da juventude nesses protestos e as ações de confronto violento que marcou os protestos na maioria das cidades brasileiras.

Ao falar sobre as manifestações em Belo Horizonte, destacaremos a importância da participação de coletivos urbanos, como foi o caso do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa – BH, criado em 2011, para denunciar violações de direitos humanos ocorridas durante a preparação e realização de megaeventos (PEREIRA, 2015).

As manifestações em BH também tiveram como característica a realização de Assembleias Populares Horizontais (APH), que funcionaram para tomadas de decisões e organização das manifestações. Uma decisão importante tomada durante a APH, por exemplo, foi a ocupação da Câmara Municipal da cidade, a fim de negociar o preço das passagens de ônibus.

Os protestos na capital mineira também foram marcados pelo confronto violento. Alguns manifestantes depredaram concessionários, lojas e bancos. O confronto com a polícia também foi intenso, que reprimiu os manifestantes com bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de borracha. Durante esses confrontos, seis manifestantes caíram de cima de um viaduto onde ocorriam os protestos. Dois deles morreram.

Por fim, no quarto e último capítulo deste trabalho nos concentraremos na análise empírica de três páginas do Facebook bastante ativas durante os protestos de Junho na cidade de Belo Horizonte: Assembleia Popular Horizontal/BH; BH nas Ruas e Vem pra Rua BH. Os dados analisados são referentes às postagens dos dias 15 a 30 junho de 2013. A coleta dos dados foi feita por meio do aplicativo Netvizz.

As análises de dados coletados a partir da internet ainda é um campo em construção e que traz muitos desafios para os pesquisadores. Apesar de disso, as possibilidades de estudos são inúmeras e os métodos de análise são variados, como análise de redes, análise de conteúdo, etnografias entre outros (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2012). Para este trabalho, optamos por fazer uma análise de conteúdo das postagens. A partir de uma leitura criteriosa dos posts das páginas, foram analisados elementos relacionados aos seguintes aspectos da ação política conectiva: organização, mobilização e quadros de ação pessoal. Uma vez que o confronto político contemporâneo é composto por ações conectivas (BENNETT &SEGERBERG, 2014), analisar esses aspectos se tornam fundamental para as conclusões desse trabalho.

Dessa forma, buscaremos aqui contribuir com o debate acadêmico sobre as ações de confronto contemporâneas aliadas ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação, buscando assim, entender um pouco mais como tem se dado a construção, demandas e mobilização das lutas políticas da atualidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: DA TEORIA DO PROCESSO POLÍTICO AO CONFRONTO POLÍTICO

A fim de entendermos as mobilizações políticas das sociedades contemporâneas (sobretudo as articuladas com auxílio das novas tecnologias de comunicação e informação, que fazem parte do objetivo deste trabalho) faz-se necessário, primeiramente, realizar uma revisão bibliográfica acerca da ação coletiva política contenciosa. Sendo assim, neste capítulo, será discutida a Teoria do Processo Político (TPP) e o principal conceito que norteia essa abordagem teórica: estrutura de oportunidades e restrições políticas (KRIESI, 1995; 2005; 2007; TARROW, 2009; JENKINS e KLANDERMANS, 2005). Com a discussão, será possível perceber que a TPP busca analisar a ação coletiva por meio dos processos e estruturas, focando na relação entre os atores políticos e o contexto institucional em que eles estavam inseridos.

Também serão debatidas, neste capítulo, algumas críticas feitas à TPP e a maneira como seus teóricos têm reagido a elas com o surgimento de duas vertentes da Teoria: a abordagem construcionista (KURZMAN, 1997; GIUGNI, 1998), com a incorporação do conceito de quadros interpretativos (SNOW e BENFORD, 1992; GAMSON, 1992; TARROW, 1998; BENFORD e SNOW, 2000); e a abordagem do confronto político, em que trabalharemos com o conceito de performances, repertórios de ação e ciclos de confronto (MCADAM, TARROW e TILLY, 2001; TILLY, 2006; 2008; TARROW, 2013).

O objetivo aqui é entender como a TPP se desenvolveu ao longo dos anos, procurando identificar as vantagens e limitações dessa abordagem, bem como apontar para um diálogo entre os conceitos desenvolvidos nesse período, Tal debate se faz necessário por acreditarmos que, a partir do diálogo entre esses conceitos, seja possível criar pontes dentro dos estudos dos movimentos sociais (MEYER, 2002) – sobretudo no entendimento das ações de confronto contemporâneas, aliadas ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação – buscando entender como têm surgido as demandas pelas lutas políticas na atualidade e a maneira estas ocorrem.

2.1 A Teoria do Processo Político

Até a década de 1960, os estudos sobre ação coletiva e movimentos sociais se concentravam em duas perspectivas teóricas: marxista, com o modelo classista das sociedades industriais; e funcionalista, com a perspectiva de comportamento coletivo, que entendia a mobilização como uma ação irracional dos indivíduos e um sintoma do mau funcionamento do sistema social (PEREIRA, 2008).

A partir desse período, com o surgimento de novos atores, como os movimentos ambientalistas e feministas, e de novas demandas na esfera política, as teorias até então existentes se mostraram insuficientes, já que não conseguiam responder sobre essas novas formas de luta política e identificar os novos elementos da ação coletiva. É nesse contexto que surge, nos Estados Unidos, a Teoria do Processo Político. Dentre os principais proponentes da TPP, destacam-se os teóricos Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow².

Além da TPP, surgiram outras correntes teóricas, com o objetivo de dar respostas para as principais questões sobre ação coletiva política e, principalmente, sobre novos os movimentos. São exemplos as Teorias de Mobilização de Recursos (TMR) e do Comportamento Coletivo nos Estados Unidos, e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), na Europa.

Segundo Pereira (2008), essas correntes teóricas podem ser divididas entre as que procuram entender *como* os atores coletivos se mobilizam (TMR e TPP), focando nas estratégias desenvolvidas por esses atores, e as que buscam entender *por que* surgem os movimentos sociais (TNMS e Comportamento Coletivo).

A Teoria do Comportamento Coletivo³ entende a ação coletiva como um ato irracional e despolitizado, onde a mobilização é vista como uma multidão histérica (PEREIRA, 2008). Dessa forma, os movimentos sociais eram vistos como uma manifestação de insatisfação com as mudanças nas relações sociais, sendo “um sintoma do mal funcionamento do sistema social” (PEREIRA, 2008, p.127).

A TMR surge em contraposição à teoria de mobilização de massas, que entendia a ação coletiva como irracional e despolitizada. Tendo como principais proponentes McCarthy & Zald (1973; 1977), a TMR defende que a ação coletiva tem como base a racionalidade dos

² Algumas obras importantes da TPP: *From the mobilization to revolution* (Tilly, 1978); *The Political Process and the Development of Black Insurgency* (McAdam, 1982); *O poder em movimento* (TARROW, 2009).

³ Sobre a Teoria de Mobilização de Massas ver Smelser (1962); Turner & Killian (1972)

indivíduos, e que os atores políticos agem de forma estratégica e organizada para alcançar seus objetivos.

Essa teoria teve grande influência do pensamento de Mancur Olson (1965), que acreditava que o problema da ação coletiva está em seu valor agregativo. Ou seja, a possibilidade de alcançar os objetivos estaria diretamente relacionada ao número de pessoas que participam da ação. A questão seria como agregar o máximo de pessoas dispostas a arcar com os custos de uma ação (PEREIRA, 2008).

Para a TMR, a ação coletiva, então, seria organizada com base na ação de cálculo de custos e benefícios de um indivíduo. Dessa forma, só seria possível acontecer uma ação coletiva com recursos materiais, como dinheiro e trabalho e recursos humanos, como amizade, tempo e esforço⁴. Além disso, seria necessário haver coordenação e esforço estratégico dos recursos disponíveis individualmente, para utilizá-los na ação coletiva (EDWARDS & MCCARTHY, 2006). Devido ao foco na racionalidade dos indivíduos, a TMR foi considerada por alguns teóricos determinista e economicista, indo contra a ideia de um sujeito histórico universal (ALONSO, 2009).

A insatisfação com as respostas dadas pela TMR fez com que a Teoria dos Novos Movimentos Sociais – assim como a Teoria do Processo Político – ganhasse destaque nas análises sobre a ação política coletiva. Assim, a TPP e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais surgem tanto de um profundo debate das teorias marxistas sobre revolução (ALONSO, 2009) quanto de uma crítica à abordagem economicista da TMR. A combinação de política e cultura é um fator fundamental na leitura dos movimentos sociais dentro dessas duas teorias.

A TNMS acrescenta em sua análise o elemento cultural na ação política, focando em uma mudança cultural da ação coletiva (ALONSO, 2009). Além disso, essa abordagem trabalha como as questões de identidade e comportamento podem estar ligadas aos movimentos sociais. Para Pichardo (1997), esses novos movimentos são produtos de uma mudança da sociedade pós-industrial, portanto, diferentes dos movimentos da era industrial, como a luta de trabalhadores no século XIX, por exemplo. Ou seja, o foco das demandas desses novos movimentos sai de questões instrumentais da era industrial para questões que dizem respeito à qualidade de vida do indivíduo⁵.

Já a Teoria do Processo Político se concentra na explicação da mobilização política, buscando identificar os principais mecanismos que organizam os processos políticos das

⁴ Sobre a TMR, ver McCarthy e Zald (1973; 1977); Olson (1965); Edwards e McCarthy (2006).

⁵ Sobre a TNMS, ver: Melucci (1996); Tourraine (1994); Pichardo (1997).

sociedades ocidentais. No entanto, apesar de ser crítica à TMR, a TPP também parte do mesmo pressuposto teórico do individualismo metodológico. Segundo Pereira (2008), o principal foco dessa corrente teórica é analisar a relação entre os atores políticos da ação coletiva e o contexto institucional, procurando lidar com as intensidades dessa ação.

Edwards (2014) afirma que a principal característica dessa abordagem é o fato de concentrar sua atenção no ambiente externo em que os movimentos sociais agem. Assim, a estrutura se torna um fator fundamental para explicar a emergência de determinado movimento social em certos lugares e certos momentos, e se eles têm ou não um resultado de sucesso. Nessa abordagem, o Estado e as instituições políticas possuem papel central no nascimento e no destino dos movimentos sociais.

No entendimento da TPP, as estruturas que existem antes das ideias ou ações de qualquer indivíduo vão aparecer como relativamente duráveis e irremovíveis, afetando o que os movimentos sociais fazem e quando e como eles agem (EDWARDS, 2014). Nesse sentido, a TPP defende que um ambiente político favorável é fundamental para a mobilização e/ou sucesso do movimento social. Para a teoria, o argumento central é que os manifestantes podem estar raivosos ou bem organizados, mas se o contexto político não for favorável para o movimento, eles não conseguirão muita coisa. (TARROW, 1998; KOOPMANS, 1999 *apud* EDWARDS, 2014). Assim, um ambiente político favorável para a ação é o que apresenta condições de entrada para os desafiantes na luta política. As condições favoráveis e as não favoráveis são entendidas como *oportunidades e restrições políticas*, respectivamente.

Para a TPP, o Estado ocupa um papel central no entendimento da ação coletiva. Com o surgimento do Estado moderno, a formação e capacidade para distribuir os recursos têm sido de responsabilidade do próprio Estado nacional, canalizando as demandas, muitas vezes, para um destino. Segundo os autores da TPP, é dentro desse contexto que surge o movimento social moderno⁶. Até hoje, como afirma Jenkins e Klandermans (2005), a maior parte das lutas políticas no mundo não pode ser entendida sem referência ao papel central do Estado. “O Estado é, portanto, simultaneamente alvo, patrocinador e antagonista para os movimentos sociais, bem como organizador do sistema político e árbitro da vitória” (JENKINS e KLANDERMANS, 2005, p. 24 – tradução livre). Como organizador do sistema político, é o Estado quem molda as relações entre os movimentos sociais e o sistema institucionalizado.

⁶ Sobre o surgimento do Estado moderno e os movimentos sociais, ver Tarrow (2009); Tilly (2008).

2.1.1 *Oportunidades e restrições políticas*

O principal conceito discutido entre os autores da TPP é a noção de oportunidades e restrições políticas. A ideia de oportunidades políticas, segundo Tarrow (2009), vem de uma grande questão colocada por alguns pesquisadores da ação coletiva no sentido de entender o que faz as pessoas irem às ruas, muitas vezes arriscando suas vidas, para lutar por direitos. Tarrow acredita que essas manifestações ocorrem em locais diversos, em diferentes períodos da história. Na década de 1960, por exemplo, alguns países do ocidente tiveram mais confrontos do que outros, como França e EUA, que tiveram um número maior de ações contenciosas do que países como Alemanha e Inglaterra. Para Tarrow (2009), a explicação para um maior ou menor número de confrontos pode estar relacionada às mudanças ocorridas nas oportunidades e restrições políticas de cada país.

Na definição do autor, as oportunidades políticas podem ser entendidas como “dimensões consistentes” da luta política que encorajam as pessoas a se engajarem no confronto e afetam as expectativas dos desafiantes quanto ao sucesso ou fracasso. Já as restrições políticas podem estar vinculadas a fatores como a repressão ou a capacidade do governo de colocar barreiras no confronto (TARROW, 2009).

Para Jenkins e Klandermans (2005), as oportunidades políticas são centrais para a emergência e desenvolvimento dos movimentos sociais. Essas oportunidades são primeiramente estruturadas pela organização do Estado, pela coesão e alinhamento entre as elites, e pela estrutura, ideologia e composição de partidos políticos. Dessa forma, o Estado molda o esquema de conflitos e alianças no qual os movimentos sociais surgem e se desenvolvem. As oportunidades políticas podem ser entendidas, então, como o impacto do Estado e do esquema de representação política nos movimentos sociais (JENKINS & KLANDERMANS, 2005).

A noção de oportunidade política, para Kriesi (2005), surge dentro de um contexto político e tem se mostrado relevante para a mobilização e o impacto dos movimentos sociais. Segundo Tarrow (2009), as oportunidades e restrições políticas são fundamentais para o entendimento do confronto. Isso porque, na visão do autor, o confronto político está muito mais relacionado às oportunidades ou restrições colocadas à ação coletiva do que com fatores sociais e econômicos de uma determinada sociedade. O que varia aqui são os tipos de oportunidades com as quais as pessoas se deparam, as restrições em sua liberdade de ação e a

percepção de ameaça aos seus interesses e suas ações. Ele ainda argumenta que as novas fases de confronto muitas vezes surgem dos incentivos criados nas mudanças dessas oportunidades e restrições.

“[...] as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto” (TARROW, 2009, p. 18).

Tilly (2008) corrobora o argumento de Tarrow ao afirmar que as campanhas mudam as estruturas de oportunidades políticas. A campanha, no entendimento de Tilly, é uma série coordenada e sustentada de episódios envolvendo reivindicações similares em alvos parecidos ou idênticos. As transformações que uma campanha pode gerar na estrutura das oportunidades políticas muda a matriz de modelos de performances disponíveis e também altera a conexão entre os atores. Essas mudanças, conseqüentemente, alteram o repertório das campanhas subsequentes. E é a mudança nas oportunidades e restrições políticas, segundo Tarrow (2009), que permite que atores com poucos recursos se engajem na ação política.

Dessa forma, o confronto se desencadeia quando as oportunidades e restrições políticas criam incentivos para atores sociais que não têm recursos próprios. Mas nem sempre as oportunidades ocorrem para todos os grupos e nem podem estar visíveis para todos os desafiantes. Elas podem surgir de várias formas, quando se abre o acesso institucional, quando há divisão entre as elites, quando os aliados se tornam disponíveis ou quando há um declínio na capacidade de repressão do Estado (TARROW, 2009). O confronto político surge, então, como uma reação às “oportunidades que diminuem os custos da ação coletiva” (TARROW, 2009, p. 38).

As oportunidades fornecem informações cruciais para a formação dos movimentos ao revelar potenciais aliados e expor a fraqueza dos inimigos. Isso porque, uma vez formados, os movimentos criam oportunidades para seus apoiadores, para os outros, para os partidos e para as elites, difundindo assim a ação coletiva e criando espaços públicos para movimentos e contramovimentos. Dessa forma, as oportunidades podem ser aproveitadas e transformadas por vários desafiantes em contextos diversos. Ao aproveitar as oportunidades políticas, os desafiantes se tornam catalisadores de movimentos sociais e ciclos de confronto e, algumas vezes, de revoluções e aberturas democráticas (TARROW, 2009).

Nesse sentido, a ação coletiva de confronto se torna importante ao oferecer a grupos com poucos recursos oportunidades que dificilmente seriam alcançadas. O confronto expõe a

fraqueza dos opositores, revela aliados e pode derrubar barreiras institucionais. O encontro entre um grupo de desafiantes e seus oponentes fornece modelos de ação coletiva, quadros interpretativos e estruturas de mobilização que produzem oportunidades políticas (TARROW, 2009).

O confronto permite também expandir as oportunidades para outros indivíduos. Ao colocar em pauta suas reivindicações, o cidadão pode se identificar com a luta, copiando e inovando a partir dela. No entanto, o confronto também permite criar oportunidades para os opositores e as elites, como o surgimento de um contramovimento, por exemplo.

2.1.1.1 Problematizando o conceito

Apesar de ser bastante utilizado entre os pesquisadores de movimentos sociais, o conceito de oportunidades políticas tem sido, muitas vezes, ampliado e generalizado para explicar uma infinidade de fatores que acabam sendo entendidos como oportunidade política. No entanto, essa forma de entendimento pode trazer alguns perigos para o pesquisador. Como afirma Gamson e Meyer (1996), “O conceito de oportunidades políticas está em apuros, correndo o risco de se tornar uma esponja que absorve praticamente todos os aspectos do meio ambiente do movimento social [...] o que é usado para explicar tanto, pode não explicar nada” (p. 276).

A fim de tentar clarear esse conceito, McAdam (1996) aponta algumas questões que merecem atenção ao estudarmos as oportunidades políticas. Uma delas se refere ao diferenciar as oportunidades políticas de outras dimensões facilitadoras para a ação contenciosa. As mudanças estruturais entendidas como oportunidades políticas não podem ser confundidas com o processo coletivo em que essas mudanças são interpretadas e colocadas. Apesar de estarem relacionadas, elas não são a mesma coisa. Segundo o autor, tentar separá-las não só preserva a definição do conceito como nos permite diferenciar dois fenômenos interessantes.

Parte da confusão existente ao se pensar o conceito vem também da perspectiva clássica da mobilização de recursos, já que as oportunidades políticas são entendidas, muitas vezes, como recursos disponíveis para a ação coletiva. Dessa forma, McAdam (1996) aponta que é necessário reconhecer que há uma série de processos e fatores que facilitam a mobilização, e é preciso tentar defini-los de forma que a distinção analítica seja mantida.

Outro ponto colocado por McAdam (1996) é que o conceito de oportunidades políticas tem sido utilizado como chave explicativa para duas variáveis dependentes: o surgimento da ação coletiva e os resultados do movimento. No entanto, o autor afirma que, para evitarmos essa confusão conceitual, é importante especificar que variável dependente está sendo explicada e que dimensões das oportunidades políticas são pertinentes para essa explicação. McAdam também nos alerta que não é só a oportunidade política que faz a ação coletiva.

Tarrow (2009) também nos aponta alguns caminhos a fim de sistematizar o conceito e clarear a noção de oportunidades políticas. O autor identifica cinco principais dimensões dessas oportunidades. São elas:

- 1) *Ampliação do acesso*: a abertura de canais de participação pelo Estado pode ser uma forma de criar uma oportunidade política. As eleições são as formas mais comuns de ampliação ao acesso. Em países não democráticos, onde as formas de abertura são mais estreitas, um pequeno acesso ao sistema político pode desenrolar em confronto político.
- 2) *Mudança nos alinhamentos*: a criação de novos alinhamentos em um sistema político gera incertezas entre os apoiadores, além de encorajar os desafiantes a lutar contra opositores e conseguir aliados. A instabilidade eleitoral, por exemplo, pode criar oportunidades para novas coalizões e mudanças de ideologias nos partidos, incorporando a demanda dos desafiantes no espaço institucional.
- 3) *Elites divididas*: os conflitos entre as elites também facilitam o confronto político. Além de encorajar os grupos que não estão no poder a irem para a ação coletiva, o conflito também incentiva as elites que estão fora do poder a se juntar aos desafiantes.
- 4) *Aliados influentes*: os desafiantes se sentem mais encorajados na luta política ao saberem que têm “aliados que podem atuar como amigos nos tribunais, como garantias perante a repressão ou como negociadores aceitáveis em seu favor” (TARROW, 2009, p.109). Os partidos políticos podem atuar como importantes aliados em sistemas representativos. Em sistemas políticos não democráticos, onde é mais difícil o acesso aos recursos internos, aliados influentes são de extrema importância para viabilizar o confronto.
- 5) *Repressão e facilitação*: a repressão aumenta o custo da ação do opositor; ao contrário, a facilitação reduz os custos dessa ação. Movimentos com lutas por

mudanças mais profundas tendem a ser mais reprimidos do que movimentos com reivindicações mais modestas. Sabe-se que estados autoritários reprimem mais os movimentos. Porém, como afirma Tarrow, há casos onde estados autoritários acabam encorajando o confronto, ao passo que estados democráticos podem tornar os movimentos mais brandos.

Apesar de ajudar a clarear o conceito, Tarrow (2009) ainda considera que essas dimensões das oportunidades são situacionais e temporárias, e não dão conta de sustentar por muito tempo as fraquezas, no que diz respeito aos recursos culturais e ideológicos. Por isso, baseado na tipologia elaborada por Kriesi (1995), o autor considera que elas devem ser vistas conjuntamente com outros elementos estruturais estáveis, como, se um estado é forte ou fraco ou se as estratégias do governo incluem ou não as reivindicações dos desafiantes na agenda política institucional, por exemplo.

Nesse sentido, Kriesi (2005) também entende que, apesar das dimensões definidas por Tarrow (2009), o conceito de oportunidades políticas ainda continua amplo. O autor sugere então que a noção de oportunidade política se restrinja aos aspectos de um sistema político em que se possa determinar o desenvolvimento do movimento, independentemente da ação intencional dos atores envolvidos. Para isso, Kriesi propõe a distinção de três conjuntos dentro do sistema político: 1) *a estrutura institucional formal*; 2) *os procedimentos informais e as estratégias preponderantes para relacionar com os desafiantes* e 3) *a configuração relevante de poder para a confrontação com os desafiantes*.

A estrutura de oportunidade política consiste no que Kriesi (2007) chama de núcleo duro do processo político e é formada por *instituições formais* do sistema político. Ela tem forte poder de influência sobre os protestos estratégicos e impactam os movimentos sociais (KITSCHOLT, 1986 *apud* KRIESI, 2007).

As estruturas podem ser vistas como abertas ou fechadas. Ou seja, em Estados com estruturas abertas, o acesso ao sistema político é mais fácil, enquanto que em sistemas fechados, o acesso de quem está de fora da esfera institucional é mais difícil. O grau de abertura do Estado, segundo Kriesi, está relacionado primeiramente ao grau de centralização do Estado. Para o autor, quanto mais descentralizado é o Estado, maior a ampliação de acesso às instituições formais. “Descentralização implica uma multiplicação de atores do Estado, e, portanto, pontos de acesso e mais tomadores de decisão” (KRIESI, 2007, p.70). Em segundo lugar, o grau de abertura do Estado também está relacionado à separação de poder em

executivo, legislativo e judiciário. Assim, quanto maior é o grau de separação entre esses poderes, maior será o grau de acesso formal e mais limitada será a capacidade de o Estado de agir.

Kriesi (2007) também distingue o grau de acessibilidade institucional dos sistemas políticos, podendo dividi-los entre Estados fortes e Estados fracos. Nos Estados fortes, o grau de acessibilidade é limitado pelas estruturas institucionais, e eles são autônomos em relação ao ambiente e à capacidade de agir. Nos Estados fracos, as instituições são mais abertas e sua capacidade de agir é relativamente mais limitada. Segundo Kriesi (2005), do ponto de vista dos desafiantes, os Estados fracos propiciam uma conjuntura mais favorável para a ação política.

O segundo conjunto dentro do sistema político diz respeito aos *procedimentos informais* e às *estratégias preponderantes*, ou seja, as estratégias que as autoridades utilizam para lidar com os desafiantes. Kriesi (2007) distingue-as entre estratégias exclusivas (de repressão, confrontação) e inclusivas (de facilitação, cooperação). As estratégias preponderantes, como afirma Kriesi, são frutos de uma longa tradição do país e estão diretamente relacionadas a sua estrutura institucional.

Tanto as estratégias exclusivas quanto as inclusivas são compatíveis com diferentes estruturas institucionais formais. Segundo o autor, a combinação entre estados fortes e fracos e estratégias inclusivas e exclusivas nos dá quatro conjuntos gerais para lidar com os desafiantes. No QUADRO 1, a seguir, Kriesi (2005) identifica essas combinações e correlaciona a quatro países analisados em sua pesquisa.

QUADRO 1
Configurações gerais para lidar com os desafiantes

Formal institucional structure		
Dominant strategy	Weak state	Strong state
Exclusive	Formalistic inclusion.	Full exclusion.
	Formal but no informal, facilitation of access; strong repression.	Neither formal nor informal facilitation of access; strong repression.
	Possibility of veto, but no substantive concessions.	Possibility of neither veto nor substantive concessions.
Inclusive	(Germany)	(France)
	Full procedural integration.	Informal cooptation.
	Formal and informal facilitation of access; weak repression.	No formal, but informal, facilitation of access; weak repression.
	Possibility of veto, but no substantive concessions	No possibility of veto, but substantive concessions.
	(Switzerland)	(Netherlands)

Fonte: KRIESI, 2005, p. 88.

A combinação de um Estado forte com a estratégia exclusiva é vista para o autor como situação de exclusão total. Nesses casos, os desafiantes não podem contar com nenhum acesso formal ou informal ao sistema político e, muitas vezes, são confrontados com forte repressão. Uma vez que o Estado é forte, os desafiantes provavelmente não terão poder de veto nem conseguirão concessões mais substantivas. Segundo Kriesi (2005), a França seria um exemplo dessa combinação.

Por outro lado, a combinação de um Estado fraco com uma estratégia inclusiva faz com que a repressão do Estado seja relativamente fraca e o acesso dos desafiantes ao sistema político, facilitado. Nesses casos, os desafiantes não conseguem muitas concessões substantivas, mas são capazes de bloquear decisões com o veto. Um exemplo desse tipo de Estado é a Suíça.

Os casos intermediários podem ser representados, segundo Kriesi (2005), pela Alemanha e Holanda. No caso alemão, os desafiantes podem contar com a facilitação formal do acesso, mas não com a informal. Há também chances de repressão, quando os desafiantes utilizam outros canais de acesso que não sejam os formalmente disponíveis. Nesses países, existe a possibilidade de veto, no entanto, as concessões são mais difíceis. Já no segundo

exemplo, os desafiantes não possuem grandes possibilidades de acesso formal, porém, eles podem contar com uma facilitação informal.

Assim, segundo a análise de Kriesi (2005), é possível argumentar que, no caso de sistemas políticos com estratégias inclusivas, os processos de tomada de decisão são mais elaborados e aumentam as chances dos desafiadores de intervir e exercer o direito ao veto. Também podemos entender que as estratégias repressivas, em geral, aumentam os custos da ação coletiva. No entanto, um alto nível de repressão pode ter o efeito inverso e estimular a ação coletiva. Nesse caso, ocorre o que Tarrow (2009) chama de *paradoxo repressivo*. Isso porque, segundo ele, já se sabe que estados autoritários tendem a reprimir mais e inibir a ação coletiva. Porém, é possível que essa repressão possa levar a ação coletiva mais radical, na medida em que o indivíduo moderado sai de cena e só os mais militantes se engajam na luta política. “Os estados repressivos debilitam a ação coletiva do tipo convencional ou de confronto, mas ficam abertos à mobilização moderada que pode sinalizar solidariedade, tornando-se um recurso quando surge a oportunidade” (TARROW, 2009, p. 116).

Cabe aqui fazer uma observação sobre as ações repressivas do Estado brasileiro durante as manifestações de junho de 2013. Como veremos mais a frente neste trabalho, pudemos identificar que, as denúncias da repressão sofrida pelos manifestantes por parte do Estado, anunciadas principalmente pelas redes sociais on-line, fizeram com que o número de aderentes aos protestos aumentasse. No entanto, a constante repressão da polícia, com uso de sprays de pimenta, balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo, fizeram com que se estabelecesse uma espécie de “linha de frente”, com grupos dispostos a ações mais radicais, como os Black Blocs.

Assim, podemos entender que, muitas vezes, a repressão pode aumentar os custos da ação coletiva e a mobilização da opinião pública. Porém, as formas de repressão também foram se adaptando ao longo do tempo. Um exemplo é o surgimento da desobediência civil⁷, repertório bastante utilizado por Gandhi, na Índia, e, posteriormente, por líderes americanos na luta por direitos civis. Em todo o mundo, o número de ações não violentas aumentou e o

⁷ De acordo com Meyer (2007) a desobediência civil é entendida amplamente pelos teóricos como um “desafio aberto e público de aceitação da lei ou norma, empreendido propositalmente com a intenção de alterar a política do Estado” (MEYER, 2007, p. 103). A ideia de desobediência civil parte do trabalho do autor norte-americano Henry Thoreau, no qual ele afirma que a desobediência a determinada lei se dá quando há um entendimento que há algo injusto nela. A desobediência civil também tem como característica básica o não uso da violência. Thoreau coloca suas principais ideias sobre o tema em sua obra clássica, *A Desobediência Civil* (1849). A desobediência civil foi utilizada por Gandhi na luta pela independência da Índia nas primeiras décadas do século XX e apropriada nos EUA, durante a luta pelos direitos civis durante a década de 1960.

Estado passou aceitar e tolerar ações que antes eram consideradas ameaçadoras à ordem pública e penalizadas.

O terceiro e último conjunto de variáveis colocado por Kriesi (2005) diz respeito às *configurações relevantes de poder* para se relacionar com os desafiantes. Como afirma Kriesi, a configuração de poder em um determinado sistema político pode ser pensada como um elemento da estrutura da oportunidade política que intervém, de um lado, entre a estrutura institucional formal e o sistema geral estratégico e, de outro, em um mix específico de estratégias de cada país, aplicadas aos desafiantes. A configuração de poder, segundo o autor, define mais limites específicos no que diz respeito às estratégias disponíveis para as autoridades aos desafiantes. “Isso modifica a abertura dos canais de acesso e a capacidade do sistema de agir e modula o legado estratégico geral” (KRIESI, 2005, p. 89). Os sistemas eleitorais são exemplos do impacto que a estrutura institucional formal tem na configuração de poder dentro do sistema de partido ao dar chances aos desafiadores.

Assim, Kriesi (2005) aponta que os dois primeiros conjuntos de propriedades – *a estrutura institucional formal e os procedimentos informais e estratégias preponderantes* –, mostram um quadro geral para a mobilização da ação coletiva e vão restringir as *configurações relevantes de poder*. Com esse o quadro geral, essas configurações de poder especificam as estratégias de autoridades ou membros do sistema no que diz respeito à mobilização dos desafiantes. Segundo Kriesi (2005), a partir da combinação com esse quadro, as estratégias definem: a) a extensão em que os desafiantes serão facilitados ou reprimidos pelos membros do sistema; b) as chances de sucesso que a ação pode ter; e c) as chances de sucesso se nenhuma ação ocorrer, o que pode ser positivo, se o governo for orientado para reforma, ou negativo, se o governo for hostil ao movimento.

Ou seja, a relação entre facilitação e repressão e as chances de sucesso de reforma são, de certa forma, resultado de um cálculo estratégico das autoridades. Essa relação determina o conjunto de opções estratégicas disponíveis para a mobilização dos desafiadores, fazendo um link entre a estrutura de oportunidade políticas e a decisão dos desafiadores, seja para se mobilizarem ou não, ou para escolher a forma de mobilização e a sequência de eventos a serem organizados e endereçados. Tanto as estratégias dos desafiadores quanto as das autoridades são interdependentes (KRIESI, 2005).

Kriesi (2005), no entanto, nos alerta sobre o fato de que a estrutura de oportunidades políticas é importante para a ação dos movimentos sociais, mas eles não são dependentes dessas estruturas na mesma medida. Os movimentos sociais dependem das estruturas de

oportunidades políticas a partir de sua orientação geral, do nível de desenvolvimento da sua infraestrutura organizacional e da estrutura do problema com o qual o movimento deve lidar.

Ao falar sobre a tipologia descrita acima, Edwards (2014) aponta que uma das críticas apontadas é que a distinção sobre o fato de um Estado ser “aberto” ou “fechado” não nos fala muito sobre “para que” ou “para quem” ocorre o confronto. Essa definição, segundo a autora, nos dá algumas características sobre o regime político, mas não muito sobre o potencial de um movimento específico, com uma causa específica em um determinado tempo.

Um movimento como, o movimento pelo meio ambiente, pode encontrar na América uma estrutura de oportunidades bastante aberta, enquanto que o movimento pró-aborto pode encontrar essa mesma estrutura bastante fechada. E isso provavelmente vai variar entre os Estados e entre o tempo (EDWARDS, 2014, p. 87 – tradução livre).

Em seu livro *Poder em Movimento* (2009), Tarrow utiliza essa tipologia criada por Kriesi para ilustrar seu argumento sobre a força do Estado (forte/centralizado e fraco/descentralizado) e as estratégias preponderantes. Tarrow concorda com Kriesi sobre as forças do Estado e as estratégias poderem se cruzar de diversas maneiras, mas, apesar de considerar a esquematização interessante, afirma que é preciso cautela para utilizá-la. Isso porque tanto a força do Estado quanto os fatores estratégicos podem ser relativos. Esses dois aspectos também estão vinculados a fatores políticos, que estão em constante mudança, seja por guerras, eleições, alinhamentos partidários etc. Dependendo da mudança, um Estado forte pode se tornar um Estado fraco.

Edwards (2014) também pontua que, ao analisarmos a ação a partir da estrutura, teríamos de assumir que as oportunidades políticas seriam fixadas e que elas teriam efeitos determinísticos e uniformes. Mas os próprios acadêmicos da TPP falam também das possibilidades de mudanças nos aspectos das oportunidades políticas e sobre os múltiplos e contraditórios fatores que esses aspectos podem ter sobre a mobilização, como é o caso da repressão, que pode ou não gerar mais ações (KOOPMANS, 1997; CAREY, 2006 *apud* EDWARDS, 2014). Sendo assim, a autora defende que a ideia de oportunidades políticas não pode ser lida a partir de regimes políticos, mas deve ser analisada levando em consideração as circunstâncias específicas.

Edwards (2014) ainda aponta que o conceito de oportunidades políticas é insuficiente para explicar tudo, pelo contrário: o mundo que envolve a ação coletiva não é só composto por oportunidade política, é composto por outros tipos de oportunidades, como oportunidade

cultural, oportunidade da mídia, oportunidade discursiva e oportunidade socioeconômica, por exemplo (MCADAM, 1996; KOOPMANS, 1999; CROSSLEY, 2006; MESS, 2004; KOOPMANS & OLZAK, 2004; GIUNI, 2011 *apud* EDWARDS, 2014).

A noção de oportunidade política, bem como toda a Teoria do Processo Político desenvolvida até o final da década de 1980, foi criticada principalmente por ter um forte viés estruturalista, uma vez que dava grande importância do ambiente externo, colocando as estruturas e seus componentes políticos, como o Estado e as instituições, como elementos fundamentais para o êxito de um movimento social.

No entanto, é a partir dessas críticas que vão surgir, na década de 1990, novas vertentes da TPP, buscando incorporar outros elementos para a análise da ação coletiva, como a cultura e os ambientes onde os indivíduos vivem. A seguir, veremos algumas delas.

2.1.2 *A abordagem construcionista e os quadros interpretativos*

Insatisfeitos com o viés estruturalista característico da Teoria do Processo Político, alguns pesquisadores (KURZMAN, 1997; GIUGNI, 1998) desenvolveram, no início da década de 1990, uma vertente da TPP que buscava acrescentar um elemento cultural na análise da ação coletiva, não focando somente nas instituições e ambientes externos, mas também dando atenção aos indivíduos que estão nesses ambientes. O argumento, segundo Alonso (2009), buscava convergir, ainda que de forma mínima, os enfoques “objetivistas” da TPP e TMR e os “subjetivistas” da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, partindo da ideia central de que os movimentos sociais não surgem somente da presença de desigualdade ou de cálculo estratégico. “As mobilizações envolvem tanto ação estratégica, crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas” (ALONSO, 2009, p. 72).

Nessa vertente, chamada de construcionista, o argumento central é de que é necessário olhar para além dos ambientes externos, prestando atenção ao significado que as pessoas dão a esses ambientes. Realmente é importante dar atenção às estruturas ou mudanças na configuração de poder, pois elas podem proporcionar novas aberturas aos movimentos sociais, porém, se elas são de fato oportunidades para ação coletiva, depende de como os manifestantes veem essa situação (EDWARDS, 2014 *apud* FLACKS, 2004; KURMANZ,

2004). Assim, essa abordagem defende que as estruturas de oportunidades políticas nunca serão idênticas para todos, pois a forma de percepção e interpretação dessas estruturas não se dá da mesma forma para todos os indivíduos (KURMANZ, 1997 *apud* ALONSO, 2009).

A abordagem construcionista nasce com fortes influências do interacionismo simbólico⁸. Ela defende que é preciso pensar sobre como os desafiantes veem as situações não só no mundo político, mas num mundo de significados. É preciso “conhecer sobre as ideias dos ativistas, suas interpretações e definições de uma situação e o significado que eles dão às coisas no mundo em volta deles” (EDWARDS, 2014, p. 92 – tradução livre).

É a partir dessa ideia que os pesquisadores incorporaram o conceito de quadros interpretativos para a análise da ação coletiva (SNOW & BENFORD, 1992; GAMSON, 1992; TARROW, 1998; BENFORD & SNOW, 2000). A ideia de quadros interpretativos, ou *frames* (em inglês), parte do entendimento de que o significado das coisas surge, muitas vezes, a partir de um processo interpretativo baseado na interação entre as relações sociais (SNOW, 2006). São esquemas de interpretação que permitem identificar e rotular as experiências dentro do nosso espaço diário de vida e no mundo em geral (SNOW & BENFORD, 2000). Os enquadramentos ajudam a tornar os eventos mais significativos, funcionando, portanto, como uma forma de organizar a experiência e guiar a ação.

De acordo com Pereira (2008), a análise a partir dos enquadramentos se concentra em entender o contexto em que os movimentos sociais estão inseridos, levando em conta as emoções e os sentimentos dos indivíduos, elementos que foram desconsiderados pela análise da Teoria de Mobilização de Recursos. A teoria busca compreender por que os indivíduos participam da ação coletiva, como eles percebem suas ações e quais elementos culturais se tornam disponíveis para a ação coletiva:

Esta perspectiva permitiu que as análises se centrassem na maneira pelas quais os militantes dos movimentos articulam o trabalho de construção de significados e símbolos necessários para o surgimento e a manutenção destes últimos, através da definição das *grievances*, dos papéis que cada um dos actores envolvidos nas políticas de conflito (protagonistas, antagonistas e o público) deverão ter, e a construção do consenso dentro e fora do próprio movimento de forma a legitimar a causa defendida (PEREIRA, 2008, p.156).

⁸Abordagem sociológica iniciada na década de 1960 por Hebert Blumer surge a partir do desconforto com o funcionalismo e o estruturalismo predominantes na sociologia em meados do século XX. De forma geral, essa perspectiva teórica considera fundamental levar em conta os significados que os indivíduos levam para a interação social, assim como a forma como eles interpretam os significados que recebem. Ver Blumer (1969), Goffman (2006), Gadea (2013).

Para Snow (2006), é na ação e trabalho dos movimentos sociais que surgem os quadros interpretativos de ação coletiva. Eles são formados a partir de um conjunto de crenças e ações orientadas que inspiram e legitimam as atividades e campanhas dos movimentos sociais (SNOW & BENFORD, 2000). Assim, os quadros de ação coletiva vão desempenhar essa função interpretativa, simplificando e condensando os aspectos do mundo lá fora. “A perspectiva dos quadros interpretativos vê os movimentos como agentes de significação envolvidos na produção e manutenção de significados para protagonistas, antagonistas e espectadores” (SNOW, 2006, p. 384 – tradução livre). Esses quadros servem para pontuar ou especificar o que é relevante ou o que é irrelevante para o objetivo do movimento. Eles também podem articular mecanismos, amarrando e conduzindo os elementos relacionados.

Nesse sentido, Snow e Benford (2000) nos apontam que os quadros de ação coletiva são construídos por duas características: 1) *tarefas de enquadramento*, ou seja, a função orientada para a ação; 2) *processo discursivo e interativo*, que tenta levar em conta as tarefas do núcleo e assim gerar quadros de ação coletiva.

Ao falar sobre as *tarefas de enquadramento*, Snow e Benford (2000) reiteram que os quadros de ação coletiva são construídos, em parte, quando aderentes de um movimento negociam e compartilham o entendimento de que é necessário mudar determinada condição ou situação problemática, fazendo atribuições sobre quem ou o que é o culpado, articulando medidas alternativas de ação e estimulando os outros a agir em conjunto para alcançar a mudança. Nesse sentido, essas tarefas englobam três quadros da ação coletiva: “quadro de diagnóstico”; “quadro de prognóstico” e “quadro motivacional”.

O quadro de diagnóstico diz respeito à identificação e atribuições de um problema. Os quadros de injustiça, por exemplo, são entendidos por muitos autores como quadro de diagnóstico (SNOW e BENFORD, 2000 *apud* GAMSON, 1982). Ou seja, o movimento identifica uma determinada situação como injusta e identifica também as vítimas dessa injustiça. A partir daí, procura dar nome aos culpados ou responsáveis por aquela situação. Já o quadro de prognóstico diz respeito a uma solução proposta pelo movimento para tentar resolver aquela situação injusta, ou seja, refere-se às estratégias do movimento, ao que deve ser feito para mudar dada situação. Por último, o quadro motivacional está relacionado ao ato da mobilização, à razão pela qual o indivíduo se engaja na ação.

Em uma análise semelhante, Gamson (1992; 1995) sugere três componentes do quadro da ação coletiva: injustiça, agência e identidade. A injustiça, diz respeito a uma indignação moral expressa como consciência política. Mas Gamson (1995) alerta que não se trata apenas

de um julgamento cognitivo ou intelectual sobre equidade. Trata-se de uma cognição mais forte, carregada de emoção, que requer a existência de atores motivados que vão carregar a responsabilidade pelos danos e sofrimento (“eles”). Os “eles” podem ser governos, grupos específicos ou corporações.

A agência diz respeito à consciência de que é possível alterar as condições e políticas por meio da ação coletiva. Ela é capaz de empoderar as pessoas, pois define o indivíduo como agente da sua própria história, onde o “nós” pode fazer algo. Já a identidade refere-se ao processo de definição do “nós”, em oposição a “eles”, que têm interesses ou valores diferentes.

Sobre os processos de enquadramentos e suas dinâmicas, Snow e Benford (2000) apontam que a literatura sobre os enquadramentos focou muito mais em entender como os ativistas escolhem os quadros que vão atrair mais participantes do que em saber como esses quadros são feitos. No entanto, os autores apontam que a literatura atual sobre enquadramentos mostra vários processos associados ao desenvolvimento e inovação de quadros interpretativos. Dessa forma, o entendimento é de que os quadros interpretativos são desenvolvidos e gerados não só por meio dos quadros da ação coletiva (como visto acima), mas também por meio de três conjuntos de processos sobrepostos: discursivo, estratégico e contestação.

O processo discursivo está relacionado à comunicação, à fala e à escrita, dentro do movimento e para as atividades do movimento. Nesse sentido, Snow e Benford (2000) apontam que os quadros da ação coletiva são gerados por dois processos de interação e discussão: a articulação dos quadros interpretativos e a amplificação desses quadros. A articulação dos quadros diz respeito à conexão e ao alinhamento de eventos e experiências que podem ser colocadas juntas.

Pedaços do observado e experienciado são montados, recolhidos e guardados de outras experiências. O que dá a novidade ao quadro de uma ação coletiva é tanto a originalidade ou a nova forma de seus elementos ideacionais, mas a maneira em que esses elementos são emendados e articulados, de modo que um novo ângulo de visão, ponto de vista, e/ou interpretação é fornecida (SNOW e BENFORD, 2000, p. 623 – tradução livre).

A ampliação dos quadros interpretativos envolve acentuar e destacar algumas questões e crenças mais do que outras. Isso pode ajudar na articulação dos processos e criar uma ponte conceitual entre outras questões e eventos. O destaque dessas crenças e questões pode chamar

atenção para um quadro maior ou também para um movimento do qual aquele quadro faz parte.

Ao falar sobre o processo discursivo, Gamson (1995) destaca o papel do discurso da mídia na construção dos quadros interpretativos. Uma vez que as ferramentas culturais afetam a construção de significados, a mídia, então, se torna uma ferramenta de extrema importância, ocupando um lugar central no campo da luta simbólica pela construção desses significados⁹.

Já os processos estratégicos dizem respeito aos processos de enquadramento que são deliberados, utilitários e objetivos. Snow e Benford (2000) afirmam que os quadros são desenvolvidos e empregados para alcançar um propósito específico, recrutando novos participantes, mobilizando aderentes e adquirindo recursos. Os esforços estratégicos dos movimentos para conectar seus interesses e seus quadros interpretativos com potenciais aliados e recursos geram o que os autores vão chamar de alinhamento dos quadros interpretativos. Dessa forma, Snow e Benford (2000) apontam que são identificados quatro tipos de alinhamentos dos quadros: *ponte entre quadros* – que faz a conexão entre duas ou mais ideologias; *amplificação do quadro* – que envolve a idealização e fortalecimento de valores e crenças; *extensão do quadro* – incorporação de interesses e enquadramentos que vão além dos interesses e questões primárias do movimento; e, por último, *a transformação do quadro interpretativo* – que é a mudança de entendimentos e significados antigos e a formação de novos significados. No entanto, é importante atentarmos que nem sempre o desenvolvimento dos quadros se dá de forma estratégica.

Os quadros da ação coletiva são, em geral, processos contestatórios dos movimentos sociais. Para Snow e Benford (2000), os atores que se engajam na ação coletiva estão envolvidos na política e na disputa de significados. Nesse sentido, os autores afirmam que os ativistas dos movimentos não são capazes de construir e impor para seus alvos a realidade que eles defendem. Eles encontram, ainda, uma gama de desafios confrontando todos aqueles que engajam nas atividades, e também fora do movimento. Esses desafios, como afirmam os autores, tendem a tomar formas como contraenquadramentos (feitos por movimentos

⁹ Ao falar sobre a importância da mídia na construção dos quadros interpretativos, Gamson aponta que a consolidação desses quadros se dá com a combinação de recursos pessoais e culturais. Mas nenhum desses recursos pode ser puramente pessoal ou cultural, afirma o autor. Assim, as pessoas estão o tempo todo trazendo suas próprias experiências e associações para leituras de textos culturais, e isso não é diferente com a mídia. As imagens dessa ferramenta não têm um significado fixo, pelo contrário, elas vão envolver uma “negociação com uma audiência heterogênea que podem fornecer a eles significados bastante diferentes a partir da leitura preferida” (GAMSON, 1995, p. 87).

opponentes, contramovimentos); espectadores e mídia; a disputa de enquadramentos dentro do movimento e também a dialética entre movimentos e eventos.

Dessa forma, podemos entender que o significado da luta é construído a partir da interação entre apoiadores e opositores (TARROW, 2009). Os movimentos sociais são responsáveis por nomear descontentamentos, conectando-se a outros descontentamentos a ponto de construir quadros de significados mais amplos. No entanto, Tarrow afirma que eles não podem adaptar quadros de significados a partir de símbolos tradicionais. É necessário haver um alinhamento do quadro interpretativo. Ou seja, é preciso orientar os quadros dos movimentos para agir em contextos particulares “[...] e os amoldam à intersecção entre um alvo da cultura da população e seus próprios valores e objetivos” (TARROW, 2009 p. 144).

Para Tarrow (2009), é por meio dos quadros interpretativos que as emoções dos indivíduos são transformadas em objetivos de luta. Por exemplo, a partir do momento em que atores se identificam com determinado quadro de injustiça, eles se unem para lutar contra o opressor que gera aquela situação injusta. Essa percepção de injustiça é fundamental para o surgimento de um quadro interpretativo na ação coletiva, pois é por meio dela que surgem os sentimentos de descontentamento e indignação. A partir daí, pode surgir o confronto que nomeia opositores e gera o objeto em comum do grupo. Dessa forma, “são atividades centrais dos movimentos sociais inserir os descontentamentos em quadros interpretativos amplos que identificam uma injustiça, responsabilizar outros por ela e propor soluções” (TARROW, 2009, p. 45).

Assim, podemos entender que os valores dos indivíduos e as ameaças dos interesses também podem estimular o confronto político. Os elementos simbólicos são bastante usados nas tentativas de mobilização dos movimentos sociais. Ao entendermos que a luta simbólica faz parte da ação coletiva, os desafios colocados nessas ações podem, muitas vezes, ser representados por frases, palavras, formas de se vestir ou uso de símbolos, sejam eles novos ou velhos. Fazendo isso, os movimentos utilizam símbolos que traduzem um objetivo coletivo e, por meio deles, fazem com que as pessoas se identifiquem com determinada luta.

2.2 Confronto político: uma agenda de pesquisa

Outra vertente da Teoria do Processo Político foi uma agenda de estudos sobre o Confronto Político (CP). Essa perspectiva teórica surge, no final da década de 1990, por meio de um processo de autocritica e revisão dos principais proponentes da TPP: McAdam, Tarrow e Tilly¹⁰. Esses três autores compartilhavam uma mesma insatisfação com o andamento dos estudos sobre os movimentos sociais nos Estados Unidos. Em uma entrevista dada a revista *Sociologia e Antropologia* (2012), Tarrow aponta que, para eles, a Teoria do Processo Político “havia se tornado estática e ignorava os mecanismos que levavam os atores a entrar em interação confrontacional” (TARROW, 2012, p. 13).

Dentro deste contexto, os três autores juntos lançaram, em 2001, o livro *Dynamics of Contention*, no qual fizeram uma revisão crítica sobre os principais conceitos norteadores da TPP e inauguraram uma agenda de pesquisa específica sobre políticas contenciosas.

Assim, o CP buscou expandir a análise teórica da TPP do estudo limitado sobre movimentos sociais, dando atenção para um fenômeno mais amplo, abarcando outros tipos de confronto coletivo, como revoluções, rebeliões, guerras civis entre outros (EDWARDS, 2014; MCADAM, TILLY & TARROW, 2001; 2009). Além disso, a ideia de uma agenda específica sobre confronto também se deu devido à necessidade de um diálogo entre diversas áreas de pesquisas que trabalhavam com temáticas relacionadas às mobilizações.

Trata-se, então, de uma agenda de pesquisa com estudos voltados para “ações coletivas, em que as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas. As reivindicações vão desde súplicas humildes até ataques brutais, passando por petições, reivindicações através de palavras de ordem e manifestos revolucionários” (MCADAM, TARROW, TILLY, 2009, p.11).

A abordagem do confronto político, segundo seus proponentes, busca colocar dinâmica, um processo interativo, ou seja, uma abordagem relacional. Essa perspectiva relacional parte da ideia de que, apesar da tradição estruturalista de McAdam, Tarrow e Tilly (2001), os autores reconhecem a necessidade de levar em conta a interação estratégica e o conhecimento e cultura acumulados historicamente. Nesse sentido, as interações sociais, como comunicação e conversação, são vistas como lugares de criação e mudança. “Nós temos

¹⁰ Outras obras dos autores na agenda do Confronto Político: *Contentious Politics* (TILLY & TARROW, 2006); *Regimes and Repertoires* (TILLY, 2006); *Contentious Performances* (TILLY, 2008); *Strangers at the Gates* (TARROW, 2013).

que pensar em redes interpessoais, comunicação interpessoal, e várias formas de negociação contínua – incluindo negociação de independentes – permanente como figurando central na dinâmica do confronto” (MCADAM, TILLY & TARROW, 2001, p. 22).

Segundo Edwards (2014), a abordagem do CP é nova em dois sentidos. Primeiro, porque ela inclui uma gama muito mais ampla de confronto político do que é colocado como movimentos sociais. De acordo com a autora, os proponentes do CP defendem que a pesquisa sobre movimentos sociais tem se separado desnecessariamente dos estudos sobre revoluções, conflitos étnicos, rebeliões etc. Dessa forma, o foco do estudo não se concentra apenas em movimentos sociais, mas nos episódios de confronto entre os desafiantes e seus desafiadore.

Esse talvez seja o principal argumento que justifique a abordagem do Confronto Político nesse trabalho. Ao falarmos de protestos e manifestações, ou seja, de episódios de confronto, principalmente as recentes mobilizações, como as Jornadas de Junho de 2013, nem sempre nos deparamos só com movimentos sociais organizados. Muitos dos movimentos sociais podem ter tido um importante papel na organização e execução de ações públicas, agindo de forma estratégica durante as mobilizações. O que é importante aqui é termos em mente que esse tipo de ação reúne não só militantes de movimentos sociais organizados, mas também simpatizantes de uma causa objeto de reclamação, e que não estão necessariamente ligados a alguma organização. Por isso, acredita-se aqui que entender uma mobilização como um movimento social seria um equívoco.

A outra inovação dessa abordagem é que ela adotou uma metodologia diferente para analisar os episódios de confronto. Edwards (2014) aponta que, na visão de Tilly, McAdam e Tarrow, a tarefa do pesquisador deve ser a de olhar os processos que moldam a mobilização da luta e a sua dinâmica, e, ainda, tentar descobrir quais os mecanismos causam esse processo. A partir dessa análise eles buscaram criar um quadro amplo de processos e mecanismos causais similares que se repetem numa determinada quantidade de lutas, mas que produzem resultados diversos de acordo com “as condições iniciais, combinações e as sequências em que ocorrem” (McADAM, TARROW & TILLY, 2001 *apud* BRINGEL, 2011, p. 59). O estudo de uma grande quantidade de eventos na Europa e na América do Norte, feito pelos autores, mostra que as interações estratégicas e culturas são importantes para a luta política. “Oportunidades, ameaças, estruturas de mobilização e repertórios não desaparecem totalmente, mas adquirem novos sentidos a partir da ênfase nos processos e mecanismos” (BRINGEL, 2011, p. 59).

Uma das principais críticas feitas a essa abordagem é o chamado viés “estadista”, que foi reconhecido pelos próprios proponentes do CP (MCADAM, TARROW, TILLY, 2001; MCADAM, TARROW, 2011 *apud* EDWARDS, 2014). A relação entre desafiantes e o Estado pode ser central para a maioria dos movimentos sociais, mas isso não é uma regra geral. Isso pode ser problemático ao analisarmos movimentos que desafiam mais corporações do que Estados, por exemplo. Além disso, em contextos não ocidentais, os movimentos sociais podem ter uma relação diferente com o Estado, já que em alguns lugares, não há uma distinção clara entre sociedade civil e Estado (SOULE, 2009; GIUGNI, 2011 *apud* EDWARDS, 2014).

Outra crítica feita ao CP é o fato de a abordagem querer aplicar sua análise não somente aos movimentos sociais, mas em todos os episódios de confronto. Para Edwards (2014), a CP coloca os mecanismos causais comuns dentro de uma ampla gama de confronto, mesmo quando eles têm combinações e efeitos diferentes. Esse fato faz com que fique mais difícil manejar os mecanismos e vê-los com maior clareza. A seguir, veremos alguns dos principais pontos discutidos pelo CP.

2.2.1 *A ação coletiva contenciosa*

Ao falarmos sobre confronto político, precisamos, primeiramente, definir o que entendemos por ação coletiva política contenciosa. Segundo Mc Adam, Tarrow e Tilly (2001), esse tipo de ação pode ser entendida aqui como algo episódico, público e de interação entre indivíduos. O confronto ocorre por meio de uma ação coletiva. A base dos movimentos, protestos e revoluções se concentra nessa ação coletiva de confronto (TARROW, 2009).

A ação coletiva é entendida como um esforço mútuo em favor de um compartilhamento de interesses e programas. Ela nem sempre é contenciosa e nem sempre está no campo da política. A ação coletiva entra na política quando há interação com os agentes dos governantes, ou lidando diretamente com eles, ou engajando em atividades tendo em vista regulações e interesses de direitos governamentais (TILLY, 2008).

Nesse sentido, Tarrow (2009) afirma que a ação se torna contenciosa quando ela é realizada por pessoas que não têm acesso às instituições, desafiando os outros, as autoridades e o Estado e reivindicando novas demandas. Ela ocorre quando “pessoas comuns, sempre

aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores” (TARROW, 2009, p. 18). Segundo Tarrow (2009), muitas vezes, esse é o único recurso que os cidadãos comuns têm contra seus opositores (mais poderosos do que eles). Esses atores agem em função de uma exigência nova ou de algo que não foi atendido, desafiando as autoridades. A ação coletiva de confronto tende a ser disruptiva, seja ela contra as elites, estados ou códigos culturais. A ideia da ação é interromper ou tornar incertas as atividades do opositor (TARROW, 2009).

Para Tilly (2008), o confronto político envolve um fluxo de interações em que atores fazem suas reivindicações, sendo colocado também o interesse de outras pessoas. Nessa ação de confronto, os governos aparecem tanto como alvos, iniciantes das reivindicações ou terceiros. “O confronto político, então, traz junto três características da vida social: confronto, ação coletiva e política” (TILLY, 2008, p.05). A ação de confronto envolve reivindicações que influenciam os interesses dos outros. As pessoas fazem reivindicações com palavras como condenar, opor, resistir e apoiar. Eles também reivindicam por meio de ações como ataques, ocupações, aplausos, expulsões, cantos etc.

Partindo da ideia de McAdam, Tarrow e Tilly (2001), Pereira (2008) aponta que as ações políticas contenciosas podem ser divididas entre contidas e transgressoras. As ações contidas são aquelas em que os atores envolvidos já possuem sua legitimidade reconhecida, ou seja, os participantes do confronto e os meios que eles utilizam já são institucionalizados. Já as ações transgressoras são aquelas onde o ator não é reconhecido num primeiro momento e a forma de ação foge dos padrões estabelecidos.

Nesse sentido, Tarrow (2009) aponta três importantes aspectos das ações contenciosas, que merecem serem detalhados aqui:

- 1) *a ação violenta* – é o traço mais visível da ação coletiva, pois se destaca facilmente como notícia. É também uma forma de ação mais fácil para pequenos grupos. A ação violenta nem sempre é irracional, ela é muitas vezes utilizada para unir apoiadores e mostrar a coragem do movimento. A ameaça de violência pode dar poder aos movimentos, mas, ao mesmo tempo, dá às autoridades maior legitimidade para a repressão. Desse modo, a ação violenta pode assustar simpatizantes e aliados, restringindo o número de indivíduos dispostos ao confronto violento;

- 2) *ação convencional* – faz parte do repertório de ação mais comum. Isso porque é mais fácil para os indivíduos participarem de ações já conhecidas e utilizarem repertórios que eles saibam usar. As greves e demonstrações são algumas formas convencionais de ação coletiva, que, por exigirem relativamente pouco compromisso e baixo risco, muitas vezes conseguem atrair um grande número de participantes (TARROW, 2009). Essas formas de ação surgiram como uma ação direta disruptiva, que, posteriormente, foram institucionalizadas. Na medida em que foram legalizadas, criou-se uma cultura de confronto. Essas formas institucionalizadas conseguem atrair um maior número de cidadãos comuns e simpatizantes do que uma ação violenta ou com uma tática desconhecida, por exemplo;
- 3) *ruptura criativa* – está na fronteira entre a convenção e o confronto. A ruptura faz parte dos grupos de desafiantes. Ela pode assumir diversas formas, mas nas formas contemporâneas de confronto ela assume uma forma mais indireta, não necessariamente ameaçando a ordem pública. Primeiro é a realização concreta da determinação de um movimento. Ao mesmo tempo, a ruptura impede as atividades rotineiras de seus oponentes, espectadores causais ou autoridades, forçando-os a atender às reivindicações dos que protestam. Finalmente, a ruptura amplia o ciclo do conflito. Bloqueando o trânsito ou interrompendo os negócios públicos, os participantes incomodam os transeuntes, põem em risco a lei e a ordem e colocam as autoridades num conflito privado (TARROW, 2009. p. 128). A ruptura é, portanto, grande fonte de inovação dos confrontos.

Tarrow (2009) afirma que existe um paradoxo ao se falar das formas disruptivas de confronto político. Apesar de ser uma forte arma dos movimentos sociais – ao dar poder a atores mais fracos –, nos ciclos modernos de ação coletiva as formas disruptivas são instáveis. Isso porque sustentar a ruptura depende de três fatores difíceis de serem mantidos a longo prazo: manter um alto nível de compromisso dos atores; manter as autoridades em desequilíbrio e resistir tanto à violência quanto à a convencionalização.

É claro que, como afirma Tarrow (2009), esses aspectos do confronto não se dão de formas isoladas. Eles podem ser combinados e assumir várias formas. O movimento social moderno é, para o autor, multiforme, variando entre protestos simbólicos, violentos e

convencionais. Essas várias formas podem gerar um confronto criativo, capaz de trazer novos elementos aos repertórios e expandir para outros grupos.

Assim, podemos entender que o confronto político envolve interações entre atores que fazem reivindicações e representam os interesses de outras pessoas (TILLY, 2008). O encontro com indivíduos não só ajuda a dar visibilidade à ação coletiva, como também ajuda a recrutar pessoas dispostas a lutar pela causa. Segundo Tilly (2008), os participantes interagem com espectadores, com os objetos da reclamação, com competidores e também com as autoridades. Durante esse processo, eles introduzem pequenas inovações dentro da ordem estabelecida. Muitas dessas inovações desaparecem quando o evento acaba, mas algo fica. “Algumas performances desaparecem, outras modificam, e outras tantas se modificam gradativamente” (TILLY, 2008, p. 12 – tradução livre).

2.2.2 *Repertórios de ação e as performances públicas*

A ideia de repertórios de ação surge na obra de Tilly ainda na década de 1970 com a TPP, mas é na década de 1990 e com a abordagem do Confronto Político que o conceito se consolidou como central na obra do autor. Ao procurar identificar as maneiras políticas de agir, Tilly utiliza o conceito de repertórios de ação coletiva, que seriam utilizados para “designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (ALONSO, 2012, p. 29). Para Tilly, o conceito buscava levar em conta a temporalidade lenta das estruturas culturais ao mesmo tempo em que dava espaço aos agentes (ALONSO, 2012).

Repertórios e performances são termos do teatro e da música que Tilly toma emprestado para ajudar na sua análise. A metáfora utilizada por Tilly (2008) é feita porque, segundo o próprio autor, quando nós olhamos de perto uma ação de confronto em particular vemos que há uma improvisação dos atores.

A metáfora teatral chama atenção para o caráter de conjunto, aprendizado e de improvisação da interação entre as pessoas, como eles fazem e recebem as reivindicações dos outros. A reivindicação muitas vezes se assemelha ao jazz e *commedia dell'arte*, em vez de uma leitura ritual da escritura. Como um trio de jazz ou uma improvisação do grupo de teatro, pessoas que participam do confronto político normalmente têm várias peças que podem tocar, mas não um infinito (Sawyer 2001). Dentro desse conjunto limitado, os tocadores escolhem que peças eles irão executar aqui e agora e em que ordem (TILLY, 2008, p.14 – tradução livre).

Em um dado tempo e lugar, as pessoas aprendem um determinado número de performances que utilizam para fazer suas reivindicações. Petições públicas, manifestações e greves são exemplos de performances. Essas ações públicas ligam, pelo menos, dois atores: um reclamante e um objeto de reclamação, e é aí que se encontra o caráter relacional da ação. As reivindicações podem ser feitas de diversas maneiras: usando palavras como condenar, resistir, demandar ou com ações como atacar, praguejar, aplaudir ou mesmo jogar flores (TILLY, 2008).

Essas ações são herdadas e reproduzidas o tempo todo. Elas são usadas e recicladas pelos atores (DELLA PORTA & DIANI, 2006). Isso porque, muitas vezes, a escolha de táticas de ação mais antiga ajuda a legitimar o protesto. Porém, Della Porta e Diani (2006) apontam quem nem todas as formas de ação podem servir para todas as ocasiões. Além disso, os autores ressaltam que as formas de protesto possuem graus e lógicas diferentes. Muitas vezes, uma forma de ação tem a tarefa de cobrir uma pluralidade de objetivos (alguns contraditórios). As opções de estratégia também são limitadas por fatores externos e internos.

Segundo Tilly (2008), as performances nunca são iguais. Isso porque os participantes improvisam constantemente em dois caminhos: descobrindo como moldar as rotinas disponíveis para comunicar as suas reivindicações; e respondendo as reações das outras pessoas de como eles fazem a reivindicação. Durante a performance, os reivindicantes interagem com outros participantes, expectadores, competidores e autoridades. Nesse processo eles introduzem inovações pequenas nas formas estabilizadas e, a maioria dessas inovações desaparece quando o evento acaba. Algumas performances desaparecem com o tempo, outras surgem e outras se modificam incrementalmente. Para Tilly (2008), as inovações acontecem em pequena escala, e a efetividade da ação depende de um reconhecimento, seja em relação entre as partes ou por um uso prévio da forma de ação.

Tarrow (2013) aponta que mais uma das vantagens do estudo elaborado por Tilly é que ele tanto amplia quanto estreita o alcance dos estudos das performances. Ele estreita na medida em que delimita que as performances contenciosas envolvem governos, mas amplia o alcance quando sua pesquisa vai além dos estudos sobre movimentos sociais. Para Tilly, os movimentos sociais são particulares, apenas uma forma das várias formas de confronto. Sua pesquisa é ampliada para todos os tipos de eventos de confrontos políticos.

As performances mudam de acordo com as mudanças no contexto político. Para Tilly (2008), rápidas mudanças nos contextos políticos oferecem mais estímulos para a radicalização e rápidas inovações nas performances. Os participantes do confronto político

aprendem como combinar performances com circunstâncias locais, modificar as performances de acordo com seus efeitos. As performances variam e mudam em uma relativa independência dos repertórios.

O conjunto de performances disponíveis forma um repertório de ação. As performances se agrupam em repertórios de rotinas de reivindicações que podem ser aplicadas na relação entre reivindicantes e objetos de reivindicação. A existência de um repertório de ação significa que o reivindicante tem mais do que um caminho para fazer suas reivindicações (TILLY, 2008). “As mesmas pessoas que podem marchar pelas ruas também podem assinar petições, as mesmas pessoas que conduzem ataques armados contra outros também podem encontrar para negociar” (TILLY, 2008, p.14).

Seguindo o raciocínio de Tilly (1995), Tarrow (2009) aponta que os repertórios de ação podem ser entendidos como diversas maneiras no qual um grupo de indivíduos age em busca de interesses que são compartilhados entre eles. O repertório pode descrever o que acontece em um determinado contexto, identificando rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas.

O repertório de ação então é um conceito que é concomitantemente estrutural e cultural. Isso porque “ele envolve não só o que as pessoas fazem quando estão engajadas no conflito, mas o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que elas façam” (TARROW, 2009, p. 51). Ou seja, os repertórios devem ter um significado, uma mensagem. Além disso, os repertórios variam de lugar para lugar, de tempos em tempos e de espaços para espaços. De forma geral, quando as pessoas fazem suas reivindicações, performando, elas frequentemente estão inovando. Porém, essas inovações ocorrem dentro de um conjunto de limites colocados por um repertório já estabelecido naquele lugar, no tempo e no espaço (TILLY, 2008).

Para Tilly (2008), os repertórios de ação podem variar de acordo com o grau em que uma experiência da ação coletiva pode afetar uma próxima experiência. Segundo o autor, podemos identificar quatro níveis de variação de repertórios.

- 1) não repertório: ocorre quando uma performance não afeta ou prediz a próxima ação, ou também quando os atores agem fazendo o que será mais eficiente para aquela determinada circunstância, pois suas ações expressam as emoções daquele momento. Reflexos individuais e comportamentos instantâneos se enquadram nesse nível;

- 2) repertórios fracos: quando ocorre repetição de um ou outro episódio, devido ao hábito ou a imaginação limitada. Assim, a repetição é mais fácil do que a inovação. As conversas casuais e caminhadas nas ruas seriam exemplos de repertórios fracos;
- 3) repertórios fortes: seria algo como performances teatrais. Os participantes do confronto utilizam os roteiros disponíveis e, dentro deles, vão inovando, ainda que seja aos poucos. Os debates parlamentares estão nesse nível;
- 4) repertórios rígidos: ocorre quando os participantes fazem poucas performances repetidas vezes, exatamente da forma que ela é. Um exemplo é um treinamento no exército militar.

Para Tilly (2008), o confronto público coletivo que estamos tratando envolve, em sua maioria, repertórios fortes. Isso porque a ação coletiva de confronto contém um contínuo aprendizado coletivo e uma incessante adaptação, que resulta da interação entre os manifestantes, os objetos de manifestação, terceiros e observadores. Os participantes do confronto aprendem continuamente como interagem. Como consequência da interação e barganhas de trocas o caminho da ação coletiva restringe as formas subsequentes. Isso influencia as questões, conjuntos e resultados da luta popular (TILLY, 2008).

Dizer que o confronto político envolve repertórios fortes traz algumas implicações para a análise (TILLY, 2008). Primeiro porque, segundo Tilly, isso implica dizer que as performances e repertórios são fenômenos casualmente e simbolicamente coerentes. Fenômenos casualmente coerentes resultam dos mesmos mecanismos básicos e produzem efeitos similares em uma ampla gama de circunstâncias. Um fenômeno simbolicamente coerente resulta da ação humana que classifica eventos como semelhantes, independentemente de serem ou não casualmente coerentes.

Segundo, é que a hipótese de repertórios fortes implica alguns constrangimentos. Performances e repertórios não são simplesmente como rótulos disponíveis para regular uma disputa. A existência prévia de uma performance leva a inovações e a outras performances similares. O estabelecimento de um repertório de interação entre cidadãos e governantes inclui petições, delegações, encenações públicas, para que eles possam escolher entre essas performances quando precisam fazer as reivindicações. Aqui, Tilly mais uma vez reforça o argumento de que as performances e repertórios são casualmente e simbolicamente coerentes e a sua existência restringem as ações coletivas de reivindicação.

Para ajudar reforçar a hipótese de que o confronto político envolve repertórios fortes, Tilly (2008) coloca alguns critérios desses repertórios. São eles:

- Em determinados espaços e tempos, as performances se agrupam em um número limitado e recorrentes de tipos bem definidos.
- Dentro do alcance definido pelas ações de confronto de um dado conjunto de atores, lacunas substanciais aparecem; muitas combinações de ações dentro do alcance técnico dos participantes não ocorrem. Por isso, os tipos de performances têm limites visíveis mais do que ser distribuído continuamente sobre o espaço possível.
- Para um dado conjunto de ações e atores, as performances mudam relativamente pouco de uma para a próxima. O que acontece em uma ação é detectar as restrições que ocorrerá na próxima.
- Os participantes do confronto dão evidências de que estão conscientes das ações públicas, dando nomes a elas, referindo a ações anteriores do mesmo tipo, dividindo o trabalho, antecipando as ações e encerrando-as mais ou menos simultaneamente.
- Dentro de um conjunto de atores conectados, cada par de atores tem um próprio repertório. Em pares, os reivindicantes fazem escolhas dentro do seu repertório existente.
- Quanto mais conectado a história dos atores fora do confronto, mais similar serão seus repertórios. Aumentar a conexão, faz homogeneizar um repertório, tornando-o modular.
- Novas performances chegam, principalmente, com as inovações dentro das próprias performances, mas elas tendem a estabilizar, cristalizar e estabelecer limites.

Para Tarrow (2013), as variações nos repertórios ocorrem por três principais razões. Primeiro porque alguns tipos de regimes permitem algumas performances, proíbem outras e toleram algumas outras. Isso faz com que alguns atores se afastem de algumas performances escolhendo outras e inovando entre as duas. A segunda razão é que a história do confronto pode restringir as escolhas das pessoas. Segundo Tarrow, as pessoas, em geral, estão mais dispostas a chamarem um episódio revolucionário se o seu país já vivenciou episódios

semelhantes no passado do que países que nunca vivenciaram revoluções. E, por último, as mudanças na estrutura das oportunidades políticas encorajam algumas ações, desencorajam outros e dão às pessoas a oportunidade de inovarem nos roteiros já conhecidos.

O modelo de inovação defendido por Tilly, por meio de oportunidades e roteiros conhecidos, gerou bastante polêmica. De forma geral, o autor defende que as performances contenciosas mudam incrementalmente como resultado de experiências compartilhadas e restrições externas, e não como resultado de um grande evento (TARROW, 2013). Sendo assim, Tarrow (2013) questiona como podemos entender então sobre grandes eventos, como a Revolução Francesa, ou os *sit-ins* que ocorreram durante os movimentos pelos direitos civis nos EUA na década de 1960. Estes eventos não trariam grandes mudanças de época para os repertórios de confronto? A resposta de Tilly foi: “Muito pouco” (TARROW, 2013, p. 126). Tarrow aponta que, na visão de Tilly, há uma combinação de oportunidades, restrições e inovações produzindo dois ritmos no perfil do confronto nacional: ritmos de curto prazo dentro de episódios particulares que podem produzir entusiasmos de inovações e ritmos de longo prazo de mudanças seculares nos repertórios nacionais, como mudança dos repertórios entre o século XVIII e XIX.

2.2.2.1 Identificando repertórios de ação

Até o século XVIII, o repertório de confronto era caracterizado por ações diretas e fragmentadas, ligadas diretamente aos seus alvos e queixas, raramente indo além do interesse local (TARROW, 2009). As lutas pelo pão ou pela terra, tumultos em torno de crenças ou por morte de algum ente querido são exemplos desse repertório.

No entanto, as mudanças ocorridas na sociedade a partir do século XVIII e XIX – como a expansão das estradas e da comunicação impressa e o crescimento de associações privadas – tiveram um grande impacto no repertório de ação. Com essas mudanças, houve também uma mudança nas ações públicas de confronto. Elas passaram a ser cosmopolitas, autônomas e modulares. Ou seja, elas atravessavam as fronteiras locais, e tinham a capacidade de se adaptarem a situações inovadoras.

Eles eram *cosmopolitas* ao referir-se com frequência a interesses e questões que diziam respeito a muitas localidades ou afetavam centros de poder cujas ações atingiam muitas outras. Eram *modulares* por serem facilmente transferíveis de um local ou circunstância para outros. Eram *autônomos* ao começarem por iniciativa dos próprios reclamantes estabelecer contato direto entre esses e os centros de poder nacionalmente significativos (TILLY, 1995b: 46 *apud* TARROW, 2009, p. 52).

Os fundamentos do repertório de ação foram desenvolvidos na prática cotidiana do confronto. Os grandes eventos de luta são, em grande parte, a culminação de desejos de mudanças que estavam latentes entre os indivíduos. Esse novo repertório teve impacto profundo na política moderna. Isso porque se, a curto prazo, as pessoas que desafiavam eram reprimidas, a longo prazo ele aumentou o poder das pessoas para desafiar os governantes, forçando-os a criarem meios de controle social mais sutis. Com o tempo, alguns desses repertórios passaram a fazer parte da política convencional, como é o caso das greves (TARROW, 2009).

É importante destacar que o surgimento de um repertório de ação não extingue as ações de um repertório mais antigo. Tarrow (2009) denomina o repertório paroquial de repertório tradicional, enquanto as ações cosmopolitas fazem parte do que ele chama de repertório moderno. Para Tilly (2008), essa identificação moderno/tradicional não ajuda no entendimento dos repertórios, muito menos definir qual deles é mais político ou mais revolucionário. Segundo Tilly seria “como dizer que o inglês contemporâneo é melhor do que o de Shakespeare, como se um fosse mais eficiente ou sofisticado do que o outro” (TILLY, 2008, p.45 – tradução livre). O que é importante reconhecer, afirma Tilly, é que os repertórios de confronto são um conjunto de ferramentas para as pessoas envolvidas. Essas ferramentas servem para mais de um fim e a sua eficácia depende da relação entre as ferramentas, as tarefas e os usuários (TILLY, 2008). Assim,

Um novo repertório surge no século XIX porque novos usuários tomam novas tarefas e as ferramentas disponíveis se tornam inadequadas às suas habilidades e seus problemas. Nas lutas atuais, pessoas fazem reclamações e contra-reclamações formando novos meios de reivindicações. Eles agrupam performances complementares dentro de repertórios [...] Ambos repertórios refletem e interagem com a organização de poder dentro dos seus contextos históricos ” (TILLY, 2008, p. 45 – tradução livre).

Dessa forma, os repertórios representam formas culturalmente codificadas no qual os indivíduos interagem no confronto político (MC ADAM, TARROW & TILLY, 2001). Della Porta e Diani (2006) concordam com Tarrow (2009) ao falar sobre a modularidade dos repertórios modernos. Marchas, boicotes, manifestações e ocupações fazem parte do

repertório moderno de ação coletiva, caracterizados por serem utilizados por uma diversidade de atores para alcançar uma variedade de objetivos (DELLA PORTA & DIANI, 2006).

O repertório de ação muda aos poucos em um longo período de tempo. A ação coletiva contenciosa é então produto de um aprendizado e de performances historicamente fundamentadas. Em um dado tempo e espaço, as pessoas aprendem um número limitado de performances. Elas vão mudando com o resultado de experiências acumuladas e restrições externas. A ação coletiva envolve esforços coordenados em favor de interesses ou programas compartilhados (TILLY, 2008)

Os repertórios se modificam o tempo todo, seja em função de um contexto político, ou em função de mudanças tecnológicas que podem ser apropriadas das mais diversas formas pelos atores (PEREIRA, 2012). Assim, Della Porta e Diani (2006) acrescentam que as novas táticas são frequentemente criadas e podem ser generalizadas, passando de um grupo social para outro, ou de um país para outro. Elas emergem e são transformados no decurso das interações físicas e simbólicas.

2.2.2.2 As demonstrações de rua

Cabe aqui destacar a importância de uma performance do repertório modular: as demonstrações de rua. Esse tipo de ação surgiu no século XVIII, mas teve sua consolidação na Europa Ocidental no século XIX. A partir daí, espalhou seu alcance nos regimes democráticos e semidemocráticos de todo o mundo e é bastante utilizada até os dias de hoje. “As demonstrações logo se tornaram uma ferramenta de múltiplos propósitos mais do que um instrumento orientado para alguma simples meta ou inclinação política” (TILLY, 2008, p.73).

Os ativistas aprenderam, ainda no século XIX, a montar as três variações das demonstrações de ruas: marcha através das ruas públicas; ocupação organizada de um espaço público; e a combinação dos dois em uma marcha para ou de um encontro público.

Tilly (2008) mostra que as demonstrações de rua tiveram seu início sem a mediação ou consenso das autoridades nacionais, mostrando assim, a voz popular. Dessa forma, essa ação pública sinalizou a presença de um forte ator político. Segundo o autor, as demonstrações públicas estão relacionadas a soberania popular, pois elas transmitem o “direito de pessoas comuns falarem sobre as suas preferências e, portanto, formar o sistema de governo. Nas

mãos de empresários políticos, ela se transforma num importante significado de poder popular” (TILLY, 2008, p. 74).

As demonstrações de rua vêm chamando atenção nos últimos anos por trazer uma grande quantidade de indivíduos às ruas. Marchas, protestos em larga escala e ocupações (muitas delas em praças públicas) tem se tornado bastante comuns em diversos países, democráticos ou não, com contextos histórico e político diversos e regimes bastante diferentes.

Podemos ver o caso da Primavera Árabe com os regimes autoritários: na Tunísia, a autoimolação do vendedor ambulante Mohamed Bouazizi, em 2011, como forma de protesto por ter sua banca de frutas e verduras confiscada, comoveu a população do país que foi às ruas, com demonstrações espontâneas, para protestar contra o governo e contra as más condições econômicas, políticas e sociais (CASTELLS, 2013). As demonstrações no país tiveram uma grande repercussão e desencadearam em uma onda de manifestações em outros países árabes como Egito, Argélia, Iêmen, Líbia, Síria e Jordânia. O resultado foi a “queda” de quatro ditadores: Zine el Abadine Bem Ali da Tunísia, Hosni Mubarak do Egito, Muammar Gaddafi da Líbia e Ali Abdullah Saleh do Iêmen (MARQUES & OLIVEIRA, 2013; HOWARD & HUSSAIN, 2013; HOWARD, DUFFY, FREELON, HUSSAIN, MARI, MAZAID, 2011 *apud* ALMEIDA, 2013).

Em contextos democráticos, podemos destacar as ocupações de praças públicas que aconteceram nesse mesmo ano, nos EUA e Espanha, com os movimentos Occupy Wall Street (JENSEN & BANG, 2013) e os Indignados (CASTELLS, 2013), respectivamente. Em 2013, as manifestações continuaram a chamar atenção da opinião pública. Na Turquia, os protestos ambientais contra a demolição de árvores no parque Parque Taskim Gezi, em Istambul, para a possível construção de um centro comercial, ganharam repercussão depois da violenta repressão policial contra os manifestantes (MENDONÇA & ERCAN, 2014). Na Argentina, o milhares de pessoas saíram nas ruas, em dezembro de 2001, batendo panelas e gritando “*¡Que se van todos!*” protestando contra a política de austeridade do governo (RICCI & ARLEY, 2014; AUYERO, 2002). No Chile, desde 2006, estudantes secundaristas articulam um movimento nacional exigindo gratuidade no transporte estudantil e redução da taxa de inscrição da Prova de Seleção Universitária (PVS) (OLIVEIRA, 2011). Os estudantes receberam apoio da sociedade civil e chegaram a reunir cerca de 1 milhão de pessoas nas ruas em busca de uma reforma educacional (DE LA CUADRA, 2008 *apud* OLIVEIRA, 2011). Como veremos mais à frente no Brasil, as Jornadas de Junho no Brasil de 2013 foi um intenso

período de demonstrações em massa, onde as pessoas se reuniram em praças e avenidas marchando para expressar sua insatisfação com o governo.

2.2.3 *Eventos, episódios e ciclos de confronto*

Outro ponto que devemos ater nossa atenção nos estudos sobre confronto político é fazer uma diferenciação entre eventos e episódios (TILLY, 2008). Para Tarrow (2013), ao analisarmos grandes fluxos de confronto não estamos apenas estudando simples eventos, mas episódios onde esses eventos estão incorporados. Segundo o autor, eventos podem ser entendidos como uma sequência de ocorrências que promovem a transformação de determinadas estruturas.

Na definição de Tilly (2008) episódios são entendidos como “sequências limitadas de interação contínua normalmente produzidas por um investigador para cortar fluxos mais longos de contensão em segmentos para fins de observações sistemática, comparação e explicação” (TILLY, 2008, p. 10 – tradução livre).

Tarrow (2013) afirma que a distinção de Tilly (2008) entre eventos e episódios é bastante importante para a análise dos confrontos. Isso porque enquanto os eventos são muitas vezes definidos pela mídia como acontecimentos independentes (pois chamam a atenção da opinião pública em momentos de erupção), utilizar episódios como unidades de análise permitiu que Tilly pudesse ver em que extensão uma combinação de performances aparece repetidamente em uma mesma sequência de eventos. Além disso, permite ver como os repertórios desenvolvem ao longo do tempo¹¹.

Identificar episódios continua sendo uma tarefa difícil para o pesquisador. Segundo o Tilly (2008) autor, três abordagens podem ajudar os estudiosos a delinear os episódios: 1) tentar reconstruir a experiência dos participantes do confronto como um único episódio, levando auto relatos de eventos organizados ou campanhas como unidades de observação; 2) adotar posições que já aparecem relatadas na mídia, como o que jornais contam como tumultos ou policiais contam como encontros com manifestantes e 3) deixar observadas

¹¹ Tilly utiliza essa metodologia para definir episódios em vários dos seus estudos sobre revoluções e políticas contenciosas. Um deles é o estudo sobre ações, repertórios, performances na Grã-Bretanha entre 1758 e 1834. Ver Tilly, 2008.

interações e suas interrupções em episódios delimitados, como reagrupar contas disponíveis em um dia de interação.

2.2.3.1 Ciclos de confronto

Ao falar sobre o trabalho de Tilly, Tarrow (2013) aponta que uma das grandes contribuições do estudo do autor sobre eventos na história¹² foi facilitar o entendimento do que ele vai chamar de ciclos de confronto. Em sua definição, Tarrow entende ciclo de confronto como “uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados” (TARROW, 2009, p. 182). Esse conceito de ciclos de confronto vem de uma coleta sistemática de dados de eventos durante um período curto de tempo (10 a 20 anos). Essa é uma maneira limitada de estudar as conexões entre eventos, identificando as principais mudanças políticas, e interpretando a história como uma progressão interativa entre estrutura e ação (TARROW, 2013).

Além disso, Tarrow defende que essa análise densa de eventos pode nos ajudar a entender o processo de difusão de novos repertórios dentro do ciclo, bem como traçar a construção e difusão de novos enquadramentos e de novas identidades coletivas dentro da ação. A análise passa de uma simples catalogação de eventos para uma análise relacional de interações entre atores, seus aliados e seus inimigos. Ciclos de confronto também podem ser entendidos como ondas que se difundem através de territórios. A disseminação do confronto produz externalidades que geram vantagens aos desafiantes. Isso faz com que o Estado crie estratégias de reação, podendo ser repressivas ou facilitadoras, ou as duas. O ciclo produz resultados gerais, sendo mais do que uma soma de eventos agrupados, porém desconectados (TARROW, 2009, p. 182).

Os ciclos de confronto também podem estar relacionados às mudanças nos repertórios. Isso porque, primeiramente, dentro de um ciclo, temas, símbolos e inovações táticas dos indivíduos e do grupo influenciam um ao outro. Segundo, a forte interação do ciclo gera

¹²Charles Tilly teve uma forte influência da perspectiva histórica em seus trabalhos. Várias de suas obras se concentraram na análise de confrontos políticos em países ao longo da história. Dentre suas obras com análises sócio-históricas, destacam-se: *Contentious Performances* (2008); *Social Movements 1768-2004* (2004); *Popular Contention in Great Britain, 1758-1834* (1995); *The Contentious French* (1983).

oportunidades e incentivos para inovar, o que é mais difícil fora desses ciclos. Em terceiro lugar, as mudanças dentro de um ciclo de uma fase de expansão para uma fase de retração alteram a situação estratégica dos participantes, mudando a atratividade das formas de interação. Por último, as formas de ação bem-sucedidas, somadas ao apoio e a publicidade tendem a se generalizar e se acrescentar em longo prazo nos repertórios (Tarrow, 2013).

Tarrow (2013) ainda aponta que os ciclos de confronto podem nos ajudar a entender a relação entre as mudanças nos repertórios e o que ele chama de “momentos de loucura”, ou seja, períodos turbulentos, onde há rupturas históricas. Esses momentos são muitas vezes vistos por alguns autores como algo novo, em que se criam novas formas de ação e identidades coletivas. Porém, ao associarmos as inovações desse momento com o desenvolvimento do repertório de confronto, nós encontramos um problema, afirma Tarrow. Pois, se nos momentos de loucura temos a criação de novas ações, porque então os repertórios de confronto mudam de forma tão devagar? Para Tarrow os ciclos de confronto podem nos ajudar a resolver esse problema. Na visão do autor, os momentos de loucura não transformam o repertório de repente, mas sim, contribuem para sua evolução “de largos ciclos em que inovações na ação coletiva são difundidas, testadas e refinadas em uma forma já esboçada e, algumas vezes, tornam-se parte do repertório aceito” (TARROW, 2013, p.133).

É dentro deste ciclo então que as performances antigas vão se combinar com performances novas. Os atores sociais adotam novas táticas de luta, e as forma de ação coletiva se tornam modulares. Assim, os ciclos de confronto são lugares onde os momentos de loucura serão misturados com as ferramentas permanentes do repertório de uma sociedade.

Embora não tenham uma frequência regular e certa uniformidade, Tarrow afirma que é possível estabelecer algumas características dos ciclos de confronto. São elas:

- *Intensificação do conflito* – ciclos de confronto intensificam o conflito no sistema social como um todo;
- *Difusão geográfica e setorial* – os ciclos traçam caminhos de difusão do centro de um lugar para periferias;
- *Organização de movimentos sociais* – muitas vezes os ciclos de protestos são desencadeados por eventos imprevisíveis e eles quase nunca estão sobre controle de movimentos sociais;
- *Novos quadros de significados* – os ciclos também produzem ou transformam os símbolos, significados e ideologias que justificam a ação coletiva.

- *Expansão dos repertórios de confronto* – esse é para Tarrow, o traço mais distintivo dos ciclos de protesto. Dentro do ciclo, novas formas de protesto são formadas.

Os ciclos de confronto, então, são como ondas de aumento e declínio de ações e reações coletivas inter-relacionadas, cuja frequência, intensidade e formas aumentam e declinam em uma relativa proximidade de tempo (TARROW, 2013).

Assim, procuramos nesse primeiro capítulo fazer uma revisão bibliográfica acerca da Teoria do Processo Político, buscando apontar suas limitações bem como seus avanços ao longo desses quarenta anos. O referencial teórico trabalhado é o primeiro passo para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que o entendimento de conceitos como repertórios de ação, performances e oportunidades e restrições políticas serão fundamentais para esta pesquisa. No próximo capítulo, nos concentraremos nos estudos sobre as ações políticas de confronto e uso da internet, apontando os limites e avanços das ferramentas de tecnologias de informação e comunicação (TICs) nos confrontos políticos contemporâneos.

3. O CONFRONTO POLÍTICO E A INTERNET

O objetivo deste capítulo é fazer uma discussão sobre o confronto político contemporâneo e a importância das novas tecnologias de informação e comunicação na dinâmica dessas ações. Dessa forma, busca-se, primeiramente, entender o papel da internet na sociedade atual, como uma fundamental ferramenta de comunicação do século XXI. A partir daí, procura-se discutir os impactos e as mudanças que o uso da internet pelos indivíduos tem trazido para as ações coletivas de confronto político.

3.1 Os estudos sobre internet e política

A literatura sobre as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e sociedade (SILVA, 2005; CASTELLS, 2003; LÉVY,1999) vem reconhecendo que o surgimento e o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm contribuído para diversas mudanças nas relações sociais, políticas e culturais da sociedade contemporânea, trazendo novas formas de se pensar e agir (CASTELLS, 1999; LÉVY,1999; LEMOS, 2002). No âmbito dos estudos sobre internet e política, muitas pesquisas têm procurado entender os impactos e o papel das TICs nas democracias contemporâneas, e como essas novas tecnologias possibilitariam uma ampliação da participação democrática. Outras análises se concentram no debate sobre os riscos que as tecnologias poderiam trazer no que diz respeito ao controle e à proteção de dados e ao uso de informações estratégicas de indivíduos, tanto em sociedades democráticas, para assegurar o poder político e econômico dominante, como em regimes autoritários, para controlar o que as pessoas fazem na rede (BARBER, 1999; CHADWICK, 2006; DAHLBERG e SIAPERA, 2006; SILVA, 2005; MARGETTS, 2013; NORRIS, 2002; BENNET & SEGERBERG, 2013; GOMES, 2007; SILVEIRA, 2009; 2012).

Atualmente, as abordagens das pesquisas em internet e política abrangem uma grande quantidade de temas. Alguns trabalhos investigam o uso da internet pelos governos, pesquisando das ferramentas eletrônicas de participação digital, e prestação de serviços

(FERGUSON, 2002; FERRER & SANTOS, 2004) às plataformas sociais privadas utilizadas por políticos e órgãos governamentais (BRAGA, 2007; PEREIRA & SÁTYRO, 2014; MARQUES & MIOLA, 2007; MARQUES, AQUINO & MIOLA, 2014). Há também estudos sobre as iniciativas de governos, empresas e atores da sociedade civil afim de analisar mecanismos deliberativos na internet, como consultas públicas on-line, fóruns de discussão on-line, etc (MENDONÇA & PEREIRA, 2011; MENDONÇA & AMARAL, 2014) Outra abordagem diz respeito aos estudos da política da internet (SILVEIRA, 2009), que versam sobre a estrutura das redes digitais, bem como sobre os conflitos que dizem respeito aos códigos e protocolos da internet (SILVEIRA, 2009; PARRA, 2011, ASSANGE, 2013).

Há, ainda, a abordagem que mais interessa para este trabalho: a que diz respeito aos estudos sobre o uso da internet por ativistas e movimentos sociais. As pesquisas sobre o assunto, em geral, concentram-se nas análises sobre o uso de plataformas digitais pelos movimentos sociais organizados e na forma como eles têm utilizado essas plataformas para comunicação e divulgação os movimentos (PEREIRA, 2008; PEREIRA, 2011; ALCÂNTARA & D'ANDRÉA, 2012) e estudos sobre ativismo digital (também denominados ciberativismo, ciberprotesto e web ativismo) (EARL & KIMPORT, 2011; BENNETT & TOFT, 2010, PEREIRA, 2011; MALINI & ANTOUN, 2013; VAN DONK, 2004; PEREIRA, 2006). Os estudos sobre ativismo digital podem englobar vários tipos de ações, como a assinatura de um abaixo assinado eletrônico, compartilhamento de informações, discussões em blogs, sites e redes sociais até o surgimento de ações táticas no espaço on-line, como o hacktivismo (SAVAZONI, MACHADO & SILVEIRA, 2012). Estudos recentes, como este trabalho, também buscam entender como as formas de ativismo digital têm contribuído e modificado a lógica das ações de confronto off-line (BENNETT & SEGERBERG, 2013; PEREIRA, 2014, COTTLE, 2008; RUSKOWSKI, 2015; MENDONÇA & ERCAN, 2014).

De acordo com Chadwick e Howard (2009), até meados da década de 1990, a internet foi vista sem muita empolgação pelos pesquisadores e como uma moda passageira, fruto apenas do mercado de marketing. No entanto, com as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais nas democracias avançadas, e, posteriormente, em outros países, os pesquisadores perceberam que o papel da internet havia sido subestimado. As pessoas começaram a usar a internet para fazer compras on-line, enviar mensagens, prestar serviços etc. Nos anos 2000, com o surgimento da blogosfera e da Web 2.0¹³, o uso da internet se intensificou e, cada vez

¹³ O termo Web 2.0, que ficou conhecido no início do século XXI, se caracteriza pelas mudanças significativas no formato da web, de páginas estáticas para uso de software de serviços (CHADWICK, 2009) e, conseqüentemente, na relação dos usuários com a rede. A web passa a ser entendida como plataforma, onde são

mais, tem despertado nos pesquisadores o interesse por entender como a rede influencia a política.

Os debates sobre internet e política concentraram-se, durante alguns anos, em uma polarização. De um lado, defendia-se que a internet representava a aurora de uma nova era de democracia, oferecendo novas formas de participação em esferas públicas globais e em movimentos de base para desafiar os interesses dominantes (EARL & KIMPORT, 2011; MARGETTS, 2013). A internet seria capaz de criar “arenas de debates públicos espontâneos, flexíveis e autogovernados” (CHADWICK, 2009, p. 14). Por outro lado, havia os que defendiam que, com a internet, as pessoas ficariam cada vez mais isoladas no mundo on-line (NIE & ERBRING, 2000 *apud* EARL & KIMPORT, 2011) e assumiriam grandes níveis de anonimato, já que nesse novo ambiente poderiam assumir falsas identidades. Nesse sentido, esses pesquisadores defendiam que as novas tecnologias não poderiam propiciar uma maior participação. Pelo contrário, poderiam levar a uma maior vigilância do estado e dos atores comerciais sobre os cidadãos, acentuando, cada vez mais, a desigualdade social (NORRIS, 2003; MARGETTS, 2013)¹⁴.

No entanto, no final do século XX, o debate opinião dominante entre os pesquisadores era de que a internet seria um espaço promissor para a participação política (RHEINGOLD, 1993 *apud* GOMES, 2007). Segundo Gomes (2007), o pensamento era de que, com a internet, o cidadão poderia se relacionar diretamente com o Estado, sem a necessidade de mediação dos meios de comunicação de massa ou de instituições (como partidos políticos, órgãos burocráticos etc.). A internet seria, portanto, capaz de fornecer “poderosos instrumentos *self-service*” (ou autônomos, isto é, produzidos pela sociedade civil para consumo dos próprios cidadãos) de formação da opinião e de vontade política, além de fantásticas oportunidades de participação e engajamento por parte da sociedade civil (GOMES, 2007, p. 4).

Assim, com o surgimento de espaços deliberativos on-line, como fóruns de discussão, os cidadãos estariam livres das restrições de tempo e espaço para participarem (CHADWICK, 2009). No entanto, essa abordagem otimista não foi muito adiante, já que a internet não

desenvolvidos blogs e redes sociais, entre outros. A criação do termo é creditada a Tim O'Reilly, fundador da empresa O'Reilly Media. Mais informações:

<<http://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>> Acesso em: 10 mai. 2015.

¹⁴ Neste trabalho, não concentraremos no debate mais extenso sobre as promessas e limites da internet na política. Sabe-se que a discussão sobre internet e política acaba perpassando pelas teorias democráticas (DUARTE, 2012), onde cada uma delas direciona para as potencialidades que a internet para as democracias dentro da sua perspectiva. Aqui, será feita apenas uma breve apresentação da discussão teórica sobre o tema, mostrando os caminhos percorridos pela literatura e como se encontra a discussão no campo de pesquisa atualmente.

conseguiu levar os usuários aos níveis de participação previstos por essa perspectiva (CHADWICK, 2009; GOMES, 2005; GOMES, 2005b, BUCHSTEIN, 1997; BUCY & GREGSON, 2000 *apud* GOMES, 2007). Gomes aponta que as experiências de votos e plebiscitos on-line não passaram de testes. Além disso, o público que participava politicamente na internet era o mesmo que já vinha atuando em outras esferas, o que fez com que a internet se tornasse mais um instrumento de participação para essas pessoas (NORRIS, 2003 *apud* PEREIRA, 2008). As grandes promessas da internet se mostraram, então, controversas e difíceis de serem alcançadas (DAHLBERG e SIAPERA, 2007; HINDMAN, 2009 e BARBER, 1999 *apud* DUARTE, 2012).

No entanto, pesquisas posteriores apontaram para a tese das novas mobilizações políticas. O argumento central dessa tese era de que a internet poderia facilitar a mobilização de novos indivíduos e grupos que, tradicionalmente, não participavam da vida política (TOLBERT & MC NEAL, 2003; GIBSON *et al.* 2005; BORGE & e CARDENAL, 2011; ANDUIZA *et al.*, 2010 *apud* MARGETTS, 2013). Outros estudos também vêm apontando que o espaço on-line tem abrigado novas formas de participação, principalmente com o advento da Web 2.0, que possibilitou às pessoas escreverem suas ideias em blogs, sites ou expressarem sua opinião política em redes sociais (BLANK e DUTTON, 2012; CHADWICK, 2009, ANTOUN; MALINI e ANTOUN, 2013; HINDMAN, 2009 *apud* MARGETTS, 2013). Além disso, a internet poderia ser uma aliada da ação coletiva ao unir e minimizar os tradicionais recursos de tempo, dinheiro e habilidades cívicas (BORGE e CARDENAL, 2011 *apud* MARGETTS, 2013).

De acordo com Chadwick (2009), os pesquisadores de internet e política têm tentado chegar a um equilíbrio entre o grande entusiasmo e o pessimismo em relação à internet. Atualmente, já existe um consenso nos estudos sobre internet e política de que as novas tecnologias diminuem os custos da participação política, facilitando as formas de adquirir informações e o engajamento dos cidadãos (EARL & KIMPORT, 2011; MARGETTS, 2013; CASTELLS, 2001; CARDON, 2012; DELLA PORTA, 2013). A participação na internet pode englobar atividades como voto digital, e-consultas, ciberativismo, campanhas, petições on-line, hacktivismo, entre outras (CRUZ & FERREIRA, 2014). De acordo com Margetts (2013), a internet tem oferecido um grande potencial para transformar as instituições tradicionais e a organização política dos sistemas democráticos. Além disso, ela tem sido vista como uma grande facilitadora da participação dos cidadãos na vida democrática, uma vez que houve uma queda no nível de engajamento dos cidadãos nos canais tradicionais de participação

(FUNG, 2006). A internet facilitaria a liberdade de expressão e diminuiria os custos de se obter informações políticas para participar nas instituições democráticas e das ações coletivas. Nesse sentido, a internet poderia se tornar uma forte aliada para o aprofundamento democrático.

Cardon (2012) aponta que o lugar da internet no jogo político ainda é inclassificável, mas afirma que ela, de fato, estimula todas as experiências que ultrapassam a relação entre representantes e representados. “Ela não permite somente comunicar mais, melhor e mais rápido; ela alarga formidavelmente o espaço público e transforma a própria natureza da democracia” (CARDON, 2012, p.01). A internet, então, permite que os cidadãos possam se juntar livremente a outros cidadãos e compartilhar suas opiniões e interesses sobre determinado assunto (MARGETTS, 2013). Dessa forma, ela pode reduzir os problemas de ação coletiva associados às atividades de organizações tradicionais com a redução de custos dos mais variados tipos, confundindo os limites entre o público e privado e facilitando a informação e o processo de comunicação (EARL & KIMPORT, 2011; BIMBER *et al.*, 2005 *apud* BIMBER, STOHL e FLANAGIN, 2012).

3.2 A Web 2.0 e as inovações comunicativas

Ao longo da história e até os dias de hoje, os meios de comunicação possuem um papel fundamental na formação de movimentos sociais e ações coletivas (TRERÉ, 2012; CASTELLS, 2013; COTTLE, 2008; JENSEN & BANG; 2013). Isso porque os sistemas de comunicação de massa são centrais na luta de redefinição de valores democráticos, sendo capazes de construir significados do processo político global e politizar as populações (DAHLBERG & SIAPER, 2007). A ação coletiva é, portanto, uma ação comunicacional, uma vez que esse espaço de ação é definido pela interação dos participantes e o engajamento entre eles (BIMBER, STOHL & FLANAGIN, 2005 *apud* TRERÉ, 2012).

Dessa forma, pode-se entender que grande parte da política é, por natureza, fundamentalmente comunicacional e informacional. Nesse sentido, as mudanças na comunicação e no acesso à informação fazem com que a internet se torne um elemento central, promovendo transformações históricas na vida política (BIMBER, STOHL e FLANAGIN, 2012).

Silveira (2014) entende a internet como “uma rede de comunicação e de controle completamente baseada em protocolos, ou seja, de regras rígidas que permitem a uma rede se comunicar com outra, que um computador possa encontrar outro em uma malha de milhões de pontos de conexão” (SILVEIRA, 2014, p. 16). De acordo com o autor, apesar desse controle, a arquitetura e o desenho da rede asseguram uma maior liberdade de comunicação. Eles “foram escritos para garantir a liberdade de expressão e de navegação sem a necessidade de identificação pessoal. Foram formulados a partir dos ideais liberais, libertários, e sofreram forte influência dos valores disseminados pela contracultura norte-americana dos anos 1960” (Ibid. p. 16).

Ao falar sobre as especificidades da internet, Cardon (2012) aponta que ela não é uma mídia como as outras e seria um equívoco entendê-la como uma evolução das mídias tradicionais¹⁵. A internet tem uma lógica própria da sua origem. Ela foi criada, primeiramente, como ferramenta para trocas interpessoais, e não como mídia. Além disso, Cardon (2012) aponta que a internet é inovadora porque reúne duas formas de comunicação. A primeira diz respeito à comunicação relacionada à troca entre indivíduos, como correio e telefone, que fazem chegar a mensagem aos seus interlocutores. A segunda forma de comunicação é a que autoriza a difusão de informação para grandes audiências, como o papel dos meios de comunicação tradicionais, que se direciona a um grande público. Ao juntar essas duas formas “a internet instaura um novo tipo de relação entre esfera da conversação e informação” (CARDON, 2012).

Essa junção das esferas comunicacionais permite uma maior aproximação entre a conversa privada e a informação pública. Nesse sentido, Cardon (2012) afirma que a internet amplia o espaço público, uma vez que o discurso público é incorporado pela sociedade e as conversas privadas passam a ser incorporadas ao espaço público.

A web, de fato, ampliou o espaço público dividindo as noções de visibilidade e publicidade. Com o aumento da visibilidade no seio das sociedades, uma democratização da palavra e da crítica foi possível. Essa transformação se tornou objeto de exame atento, pois é consequência direta do desaparecimento na Internet dos gatekeepers, cujo papel era precisamente tornar visível o que consideravam como público. Hoje são os internautas, entretanto, que definem, eles mesmos, a fronteira, flexível e em movimento, do público e do privado (CARDON, 2012, p. 32).

Com o rompimento com os gatekeepers, a internet abre espaços de visibilidades para vários tipos de publicações. Isso, segundo Cardon (2012), permite uma abertura de novos produtores e comentadores no espaço público. Assim, cada vez mais pessoas escrevem suas opiniões em blogs,

¹⁵ Por não fazer parte do objetivo central desse trabalho, o papel das outras mídias na ação coletiva não será discutido aqui. No entanto, compartilha-se da ideia de uma ecologia informacional apontada por Treré (2012), em que novas e velhas mídias se coexistem.

sites e plataformas digitais. Cidadãos fazem denúncias, divulgam contrainformações da mídia tradicional e mobilizam pessoas para lutarem por uma determinada causa. Para o autor, pessoas dando opinião na internet, ainda que não seja em grande número, contribuem para mudanças nas práticas da sociedade.

Dessa forma, Cardon (2012) aponta que a internet permite, muitas vezes, que as conversas privadas apareçam no espaço público (e isso para o autor é uma das mudanças mais originais criadas pela internet). Ao longo do nosso dia a dia, emitimos inúmeras opiniões sobre assuntos diversos e a web, por sua vez, permite que essas conversas se tornem visíveis e coloca em contato dois mundos que até então estavam isolados: o da produção da informação e o da sua recepção nas conversações ordinárias. O autor acredita que esse contato transforma as práticas dos profissionais de informação, que se tornam obrigados a promover um diálogo mais próximo com seu público. Mas ela também transforma o diálogo das conversas cotidianas, uma vez que há uma maior visibilidade para expor suas opiniões e discuti-las. “Com distância, confiança, ironia ou paixão não nos cessamos de escrever ou de compartilhar o que as mídias nos dizem ou nos mostram” (CARDON, 2012, p. 51). Esse espaço de expressão o autor denomina de internet *num jogo de luz e sombra*.

No entanto, essas formas de ação estimuladas pela internet tornam-se mais intensas no início dos anos 2000, com o surgimento da Web 2.0, com o uso de blogs e redes sociais. Essa mudança na web traz uma chegada massiva de indivíduos para a rede, fazendo com que aumentem cada vez mais as práticas de uso já existentes na internet (CARDON, 2012).

De acordo com Chadwick (2009), duas características da Web 2.0 merecem ser destacadas: a facilidade escalável das redes e a “cauda longa”. A facilidade escalável das redes diz respeito à capacidade que elas têm de se adaptar a eventos repentinos, que aumentam a demanda pelos serviços. Já a “cauda longa” está relacionada à ideia de que a distribuição on-line tem mudado a política econômica de criação de conteúdo, uma vez que o armazenamento e a distribuição on-line reduzem significativamente os custos e aumentam o conteúdo diversificado do mercado (ANDERSON, 2006 *apud* CHADWICK, 2009). Isso resulta em uma curva de vendas/produtos, em que existe uma “cabeça” de produtos do mercado de massas e uma “cauda longa” de produtos de nicho (CHADWICK, 2009, p. 20).

Ao falar sobre a Web 2.0, Chadwick (2009) utiliza a definição de Tim O'Reilly, que identifica esse novo momento da internet a partir de sete temas ou princípios. Esses princípios estão, em alguma medida, relacionados aos estudos sobre internet e política. O primeiro tema diz respeito à internet como uma plataforma para o discurso político. Um exemplo desse

princípio são as inúmeras campanhas, sejam eleitorais ou a favor de outras causas, que têm sido feitas por meio das plataformas digitais. Cada vez mais, essas campanhas têm se intensificado nos espaços como Facebook, Twitter, MySpace, entre outros.

O segundo tema da Web 2.0 é a inteligência coletiva. Segundo Chadwick (2009), a ideia central aqui é a de que há uma rede de criadores e colaboradores que, por meio de ferramentas on-line, conseguem produzir informações que superam os meios tradicionais ou com mais autoridade de comunicação. Dois exemplos são os projetos de software livre e de códigos abertos e os sites de colaboração on-line. Cabe aqui destacar, como afirma Chadwick (2009), que muito da ação coletiva on-line tem sido possibilitada pela criação em dados abertos, onde há a mistura de valores políticos e ferramentas tecnológicas.

O terceiro princípio da Web 2.0 é a importância dos dados. Ao falar sobre esse tema para a discussão política, Chadwick (2009) aponta para uma importante questão, relacionada à privacidade dos dados. Ironicamente, ao mesmo tempo em que a internet permite uma maior liberdade de expressão política, por meio de autoprodução, e a facilidade de divulgação nas redes sociais, ela também permite uma infinidade de possibilidades para coleta automatizada, classificação, e segmentação dos dados publicados.

O quarto princípio diz respeito a um eterno experimentalismo do domínio público. A Web 2.0 é caracterizada por uma grande quantidade de experiências contínuas, um eterno formato *beta*, em que durante todo o tempo programas são corrigidos e melhorados. Esse tema, como afirma Chadwick (2009), reforça o segundo princípio, uma vez que essas experiências propiciam troca e colaboração entre desenvolvedores e usuários.

O quinto e sexto princípios estão relacionados a pequenas formas de engajamento político por meio do consumo e a propagação do conteúdo político a partir de múltiplas ações, respectivamente. Segundo Chadwick (2009), esses temas são mais especializados, mas podem ter alguns aspectos relevantes para a vida política. Nesse sentido, a Web 2.0 consegue juntar um conjunto de dados em lugares distintos em busca de objetivos diferentes daqueles inicialmente previstos. Segundo o autor, essa prática na vida política frequentemente aumenta o poder dos cidadãos. Um exemplo citado por Chadwick são iniciativas de sites que combinam dados públicos do governo com dados do usuário, para que, assim, possam identificar as principais demandas.

O sétimo e último tema da Web 2.0 é descrito por Chadwick (2009) como a rica experiência dos usuários em sites políticos. Isso está relacionado ao desenvolvimento de aplicações que facilitam a interatividade, a recuperação, a alteração e o armazenamento de

dados. A maior parte dos aplicativos de sucesso da Web 2.0 combinam tais capacidades com conteúdo gerado por bancos de dados que podem ser modificados por outros.

3.2.1 *Sites de redes sociais on-line*

Uma das grandes mudanças proporcionadas pela Web 2.0 foi a ampliação dos sites de redes sociais com fins diversificados e o aumento do número de usuários nessas plataformas. Para se ter ideia, em 2005, na lista de sites mais acessados do mundo, estavam sites de vendas e grandes portais comerciais. Em 2008, essa lista mudou completamente, e os sites mais acessados passaram a ser redes sociais privadas, dentre eles YouTube, Facebook e Wikipedia (CARDON, 2012). Em 2013, Facebook, Google e YouTube continuaram a liderar a lista de sites mais acessados no mundo¹⁶.

As redes sociais on-line talvez sejam os espaços da web onde público e privado mais se misturam (CARDON, 2012). Segundo Chadwick (2009), as redes sociais on-line, como Facebook, permitem que os indivíduos expressem várias nuances da sua identidade. “Política aqui se alinha com repertórios mais amplos de valores autoexpressão e estilo de vida. Política no Facebook vai para onde as pessoas estão, não onde gostaríamos que elas fossem” (CHADWICK, 2009, p. 30 – tradução livre).

Com as redes sociais on-line, a internet então se torna um extenso espaço de recreação e conversas cotidianas, onde as pessoas podem falar sobre as suas vidas, mostrar fotos de viagens, passeios etc. (CARDON, 2012; VANDIJCK, 2012). Nesse mesmo espaço, as pessoas podem falar sobre política, participar de discussões e assuntos que não são triviais. Nas redes sociais, os indivíduos fazem “amizades” e estabelecem contato com os laços fortes (família, amigos) e com os laços fracos (colegas, conhecidos)¹⁷.

¹⁶ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/os-10-sites-mais-visitados-do-mundo>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

¹⁷ De forma resumida, laços sociais são entendidos como “formas de conexão entre atores constituídos no tempo e através de interação social” (RECUERO, 2009, p. 38). Os laços são relações de proximidade, contato frequente, fluxo de informação, conflito ou suporte emocional. (WELLMAN, 2001 *apud* RECUERO, 2009). A ideia de laços fortes e laços fracos surge no trabalho de Granovetter *The strenght of Weak Ties* (1973). Para o autor, os laços fortes estão relacionados ao mesmo grupo ou círculo social e não se estendem para além dos *clusters* (conjunto de conexões). Já os laços fracos são aquelas relações que nos conectam aos outros grupos. A importância dos laços fracos, segundo Granovetter, está na disseminação da inovação, uma vez que essas redes são formadas por indivíduos com experiências e formações diversas (GRANOVETTER, 1974 *apud* KAUFMAN, 2012).

[...] os internautas flexibilizam as fronteiras de sua pessoa fazendo variar, em uma escala que vai do pessoal ao público, as colocações que sustentam diante dos outros. Em seu blog, sua página do Facebook ou seu Twitter, publicam tanto coisas pessoais, que falam do seu cotidiano para seus próximos, quanto coisas gerais, que podem suscitar o interesse de pessoas menos próximas. [...] Este [o indivíduo] pode narrar seu cotidiano, exibir seus gostos e centros de interesses, mas também mostrar aos outros seus engajamentos, participar de coletivos, se indignar em alto e bom som etc. (CARDON, 2012, p. 69).

De acordo com Van Dijck (2012), essas plataformas digitais geram um fluxo contínuo de comunicação informal (ideias, gostos, interesses, notícias etc.) e, gradualmente, têm se transformado num importante espaço de comunicação. Essas plataformas, segundo o autor, têm conquistado e dividido esses espaços de comunicação em nichos específicos, como redes sociais específicas para trabalho, microblogs, compartilhamento de vídeos, fotos etc.

Apesar de não fazer parte do objetivo deste trabalho, cabe aqui pontuar a discussão de que essas redes sociais on-line são plataformas privadas (ORTIZ & SILVEIRA, 2013), em que os indivíduos têm colocado suas informações e, muitas vezes participado de discussões públicas. O Facebook, por exemplo, oferece informações pessoais em troca de participação (VAN DIJCK, 2012). As informações dos usuários do Facebook têm se tornado valiosas para a publicidade (GRIMMELMANN, 2009 *apud* VAN DIJCK, 2012). Como Chadwick (2009) afirma, ao mesmo tempo em que se tem uma maior liberdade de expressão por parte dos indivíduos, há também uma capacidade maior de essas plataformas armazenarem e sistematizarem dados e informações de quem as utilizam.

A questão da privacidade nessas plataformas faz parte da luta sobre o controle da informação, em que a sociabilidade e a conectividade vêm aumentando cada vez mais (VAN DIJCK, 2012). As redes sociais não só permitem fazer conexões, mas construir conexões.

Pelas suas capacidades tecnológicas, as mídias digitais são capazes de conectar dados que os usuários fornecem consciente ou inconscientemente, sejam dados de perfil ou metadados na busca de comportamentos. Cada simples decisão do usuário para compartilhar algo on-line é monitorado de acordo com a privacidade do Facebook (VAN DIJCK, 2012, p. 168 – tradução livre).

Assim, as plataformas digitais se concentram em extrair valiosas informações a partir da ação dos usuários. Isso levanta questões sobre o acesso e controle dos usuários em saber como seus dados estão sendo usados. O acesso e a exploração desses dados ainda não são totalmente regulamentados, o que faz com que empresas e governos possam reunir informações sobre hábitos e comportamento dos usuários (VAN DIJCK, 2012; SILVEIRA, 2009). Van Dijck (2012) ainda alerta que o comportamento on-line produz, automaticamente,

informações sobre os hábitos, gostos, amizades dos indivíduos. O comportamento de indivíduos juntos, por sua vez, informa um padrão de análise, que alimenta algoritmos que direciona comportamentos.

Como vimos, as redes sociais on-line estão entre os sites mais acessados do mundo e têm se tornado uma importante ou principal fonte de informação para muitas pessoas. Nesse sentido, estudos vêm mostrando que as redes sociais exercem uma grande influência nas atitudes e no engajamento político (KIM & GEIDNER, 2008 *apud* JOHNSON, SHANNON & SELTZER, 2011; UTZ, 2009; VALENZUELA *et al.*, 2009; VITAK *et al.* 2009; HOWARD *et al.*, 2011; LIM, 2012). As redes, como o Facebook, podem oferecer um ambiente mais receptivo para aqueles que normalmente não participam da vida política. Ao verem seus amigos engajados em uma situação política, eles se sentem instigados a explorar a atividade (VITAK & ASSOCIADOS, 2009 *apud* JOHNSON, SHANNON & SELTZER, 2011). Na próxima seção, será discutido o uso da internet como um espaço de luta política, utilizada para o ativismo político, tanto por indivíduos quanto por movimentos sociais organizados.

3.3 A internet como espaço de luta política: o ativismo digital

Como foi citado, as inovações tecnológicas dos últimos 20 anos apontam para mudanças nas dinâmicas e formas de ação política (CASTELLS, 2004; 2013; PEREIRA, 2011; BENNET & TOFT, 2009; HIDMAN, 2009; BIMBER, STOLH & FLANAGIN, 2012). Como afirma Hidman (2009), nos últimos anos, pesquisadores têm encontrado novas formas de atividades políticas que não seria possível sem a mediação de tecnologias de informação e comunicação. A internet se torna, então, um importante espaço e ferramenta da luta política contemporânea, intensificando as tradicionais formas de ativismo e criando novas formas de ação. De acordo com Pereira (2011) o ativismo digital pode ser feito por meio de duas estratégias de ação. A primeira diz respeito ao uso da internet como ferramenta de apoio para ações face a face, como o uso de e-mails e de redes sociais on-line para mobilizar pessoas para protestos e manifestações. A segunda estratégia se dá quando a internet é o meio pelo qual a ação se desenvolve (VEGH, 2003; SALTER, 2003 *apud* PEREIRA, 2008), como uma

derrubada de página ou servidor, por exemplo. Neste trabalho, nos concentraremos na discussão sobre o uso da internet como ferramenta de apoio para as ações face a face.

Na Sociedade da Informação, definida por Castells (1999), a internet é a base tecnológica para a sua forma organizacional. Assim, os movimentos sociais do século XXI e as ações coletivas têm se manifestado na e pela internet, e ela se ajusta às características básicas do tipo de movimento social que está surgindo na Era da Informação. A internet se torna, então, um meio essencial de expressão para esses tipos de manifestações, que provocam impacto no mundo da mídia e atuam nas instituições e organizações por meio das repercussões de seu impacto sobre a opinião pública (CASTELLS, 1999; 2004; 2013).

Assim, internet torna-se um elemento capaz de alterar dinâmicas de ações sociais e políticas. Para Castells (2013), conectando-se umas às outras e compartilhando dos mesmos sentimentos que as pessoas conseguem unir forças e desafiar o poder dominante. Essa conexão, por sua vez, depende de redes de comunicação interativas. Daí a importância da internet na difusão e dinâmica desses movimentos. “[...] é por meio dessas redes de comunicação digital que os movimentos vivem e atuam, certamente interagindo com a comunicação face a face e com a ocupação do espaço urbano” (CASTELLS, 2013, p. 167).

Essas redes têm permitido uma articulação mais rápida e que pode ser feita para além das fronteiras geográficas. Os atores políticos têm agido atravessando fronteiras e se internacionalizando. De acordo com Tarrow (2009), esses movimentos vão se concentrar cada vez mais numa arena transnacional, difundindo-se para além das fronteiras do Estado. Nesse sentido, a globalização e o uso dos meios de comunicação, (principalmente dos meios digitais) são fatores que têm permitido o avanço desses movimentos para outros países. Novos conflitos e novas formas de protesto também são colocados em cena.

Pereira (2011) destaca que os conflitos da sociedade contemporânea serão baseados na luta pelos significados construídos por aparatos informacionais. Para o autor, os movimentos sociais contemporâneos buscam promover a democratização das relações sociais dentro da sociedade civil, com a redefinição de normas, papéis, identidades e dos modos de interpretação dos discursos na esfera pública (HABERMAS, 1987; MELUCCI, 1996; TOURRAINE, 1981; 1992 *apud* PEREIRA, 2008).

A internet, então, tem alterado a dinâmica dos protestos, promovendo a difusão rápida de ideias e atravessando as fronteiras nacionais (NORRIS, 2002). O alcance global e em tempo real faz com que a internet se torne uma ferramenta eficaz para as redes transnacionais. “[...] as tecnologias digitais facilitam a rede das redes, que se tornam um ambiente onde a

sociedade civil e a esfera pública florescem” (NORRIS, 2002, p. 209 – tradução livre). Para Bennett e Toft (2010), as tecnologias da informação têm tido um importante significado nas formas de mobilizações, pois, muitas vezes, elas permitem que populações diversas encontrem, nas redes, uma causa em comum que desafiam as estruturas convencionais de organização.

Earl e Kimport (2011) concordam com a ideia de que a web tem permitido conduzir a ação coletiva com baixo custo e em uma escala maior e mais rápida do que se fosse feita sem a ajuda da internet. A rapidez e a facilidade com que as formas de engajamento político têm se desdobrado na web, obtendo, muitas vezes sucesso, sugere que o ativismo digital potencializa a ação coletiva (EARL & KIMPORT, 2011).

Na web, e principalmente nas redes sociais on-line, surgem, todos os dias, manifestações, protestos petições etc. Essas formas de ação têm se tornado cada vez mais comuns no dia a dia de quem utiliza as plataformas digitais. Ao falar dos estudos sobre ativismo on-line, Earl e Kimport (2011) fazem uma distinção entre três formas de ativismo na web: e-mobilizações, e-movimentos e e-táticas. As e-mobilizações são o tipo de ativismo feito na web com o objetivo levar as pessoas para protestos face a face, como as chamadas para marchas e manifestações que ocorrem em ruas, praças públicas etc. Os e-movimentos ocorrem quando a mobilização e a organização de determinado movimento acontecem somente on-line. Nesse caso, as ações dos movimentos são feitas exclusivamente na web. Um exemplo citado pelas autoras foi o movimento pelo voto estratégico, nos EUA, no início do ano 2000. Já as e-táticas são ações que ocorrem on-line e que, geralmente, possuem baixo custo, tanto financeiro como de participação, e não exigem uma co-presença de participantes e organizadores. Abaixo assinado digital, petições on-line, convocação a boicotes e lista de e-mails são e-táticas bastante comuns na web.

Earl e Kimport (2011) afirmam que a internet possui duas affordances que podem ajudar na compreensão dos protestos políticos. A palavra “affordance”, sem tradução para o português, está relacionada ao tipo ou à característica de uma ação que a tecnologia possibilita pelo seu formato. Nesse sentido, as autoras afirmam que as duas affordances são: 1) a possibilidade que a internet tem de reduzir os custos rapidamente para a criação, organização e participação no protesto; 2) a facilidade para agregar ações individuais de pessoas dentro de uma ampla ação coletiva sem ser necessário que os participantes estejam copresentes no tempo e espaço. Os três casos de web ativismo citados pela autora aumentam, cada um em sua medida, as affordances da web.

3.4 O confronto político: protestos contemporâneos e as ações digitalmente mediadas

Como dito anteriormente, as recentes mobilizações políticas que ocorreram no mundo nos últimos anos têm chamado atenção sobre as mudanças na ação coletiva e sobre qual lugar a internet estaria ocupando nessa nova configuração. Nesta seção, serão discutidas as ações de confronto tecnologicamente mediadas, que vêm se desenvolvendo nos últimos anos. Será discutida também a ideia de uma nova forma de ação coletiva, elaborada por estudos recentes de Bennett e Segerberg (2013): a ação conectiva. A partir dessas discussões, procuraremos identificar as principais mudanças e características observadas nas ações de protestos contemporâneas, em especial, nos protestos que ocorreram no Brasil em 2013.

As ações de protestos não são novas e sempre estiveram presentes na luta política (tanto em regimes democráticos como em regimes autoritários) (TILLY, 1978; 1995; 2008; TARROW, 2012; MCADAM, TARROW & TILLY, 2001). Os episódios de confronto político não são característicos apenas dos últimos anos. Inúmeras ações desse tipo vêm ocorrendo desde o século XVIII, com o surgimento do repertório modular (TARROW, 2009; TILLY, 2008). No século XX, diversos confrontos políticos mobilizaram sociedades afim de exigirem mudanças em seu contexto político e social, como foi o caso dos riots, nos EUA, na década de 1960 (McPHAIL, SCHWEINGRUBER & McCARTHY; 1998).

Pelo seu caráter relacional, as ações de protesto se adaptam às características das sociedades, criando novas performances para a ação coletiva. Segundo Gautney (2012), os “protestos estão virando o mundo de cabeça para baixo” (GAUTNEY, 2012, p. 1 – tradução livre). Para o autor, os movimentos sociais e políticos contemporâneos estão exigindo cada vez mais uma mudança radical da sociedade. “Em Madrid, eles estão indignados. No Cairo, eles derrubaram o regime. Em Nova Iorque, eles ocuparam Wall Street” (Ibid. p. 1 – tradução livre). Há, de forma geral, um sentimento entre as pessoas de que elas estão sendo enganadas pelo Estado e pelas grandes corporações (GAUTNEY, 2012). Muitas das manifestações, conforme afirma Castells (2013), se concentraram no discurso contra a corrupção. “Como em todo mundo, diziam os manifestantes, a democracia tem sido sequestrada por profissionais da política que, em sua diversidade, estão quase todos de acordo em que a política é coisa de políticos, não dos cidadãos” (CASTELLS, 2013, p. 178).

As performances de confronto, como protestos, manifestações, boicotes e petições, têm sido também desenvolvidos por cidadãos comuns, que vem mostrando uma insatisfação

com os grupos que estão no poder (CASTELLS, 2013). Para Pereira (2012), as ações de protesto têm se tornado um meio de expressão política tão fundamental quanto a participação em partidos políticos, associações voluntárias e organizações comunitárias.

Alguns eventos de protestos nas duas últimas décadas vêm levando pesquisadores e estudiosos a afirmarem que há algo novo acontecendo nessas formas de ação coletiva. O primeiro evento que chamou atenção dos pesquisadores ocorreu em 1994, com a grande repercussão da declaração de libertação dos povos indígenas, feita pelo movimento Zapatista¹⁸, no México (MARTINEZ-TORRES, 2001, MALINI & ANTOUN, 2013). Cinco anos depois, a Batalha de Seattle¹⁹, em 1999, chamou atenção pela repercussão e forma de protesto durante a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os dois movimentos tiveram grande repercussão para além das fronteiras nacionais e alcançaram um grande número de simpatizantes em vários países do mundo. O uso da internet para divulgação e difusão das lutas foi extremamente importante para que eles alcançassem tal repercussão. Os Zapatistas, por exemplo, adquiriram uma grande reputação nacional e internacional. E-mails e sites, principalmente de outros países, operavam para ampliar as mensagens e conseguir mais apoio. As conexões trouxeram ativistas, fundos e declarações de solidariedade para o movimento em Chiapas (TARROW, 2013).

Com a internet, foi possível ampliar as mensagens dos movimentos. Os Zapatistas conseguiram desencadear um movimento internacional de solidariedade e inspiraram a luta de outros grupos indígenas na América Latina. Para Tarrow (2013), esse foi um episódio importante na formação e na difusão da linguagem do confronto. Segundo o autor, um episódio de sucesso de confronto de linguagem tende a se expandir para outros lugares.

Dessa forma, o movimento Zapatista e a Batalha de Seattle são considerados por muitos autores (TARROW, 2013, BENNETT & SEGERBERG, 2013) como os primeiros movimentos que tiveram sucesso com auxílio das novas tecnologias. Desde então, pesquisadores se voltaram para entender quais implicações a internet poderia trazer para a participação política e para ação coletiva.

¹⁸ O Exército Zapatista de Libertação Nacional é um movimento da região de Chiapas, no México, inspirado nas ideias de Emiliano Zapata, um dos líderes da Revolução Mexicana de 1910. O movimento chamou a atenção do mundo, em 1994, após a declaração pública em que diziam que o povo havia sofrido séculos de opressão e privação, mas que HOY DECIMOS ¡BASTA! (Hoje dizemos, basta!). Ver Tarrow, 2013.

¹⁹ A Batalha de Seattle ficou mundialmente conhecida pelas manifestações ocorridas em novembro de 1999 durante o Encontro da Organização Mundial do Comércio. Os protestos reuniram manifestantes com visões políticas diversas como ambientalistas, anarquistas estudantes, trabalhadores sindicalizados, entre outros.

Mais de 10 anos após as mobilizações os movimentos de Chiapas e Seattle, em 2011, uma grande quantidade de protestos em vários países do mundo chamou a atenção da opinião pública mundial. As manifestações, caracterizadas por acontecerem em larga escala, ocorreram não só em democracias ocidentais, como o caso de EUA e da Espanha, mas também em países não democráticos, como o Egito e a Tunísia. Como vimos no capítulo anterior, a Primavera Árabe foi um dos movimentos que ganharam repercussão internacional. Essas grandes manifestações desencadearam na queda dos governantes desses países não democráticos. Importante reforçar que também que, na América Latina, houve grandes protestos na primeira década do século XXI, como a luta dos estudantes no Chile em busca de uma reforma educacional (OLIVEIRA, 2011) e na Argentina, com inúmeros protestos contra as políticas de austeridades do governo como os pênaltos, saques a lojas, supermercados e até a mesmo a sede do governo, como ocorreu na província de Santiago del Estero (AUYERO 2002; 2007).

Ainda em 2011, inspirados pela Primavera Árabe, surgem também Os Indignados, na Espanha, e o Occupy Wall Street, nos EUA. O grande palco para o encontro das manifestações foram as ruas e os espaços públicos. A Praça Tahrir, localizada em Cairo, ficou conhecida mundialmente pela revolução no Egito. Em Madrid, os Indignados acamparam na Praça do Sol. Em Nova Iorque, os manifestantes ficaram acampados no Zucotti Park (HOWARD et al., 2011; ALMEIDA, 2013; ANDUIZA et al., 2014; JENSEN & BANG, 2013).

Em 2013, Turquia e Brasil também viverem um intenso período de protestos em larga escala. Na Turquia, os protestos contra a construção de um centro comercial ganharam força e repercussão mundial após a intensa repressão policial contra os manifestantes. No Brasil, as Jornadas de Junho, como ficaram conhecidas, se caracterizaram por uma onda de manifestações durante um mês em várias capitais de Estados e cidades de médio porte no País (PEREIRA, 2014; PEREIRA, 2014, MENDONÇA & ERCAN, 2014, RICCI, 2014; NOGUEIRA; 2013; MARICATO et al., 2013; GOHN, 2014; SCHERER-WARREN, 2014). O mês de junho desse ano, como veremos mais a frente, deu ao Brasil uma grande visibilidade mundial por sediar a Copa das Confederações²⁰. Nesse período, manifestantes do Movimento Passe Livre²¹ saíram às ruas de São Paulo para protestar contra os aumentos da

²⁰ Evento da FIFA realizado um ano antes do seu principal evento, a Copa do Mundo, que no Brasil ocorreu em 2014. A Copa das Confederações é realizada no país-sede da Copa do Mundo, nesse caso, o Brasil.

²¹ O Movimento Passe Livre (MPL) se autodenomina como um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade e gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. Disponível em: <<http://www.mpl.org.br/>> Acesso em: 15 de maio de 2015.

tarifa do transporte público. Após intensa repressão policial, divulgada primeiramente pelas redes sociais on-line e, posteriormente, pela mídia tradicional, uma onda de protestos eclodiu em todo o País. Em várias cidades, manifestantes se reuniram em praças e avenidas para expressar sua indignação não só contra o transporte público, mas contra a corrupção e os gastos excessivos com as obras da Copa, para reivindicar mais investimentos em saúde e educação, entre outros motivos.

Obviamente, essas mobilizações citadas anteriormente surgiram em contextos bastante diferentes, tendo, cada um, suas oportunidades e restrições políticas específicas (TARROW, 2009). Os motivos dos protestos foram diversificados, e cada um levou a sua pauta de reivindicação. No entanto, eles tiveram em comum a ocupação de espaços físicos e uma grande intensidade de pessoas que foram às ruas. Nesse contexto, as mídias digitais foram utilizadas para conectar os participantes, desde os mais engajados até os observadores (BENNETT, SEGERBERG & WALKER, 2014). As inovações tecnológicas (internet, celulares) permitiram aos manifestantes uma comunicação mais rápida e fácil no calor da ação. Nesse sentido, acredita-se que a internet e as TICs tiveram um papel importante dentro desse contexto. Por meio das redes sociais on-line, foi possível haver maior articulação entre os manifestantes e a difusão da informação para a organização da ação coletiva. Com a ajuda da internet, os movimentos e as ações de protestos vêm se propagando de forma bastante rápida para outros países e atingindo uma grande escala de aderentes. O uso da web permitiu uma ação coletiva com baixo custo, em maior escala e com mais rapidez do que se fosse feita sem sua ajuda. (EARL & KIMPORT, 2011). Os indivíduos descontentes se apoderaram de oportunidades para se organizarem coletivamente por meio das redes digitais. Essas redes, por sua vez, alimentavam as interações face a face e vice-versa (BENNETT & SEGERBERG, 2013).

3.5 A ação conectiva

Os recentes episódios de confronto parecem desafiar as análises tradicionais da ação coletiva, que se concentram nos estudos das organizações formais, lideranças, organizações de recursos, coalizões e formação de quadros de ação coletiva (BENNETT e SEGERBERG, 2013). O uso da internet na política sugere que o escopo da ação coletiva guiado pela teoria

deve ser expandido para tentar incorporar essas novas formas de ação, juntamente com as ações tradicionais (BIMBER, STOHL e FLANAGIN, 2009).

Bennett e Segerberg (2013) destacam que as recentes mobilizações não podem ser entendidas somente pela lógica da ação coletiva tradicional. Segundo os autores, ao colocarmos essas mobilizações recentes dentro da lógica das velhas categorias, corremos o risco de não entendermos um fenômeno bastante interessante dos nossos tempos, que é a “capacidade de as populações fragmentadas e individualizadas de compartilhar conteúdos pessoalmente, transformando identidades coletivas e encontrando novas formas de mobilizar redes de protesto em Wall Street, Madrid e Cairo” (BENNET & SEGERBERG, 2013, p. 29 – tradução livre).

A partir desse entendimento, Bennett e Segerberg (2013) elaboram uma série de estudos sobre o que eles chamam de ação conectiva. Essa ação, segundo os autores, se caracteriza principalmente por serem mediadas por redes digitais e por quadros de ação pessoal. Dessa forma, o confronto político na sociedade contemporânea será composto, muitas vezes, por essas ações conectivas. Nesse sentido, os autores apontam algumas características que podemos observar nessas ações de confronto: 1) elas conseguem se ampliar rapidamente; 2) produzem largas mobilizações; 3) têm maior flexibilidade em rastrear alvos políticos e fazer pontes entre diferentes questões e 4) possuem capacidade de construir repertórios de protestos adaptáveis. Essas características, segundo os autores, estão relacionadas com ações mediadas por redes digitais e quadros de ações pessoais.

Bennett e Segerberg (2013) partem da ideia de que existem duas lógicas organizacionais diferentes: a lógica da ação coletiva (tradicional) e a lógica da ação conectiva. Na ação coletiva, o papel da mídia é importante porque ela pode ajudar a reduzir os custos da organização. No entanto, as TICs não mudam fundamentalmente a dinâmica da ação. Elas servem muito mais para gerenciar e coordenar a participação do que para gerar ações auto-organizadas pelos indivíduos.

Já na ação conectiva, as mídias digitais são capazes de mudar a dinâmica da ação. Ela opera por meio de “processos organizacionais das mídias sociais e a sua lógica não requer forte controle organizacional ou uma construção simbólica de uma unidade do ‘nós’” (BENNETT & SEGERBERG, 2013, p. 28 – tradução livre). Segundo os autores, a lógica desse tipo de ação tem uma dinâmica própria e sua análise deve ser feita nos seus termos analíticos. Assim, os autores estabelecem três tipos de ações que envolvem as mídias digitais no confronto político contemporâneo:

- 1) *Ação coletiva organizacionalmente mediada*: trata-se de coalizões fortemente mediadas entre as organizações que procuram um quadro de ação em comum. O foco dessa ação é a intensa mobilização de recursos e as relações formalizadas com seus seguidores (lideranças, por exemplo). Nessas ações, as mídias digitais são usadas para diminuir os custos de coordenação e comunicação, mas elas não mudam a lógica da ação.
- 2) *Ação conectiva possibilitada organizacionalmente*: trata-se da ação com redes de organização tênues, impulsionando múltiplas ações e causas em torno de um conjunto geral de questões, onde os seguidores podem personalizar seus engajamentos nos seus próprios termos. Os autores apontam que “nessas ações as mídias digitais e os quadros de ação pessoal se transformam em mecanismos de construção de redes integrados que permitem aos indivíduos contribuir de forma importante como e com quem participar, mudando o lócus da agência e alavancando o indivíduo no processo de organização” (BENNET & SEGERBERG, 2013, p.13 – tradução livre).
- 3) *Ação conectiva voltada para a multidão*²²: essa ação é formada por redes densas de indivíduos, em que as mídias digitais são mecanismos mais visíveis e integrativos. Nesse sentido, as redes sociais on-line facilitam as ações face a face dos ativistas, dando maior escala e publicidade. A centralidade das plataformas digitais como eixos organizadores da ação, juntamente com papéis de indivíduos em ativar suas próprias redes sociais, resulta em uma dinâmica organizacional em que as multidões alocam recursos, respondem a eventos externos e revelam mudanças ao longo do tempo. As recentes mobilizações, como o *Occupy Wall Street*, *Indignados* e *Primavera Árabe*, são entendidas aqui como esse tipo de ação (BENNETT & SEGERBERG, 2013).

²² No texto original, Bennett e Segerberg (2013) identificam as ações como: *Crowd-enabled networks* e *Organizationally enabled networks*. Por falta de tradução melhor, os termos foram traduzidos respectivamente como *Ação conectiva voltada para a multidão* e *Ação conectiva possibilitada organizacionalmente*.

É importante lembrar, como afirmam os autores, que a tipologia facilita o pesquisador a teorizar sobre o tema. No entanto, essas definições simplificam realidades mais complexas. Esses tipos de ações se misturam, sendo pouco provável encontrar essas ações que se encaixem somente em tipo definido (BENNETT & SEGERBERG).

3.5.1 *A personalização da política*

A ação conectiva, então, se caracteriza pelo engajamento político personalizado em larga escala mediado pelas tecnologias digitais (BENNETT & SEGERBERG, 2013). O pano de fundo desses protestos contemporâneos passa por um processo de fragmentação estrutural e por individualização das sociedades (BENNETT e SEGERBERG, 2012). Essas mudanças, consequentemente, afetam a maneira como as pessoas veem o mundo e participam da política. Elas procuram um caminho mais pessoal para o engajamento. Para os autores, as mudanças nos fundamentos da ação de confronto estão diretamente associadas ao aumento de um público mais individualizado. Isso porque os cidadãos não se sentem inclinados a aderir a organizações políticas formais, e procuram mais flexibilidade de associação com causas, ideias e organizações políticas. Muitos deles se desligaram de associações, igrejas, famílias tradicionais. As ações políticas personalizadas são, então, modeladas, espelhadas, e coordenadas por meio de redes de mídias digitais que têm se tornado parte da estrutura da sociedade individualizada.

Na lógica da ação conectiva, participar de uma ação pública ou contribuir para um bem comum se transforma em uma ação de expressão e reconhecimento pessoal. Muitas vezes, as pessoas envolvidas nessas relações podem estar em lados opostos do mundo, mas não é necessário um clube, um partido ou um quadro ideológico para que a conexão entre elas seja estabelecida. A automotivação, o compartilhamento de ideias, as ações personalizadas e a troca entre redes se tornam elementos dessa ação.

Assim, a ação conectiva possui princípios diferentes. Ela se caracteriza por processos mais individualizados e organizados tecnologicamente sem requerer um quadro de identidade coletiva ou níveis de organizações de recursos necessários para responder efetivamente às oportunidades. Na ação conectiva, as mídias digitais são entendidas como agentes organizativos da ação.

Castells (2013) também trabalha com a ideia de que o uso das TICs na ação coletiva tem implicado no que eles chamam de “individuação da ação coletiva”. Esse processo tem sido fruto de uma transformação cultural da nossa sociedade, conforme afirma o autor. Para ele, a individuação pode ser entendida como “tendência cultural que enfatiza os projetos do indivíduo como supremo orientador do seu comportamento” (CASTELLS, 2013, p. 168). Diferentemente do individualismo, na individuação, o projeto do indivíduo pode ser adaptado à ação coletiva e às ideias comuns entre os outros indivíduos.

Bennett e Segerberg (2013) também concordam que houve mudanças nas orientações políticas e sociais das novas gerações. Como foi dito, essas orientações se tornaram mais individualizadas e resultaram em um engajamento político em que, cada vez mais, as pessoas expressam esperanças, estilos de vida e suas queixas. Dessa forma, o confronto político se torna uma maneira de personalizar ideias onde as tecnologias de comunicação permitem mobilizar um maior número de indivíduos que se encontram isolados. Assim, essas ideias e mecanismos deixam a ação mais personalizada do que nos casos onde ela é organizada baseada na identidade de grupos sociais. Nesse contexto, a identidade de referência dessas pessoas vai derivar mais das expressões pessoais do que de uma identificação ideológica em comum.

No entanto é preciso salientar que Bennet e Segerberg não entendem a política personalizada como algo necessariamente disperso, desorganizado ou ineficaz. Esse processo multifacetado de individuação é articulado de forma diferente em cada sociedade e eles geralmente desenvolvem identificações políticas flexíveis baseadas nos estilos de vida pessoal. Essas identificações geram implicações para a ação coletiva e para a organização participativa. Muitas das questões defendidas podem se assemelhar às causas de movimentos tradicionais ou partidos políticos, como a defesa do meio ambiente, direito das mulheres etc., mas as ideias e mecanismos se tornam mais personalizados do que quando a ação é organizada na base na identidade de um grupo social, membros ou ideologia.

3.5.2 *Quadros de ação pessoal*

De acordo com Bennett e Segerberg (2013), a ação conectiva possibilita a formação de quadros pessoais de comunicação. Nessa comunicação personalizada, eles identificam dois

importantes elementos que também contribuem com as ações em larga escala. O primeiro elemento diz respeito a uma inclusividade simbólica. Isso quer dizer que as ações conectivas em larga escala muitas vezes trabalham com conteúdos capazes de facilitar ideias personalizadas, como é o caso dos “We are 99%”, do *Occupy Wall Street*, e o “Vem pra rua!” nas Jornadas de Junho. Segundo Bennett e Segerberg, esses enquadramentos requerem pouco esforço tanto para persuadir um indivíduo para aderir à ideia quanto para fazer pontes entre outros quadros interpretativos. Eles são inclusivos porque contestam uma situação geral que precisa ser mudada e não demandam uma maior identificação de mudança dos indivíduos, como ocorrem em situações familiares de ação coletiva.

Ao falar sobre uma identidade coletiva construída on-line, Pereira (2015) também aponta que a sua capacidade de mobilizar ativistas se dá pelo fato de ser parcial e, até mesmo, ambígua. Por não oferecer todos os elementos que definem a identidade de um indivíduo, é possível que seja construída uma identidade mais solta, baseada em projetos (POLLETTA, 2013 *apud* PEREIRA, 2015).

O segundo elemento está relacionado à abertura tecnológica. Como apontam Bennett e Segerberg (2013), a maior parte das ações conectivas em larga escala estão baseadas nas tecnologias de comunicação social, que tornam possível o compartilhamento e, conseqüentemente, a difusão desses temas inclusivos. Esse processo comunicacional, que se dá por meio de compartilhamentos de textos, tuítes e vídeos em redes sociais, aumenta ainda mais a personalização, uma vez que as conexões digitais sempre passam entre amigos, família e pessoas de confiança.

Esses quadros de ação pessoal, em geral, são mais fáceis de serem moldados e compartilhados entre as redes dos indivíduos. Na internet, esses quadros muitas vezes são transformados em memes²³ ou em frases viralizadas, que, pela natureza da sua criação e dinâmica da rede, se espalham de forma rápida. É importante colocar aqui, como pontuam os autores, que nem todos os quadros pessoais fazem sucesso. Apesar da facilidade de personalização, isso não assegura a ampliação do quadro para além do círculo de amigos e conhecidos. O sucesso ou não de um quadro de ação pessoal pode estar ligados às oportunidades políticas de cada lugar.

²³ Memes na internet referem-se a imagens, links, vídeos etc., utilizados para caracterizar uma ideia ou um conceito, e que se espalham rapidamente pela web. A palavra *meme* tem origem no livro *The Selfish Gene*, de Richard Dawkins, e significava um conjunto de informações que podem se multiplicar entre os cérebros ou em determinados locais como livros, por exemplo.

Disponível em: <<http://www.infoescola.com/comunicacao/memes/>> Acesso em: 20 maio 2015.

Cabe aqui pontuar ainda sobre a importância da linguagem para o confronto político na formação desses quadros pessoais. Os manifestantes interagem e se articulam por meio de mensagens e imagens nas redes, que, como vimos, muitas vezes se tornam memes e são viralizadas. Nesse sentido, as palavras também podem refletir o contexto das mudanças sociais e políticas. Os símbolos e narrativas que os atores empregam podem trazer mudanças no confronto político (TARROW, 2013). A luta política não passa só pela luta nas ruas, mas por uma disputa de significados entre os estados e os grupos políticos (TARROW, 2009)²⁴. Dessa forma, podemos afirmar que hoje a luta pelos significados também se passa pelas redes sociais on-line.

3.5.3 *Formas de organização*

Ao falar sobre as transformações geradas pela internet, Cardon (2012) mostra que a transformação da organização social e política pode ser apontada por três características. A primeira é a fluidez do perímetro desses coletivos e a alta variabilidade dos níveis de engajamentos dentro deles. Em consequência disso, há diminuição nos custos de entradas, maior heterogeneidade dos atores e diversidade dos critérios de pertencimento.

A segunda diz respeito a recusa dos coletivos de serem representados por um centro. É difícil que um coletivo heterogêneo delegue a um corpo de representantes o direito de falar em seu nome. Mas, na internet, eles têm conseguido encontrar regras comuns de funcionamento e interação.

A terceira característica está relacionada à lógica do consenso, principalmente no que diz respeito à tomada de decisão. Esse consenso não está relacionado à unanimidade, mas a uma lógica em que os atores heterogêneos procuram defender seus interesses o tanto quanto possível, mas preservando um conjunto de procedimentos comuns²⁵.

²⁴ Apesar de ser um tema importante para os estudos das ações contenciosas, não aprofundaremos aqui na discussão sobre linguagem do confronto. Isso porque um debate mais profundo sobre a temática nos levaria a outros caminhos que não fazem parte do objetivo desse trabalho.

²⁵ Apesar de mostrar as transformações, Cardon (2012) aponta alguns problemas dessas formas de auto-organização na internet: a criação de uma estabilidade nas regras de funcionamento e decisão de um determinado grupo, desigualdade entre os mais ativos e os outros, e também uma burocracia de procedimentos para a tomada de decisões.

Em seu recente trabalho sobre as formas de organizações das ações de protestos em larga escala, Bennett, Segerberg e Walker (2014) apontam que, apesar das diferenças entre esses tipos de ações conectivas e as ações de organizações políticas convencionais, baseadas em princípios tradicionais de organização burocrática e de ação coletiva (BIMBER, 2003 *apud* BENNETT, SEGERBERG e WALKER, 2014; BIMBER, FLANAGIN, e STOHL, 2012; BENNETT & SEGERBERG, 2012, 2013; OLSON, 1965), estes tipos de protestos se comportam como redes híbridas e são capazes de produzir níveis consideráveis de coordenação (CHADWICK, 2013 *apud* BENNETT, SEGERBERG & WALKER, 2014). Isso porque, segundo os autores, a lógica da ação conectiva entende que as propriedades organizacionais também podem ocorrer entre “as populações individuadas”. Nesse sentido, as redes digitais seriam pontes para transcender suas interações face a face” (BENNETT, SEGERBERG & WALKER, 2014, p. 233). Dessa forma, as redes conectivas têm sido capazes tanto de promover ideias e quadros pessoais como de filtrá-los ou limitá-los.

Bennett, Segerberg e Walker (2014) pontuam que as ações em larga escala digitalmente mediadas podem gerar diversos tipos de trabalho, ao estabelecer normas de participação, como por exemplo, a não violência, ou uma tomada de decisão de forma deliberativa. Além disso, podem moldar e mudar o foco da demanda (desigualdade, corrupção, democracia real) e formar quadros de ação em desenvolvimentos e ethos participativo, como o “We are the 99%”, do *Occupy Wall Street*.

Nesse sentido, os autores sugerem que a raiz da organização nas ações conectivas em larga escala está na produção em pares. Essa produção, que ocorre por meios colaborativos e de compartilhamentos, é característica da internet e está no coração da lógica conectiva (BENNETT, SEGERBERG & WALKER, 2014). Esse tipo de trabalho, por sua vez, envolve uma automotivação na produção e uma autoorganização dos participantes que se envolvem em um projeto.

Dessa forma, Bennett, Segerberg e Walker (2014) sugerem que para entender essas redes de protestos em larga escala como organizações coerentes é preciso identificar microssequências das diferentes rotinas da produção em pares, que formam a organização e comunicação nas redes voltadas para a multidão. Para isso, eles procuram identificar mecanismos envolvidos na produção de organizações a partir de dois passos: 1) decidir onde procurar os altos níveis de organização nas ações em larga escala; 2) identificar os mecanismos de produção em pares nessa ordem de produção.

Ao procurar identificar os mecanismos que “costuram” redes tão diferentes e dispersas, Bennett, Segerberg e Walker (2014) afirmam que os links que conectam as diversas plataformas digitais se tornam importantes para engajar participantes e coordenar relações mais amplamente. “Se não houver conexão entre as redes ela [a ação em larga escala] irá se desintegrar” (Ibid, p. 238). Isso chama atenção para o papel que a comunicação ocupa para a organização dessas ações. Ela se torna central na lógica organizacional das redes voltadas para a multidão e a tecnologia será ela mesma um mecanismo-chave organizacional nesse contexto.

Assim, é preciso também considerar a organização dos processos dentro desses mecanismos de “costura”. Os autores propõem, então, um conjunto de processos elementares que ajudam a explicar como essas “tecnologias de costura” podem levar a organização em larga escala. O conjunto é composto por três categorias básicas de mecanismos de produção em pares, que podem ocorrer concomitantemente, porém hierarquicamente:

Produção: envolve a criação e divulgação (compartilhamento) de vários tipos de recursos dentro de uma rede de ação. A produção básica envolve conteúdos criados ou distribuídos através de uma plataforma e compartilhadas por outras plataformas das redes de usuários (seja Twitter, Facebook, Livestream, sites de notícias, blogs etc.).

Curadoria: esses mecanismos estão relacionados à preservação, manutenção e classificação de produtos digitais criados no processo de produção. Medidas feitas pela curadoria podem incidir sobre a negociação e seleção de conteúdo a ser preservada: as affordances para acessar e compartilhar esse conteúdo; e distribuição de arquivo através de sites que compartilham um conjunto de recursos comuns, tais como arquivos de música ou de desenvolvimento de software. A curadoria pode, também, dar origem à criação de normas e limites em comunidades de utilizadores particulares e suas plataformas.

Integração dinâmica: esta categoria de mecanismos permite contato, transmissão e troca entre os diferentes atores, redes, plataformas e tecnologias. Este mecanismo é evidente na troca e conexão das affordances, como os padrões de links encontrados ao longo do tempo em hashtags, por exemplo.

Bennett, Segeberg e Walker (2014) afirmam que as duas primeiras categorias já estão familiarizadas com o trabalho sobre a produção em pares: redes habilitadas para multidão compartilham os desafios de assegurar a contribuição e o processamento de conteúdo e os participantes utilizam alguns dos mesmos mecanismos para negociar esses desafios. Já o terceiro mecanismo parece ser mais especial para as necessidades de um movimento

multicentrado: essas redes dependem, fundamentalmente, de mecanismos que conectam dinamicamente pessoas em diferentes partes e circulem contribuições entre as diferentes camadas.

Neste capítulo, procuramos discutir sobre os estudos em internet e política, principalmente os estudos relacionados as ações políticas de confronto mediadas por computador. Dessa forma, acreditamos que os estudos iniciados por Bennett e Segerberg (2012; 2013) sobre a ação conectiva pode nos ajudar a entender os recentes protestos em todo mundo, bem como nosso objeto de estudo: as manifestações de junho de 2013 em Belo Horizonte. Antes de entrarmos na parte empírica deste trabalho será necessário fazermos uma breve contextualização das manifestações em todo o Brasil, destacando os principais acontecimentos que ocorreram durante esse período no Brasil e, principalmente, na cidade de Belo Horizonte.

4. JUNHO DE 2013

Este capítulo tem como objetivo fazer uma breve contextualização dos principais acontecimentos ocorridos durante as manifestações de junho de 2013. Como se sabe, o mês de junho de 2013 foi marcado por inúmeras ações de protestos em várias capitais e cidades brasileiras. No entanto, nosso foco aqui se concentrará nos protestos ocorridos na cidade de Belo Horizonte, MG. Tal recorte se faz necessário porque, apesar de as manifestações terem apresentado algumas características gerais em cada cidade, tiveram peculiaridades e especificidades, e não seria possível abordá-las neste espaço. Além disso, Belo Horizonte é a cidade onde vive a autora deste texto, que acompanhou de perto todo o período das manifestações, seja por interações face a face, participando dos protestos, ou on-line, compartilhando notícias e informações, acompanhando as manifestações por meio de transmissão pela internet, e debatendo sobre os rumos das manifestações.

Belo Horizonte foi uma das principais capitais brasileiras com grande número de manifestações e acontecimentos que merecem ser apontados. Como veremos no próximo capítulo, as páginas do Facebook analisadas nesta pesquisa estavam diretamente relacionadas aos protestos na capital mineira. Trata-se, então, de um esforço em recapitular os principais acontecimentos ocorridos durante junho de 2013. Dessa forma, acredita-se que essa contextualização nos ajudará na análise das páginas que será feita no próximo capítulo.

O mês de junho de 2013 entrou para história da vida política do Brasil. Os protestos ocorridos em várias cidades levaram às ruas milhares de pessoas e chamaram a atenção da opinião pública, instigando especialistas a procurarem entender o que estava acontecendo no País. Como vimos nos outros capítulos, as ações de protestos não são novas no mundo, e não seria diferente no Brasil. Momentos importantes da história política brasileira foram caracterizados por intensos protestos que levaram a população brasileira às ruas, como a campanha pelas eleições diretas para presidente da República, Diretas Já, em 1985, e os Caras-pintadas, em 1992, pelo impeachment do então presidente da República, Fernando Collor de Melo (SCHERER-WARREN, 2014; PEREIRA & PERINI, 2014; PEREIRA, 2015; GOHN, 2014, NOGUEIRA, 2013; SILVA & ZIVIANI, 2014). Outras ações de protestos, como lembra Scherer-Warren (2014), também são recorrentes na vida política brasileira,

como o Grito dos Excluídos²⁶, a Marcha das Margaridas²⁷, os atos promovidos pelos movimentos que lutam pela Reforma Agrária, entre outros.

No entanto, o caso das Jornadas de Junho de 2013, como ficaram conhecidas as manifestações desse mês, é visto por muitos autores como parte de um ciclo de protestos (MENDONÇA e ERCAN, 2014) que vem ocorrendo em vários países do mundo, como a Primavera Árabe, nos países do Oriente Médio e norte da África; os Indignados, na Espanha; o *Occupy Wall Street*, nos EUA; a Revolução das Panelas, na Islândia; e os protestos na Turquia (RICCI e ARLEY, 2014; MENDONÇA e ERCAN, 2014, GOHN, 2014, CASTELLS, 2013). Apesar de suas diferenças e especificidades, essas manifestações tiveram em comum a participação majoritária de um grande número de jovens, o uso das redes sociais on-line – não só para comunicação, mas também para mobilização e organização das ações de protestos –, e confrontos violentos entre policiais e manifestantes (PEREIRA & PERINI, 2014; PEREIRA, 2015; RICCI & ARLEY, 2014; SCHERER-WARREN, 2014; BENNETT & SEGERBERG, 2013 e 2014; GOHN, 2014; NOGUEIRA, 2013).

A seguir, veremos alguns pontos importantes sobre o início dos protestos, ocorrido em São Paulo, e como a onda de manifestações se espalhou por todo o Brasil, com ajuda das redes sociais on-line. Também abordaremos o papel do movimento Passe Livre nas manifestações e a mudança da opinião pública no decorrer dos acontecimentos.

4.1 O Movimento Passe Livre

As manifestações de junho não surgiram de forma espontânea, como foi dito algumas vezes pela opinião pública. Ao falarmos sobre elas, é preciso levar em conta uma pauta de lutas sobre direito à cidade, que antecede 2013 e que tiveram efeitos diretos nas manifestações. Essas pautas versam principalmente sobre transporte público e moradia, e vêm se intensificando desde meados da primeira década do século XXI no País. Nesse sentido, é preciso destacar o importante papel do Movimento Passe Livre (MPL) dentro deste contexto.

²⁶ Manifestação popular que ocorre todo 7 de setembro, desde 1995. A ideia do Grito surgiu das Pastorais Sociais da Igreja Católica, a partir de reflexões do tema da Campanha da Fraternidade de 1994: “Fraternidade e os excluídos”. Todos os anos o Grito dos Excluídos aborda uma temática. Em 2014, o tema foi “Ocupar ruas e praças por liberdade e direitos”. Fonte: <http://www.gritodosexcluidos.org/historia/>. Acesso em 21 jul. 2015.

²⁷ Manifestação nacional que reúne mulheres trabalhadoras em busca de melhorias e reconhecimento para as mulheres do campo. O nome Margaridas é uma homenagem a trabalhadora rural e líder sindical, Margarida Maria Alves, assassinada em 1983.

O MPL surge em 2005, no Fórum Social Mundial, a partir da junção de vários coletivos e ativistas, entre eles o Centro de Mídia Independente (CMI) (RICCI e ARLEY, 2014; POMAR, 2013). Nas palavras do próprio movimento, o MPL nasce como “uma tentativa de formular o sentido presente naquelas revoltas [Revolta do Buzu e Revolta das Catracas], a experiência acumulada pelo processo popular, tanto em sua forma como em suas motivações” (MPL/SP, 2013, p.15). Em sua página da internet, o movimento se autodenomina como “um movimento social autônomo, apartidário²⁸, horizontal e independente, que luta por um *transporte público de verdade*, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada”²⁹. A luta por um transporte coletivo de qualidade, conforme aponta o MPL, trata-se de um ponto fundamental para a estrutura social urbana, pois é o transporte que vai permitir que o indivíduo possa se locomover ou não pela cidade (MPL-SP, 2013).

A luta por um transporte público de qualidade também não é algo novo. Ações contra o aumento das tarifas do transporte ocorrem desde o século XIX, como a Revolta do Vintém, em 1880³⁰. Em meados do século XX, foi a vez da Revolta do Bonde, em 1956³¹. Mas é no final do século XX e início do século XXI que os problemas relacionados ao transporte público começam a ficar mais evidentes. Como afirma Nogueira (2013), com o aumento das cidades, aparecem, conseqüentemente, mais problemas urbanos, muitas vezes relacionados a dois aspectos: 1) o aumento da periferia e a questão da moradia; 2) o trânsito nas cidades de grande e médio porte, que acarreta em uma dificuldade de deslocamento das pessoas, devido ao mau funcionamento do transporte público e também ao aumento das frotas de carros nos últimos 10 anos, gerando congestionamentos intensos diariamente.

No início do século XXI, protestos contra o aumento das passagens e a má qualidade do transporte público começaram a ocorrer em algumas cidades do Brasil (POMAR, 2013; MPL, 2013). Em 2003, em Salvador, estudantes realizaram uma série de protestos contra o aumento das tarifas do transporte público. As manifestações ficaram conhecidas como a Revolta do Buzu e levaram cerca de 40 mil pessoas às ruas. Segundo o próprio Movimento

²⁸ O MPL faz questão de ressaltar que se trata de um movimento apartidário e não antipartidário.

²⁹ Disponível em: <<http://tarifazero.org/mpl/>> Acesso em 10 jun. 2015.

³⁰ A Revolta do Vintém, em 1880, foi uma série de protestos no Rio de Janeiro, então capital do Império, contra uma taxa cobrada pela coroa na passagem de bonde. A Revolta contribuiu para a desestabilização da Monarquia, que caiu nove anos depois. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/revolta-vintem-versao-passe-livre-seculo-19-748808.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

³¹ Intensas manifestações liderada por estudantes, em 1956, no Rio de Janeiro, ainda capital da República, contra o aumento das tarifas de passagens. Os protestos tiveram uma grande repercussão e fez com que o prefeito do Rio de Janeiro revogasse o aumento e fizesse um acordo com os estudantes. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,tarifa-baixou-apos-revolta-do-bonde-no-rio-em-1956,9108,0.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

Passe Livre, a luta política desses estudantes foi inovadora. Isso porque ela propunha, ainda que de forma inicial, uma organização menos hierarquizada, por meio de assembleias horizontais (MPL, 2013). No ano seguinte, influenciados pela Revolta do Buzu, estudantes de Florianópolis ocuparam os terminais de ônibus e bloquearam a ponte de acesso. A Revolta da Catraca, como ficou conhecida, fez com que o poder público revogasse o aumento da tarifa e influenciou na fundação do Movimento Passe Livre um ano depois.

4.2 As Jornadas de Junho

É dentro desse contexto de lutas urbanas que podemos situar junho de 2013. Durante o primeiro semestre daquele ano, algumas manifestações a favor da redução da tarifa ocorreram em Porto Alegre e também em São Paulo. Mas foi a partir do aumento da tarifa de metrô e ônibus em São Paulo, em vinte centavos³², que o MPL organizou seu primeiro ato no centro da cidade, no dia 6 de junho de 2013, que reuniu cerca de duas mil pessoas (RICCI & ARLEY, 2014). Neste primeiro ato já foram registrados confrontos com a Polícia Militar (PM). No mesmo período, também ocorreram manifestações no Rio de Janeiro, Goiana e Natal. Em todos eles, houve confronto com a política. Os atos do MPL se repetiram nos dias 07 e 10 de junho, com recorrentes confrontos com a PM e detenções (RICCI & ARLEY, 2014). É importante destacar também que os protestos contra o aumento da passagem contaram com o apoio de outros coletivos e movimentos sociais, como o Anonymous e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), e de membros de partidos de esquerda, como o PSTU e o PSOL, e até mesmo a juventude do PT (JUDENSNAIDER *et al*, 2013; RICCI & ARLEY, 2014).

De forma geral, a opinião pública e os grandes meios de comunicação viram os protestos, num primeiro momento, com tom de reprovação (GOHN, 2013; JUDENSNAIDER *et al*, 2013), procurando de alguma forma desqualificá-los. No dia 13 junho, dois importantes jornais brasileiros, Estadão e Folha de São Paulo, publicaram em seus editoriais³³ que os manifestantes eram oportunistas e baderneiros, e que o Estado deveria colocar um ponto final

³² As tarifas de metrô e ônibus em São Paulo aumentaram de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 no início de junho de 2013.

³³ Editorial da Folha: Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2015.
Editorial do Estadão: Disponível em: <<http://opiniaio.estadao.com.br/noticias/geral,chegou-a-hora-do-basta-imp-1041814>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

nos protestos. “São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados”, dizia o texto da Folha. O mesmo editorial reforçava a necessidade de resolver essa situação e que o Estado deveria impor sua força. “É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista”. No editorial do Estadão, o jornal afirmava que o vandalismo tinha sido marca dos protestos do MPL e que as autoridades deveriam pedir à polícia que agisse com mais rigor, ou “a capital paulista ficará entregue à desordem” afirmava o jornal. Ambos os jornais foram enfáticos ao defender uma posição mais enérgica do Estado em relação aos protestos.

Além dos jornais impressos, canais de TV também reforçaram a ideia de que os protestos eram feitos por baderneiros. O colunista do Jornal da Globo, Arnaldo Jabor, na edição do jornal do dia 12 junho, desqualificou os atos, argumentando que essas ações não poderiam ser apenas por vinte centavos, e que havia uma ausência de causas, uma vez que ninguém “sabe mais porque lutar”³⁴.

Dessa forma, as autoridades públicas demandaram uma ação mais enérgica da polícia com relação aos manifestantes e os grandes meios de comunicação de massa endossaram essa visão. De forma geral, os manifestantes foram vistos pela opinião pública, nesse primeiro momento, como vândalos e baderneiros e, por isso, o Estado deveria colocar a ordem na cidade e fazer valer a lei.

No dia da publicação desses dois editoriais (13 de junho) ocorreu em São Paulo mais uma manifestação convocada pelo Movimento Passe Livre. O ato reuniu cerca de 20 mil pessoas e foi marcado pela intensa repressão policial aos manifestantes e também aos jornalistas que cobriam os protestos. Dezenas de pessoas ficaram feridas, entre elas uma repórter da Folha de São Paulo, atingida no olho por uma bala de borracha³⁵. Mais de 200 pessoas foram detidas durante o protesto.

Foi a partir dos acontecimentos do dia 13 de junho que houve uma mudança da opinião pública no que diz respeito a essas manifestações e o discurso sobre o abuso da força policial ganha força tanto nos meios de comunicação tradicionais como nas redes sociais online (JUDENSNAIDER *et al.*, 2013). A violência policial repercutiu de forma bastante

³⁴ Disponível em: <http://globo.com/rede-globo/jornal-da-globo/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contr-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/>. Acesso em: 11 jun. 2015.

³⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296077-jamais-achei-que-ele-fosse-atirar-diz-reporter-da-folha-atingida-durante-protesto.shtml>. Acesso em: 11 jun. 2015.

negativa nas redes sociais on-line e a indignação se espalhou por todo o País. A partir daí inúmeros protestos começaram a ser organizados no Brasil. No dia 15 de junho, uma manifestação em Belo Horizonte saiu da região da Savassi e foi em até a Praça da Estação, no centro da capital, como veremos adiante. No dia 17 de junho, milhares de pessoas foram às ruas em várias cidades. Em Belo Horizonte, cerca de 20 mil pessoas se reuniram na região central e fizeram uma caminhada até o estádio Governador Magalhães Pinto, conhecido popularmente como Mineirão.

Como afirma Gohn (2014), o crescimento das manifestações levou também à exposição de outras questões, como a contestação da má qualidade dos serviços públicos (transportes, saúde, educação, segurança), dos excessivos gastos na construção de estádios para a Copa do Mundo da FIFA, a indignação em relação à corrupção e o sentimento de não estar sendo representado pelos políticos eleitos.

É importante destacar aqui que a grande onda de protestos que se iniciou no Brasil ocorreu concomitantemente à Copa das Confederações, evento da FIFA realizado a cada quatro anos, sempre um ano antes da Copa do Mundo, no país-sede da Copa. Pode-se dizer que a Copa das Confederações foi, então, uma janela de oportunidade para os grupos de protestos (TARROW, 2009; KRIESI, 2005; MENDONÇA & ERCAN, 2014), uma vez que o evento chamava atenção da opinião pública internacional. Em Belo Horizonte, como veremos adiante, os confrontos mais intensos com a polícia se concentraram próximo ao Mineirão e em dias de jogos das Copas das Confederações.

Dessa forma, a segunda quinzena do mês de junho de 2013 foi marcada por uma intensa onda de manifestações, que se espalhou por todo o País. Entoando o cântico “Vem pra rua!”³⁶, milhares de brasileiros aderiram aos protestos e encheram as ruas das cidades brasileiras. Em Belo Horizonte não foi diferente. Inspiradas pelos protestos em São Paulo e também pelas recentes ações em todo o mundo, as pessoas se sentiram entusiasmadas para se engajar nos protestos, tanto nas ruas como nas redes sociais on-line, que foram utilizadas para divulgação, mobilização e organização das manifestações, além de terem sido palco de discussões sobre os rumos que os protestos poderiam estar tomando³⁷.

Uma das frases mais ditas pelos manifestantes nas ruas e nas redes sociais foi “Não me representa”, o que revelou o sentimento da população de não estar sendo representada pela classe política. Nesse sentido, os manifestantes levaram às ruas uma diversidade de pautas e

³⁶ A frase “Vem pra rua” surgiu do jingle gravado pelo grupo O Rappa para uma campanha publicitária da FIAT para a Copa das Confederações de 2013. O trecho da música “Vem pra rua, porque a rua é a maior arquibancada do Brasil” entoou as inúmeras manifestações de junho.

³⁷ Ver trabalhos de Pereira e Perini (2014) e Pereira (2015).

demandas. As vozes da rua não foram uniformes, assim como a sociedade brasileira não o é, como bem pontuam Mendonça & Ercan (2014). Os protestos, que reuniram uma grande quantidade de pessoas levaram às ruas diversos grupos, desde movimentos sociais organizados, passando por anarquistas – muitos deles adeptos da tática Black Bloc –, e pelos denominados “coxinhas”, grupos geralmente formados por jovens de classe média, que ficavam mais no final das manifestações, vestidos de verde e amarelo e portando a bandeira do Brasil (SILVA & ZIVIANI, 2014).

4.2.1 *A juventude no Brasil e as redes sociais on-line*

Assim como os protestos em todo mundo, as manifestações de junho no Brasil também foram marcadas pela presença de um grande número de jovens nas ruas (NOGUEIRA, 2014; GOHN, 2014; RICCI & ARLEY, 2014). Muitos deles, inclusive, participavam pela primeira vez de ações de protestos. Segundo pesquisa do Ibope³⁸ realizada no dia 20 de junho de 2013, 43% dos manifestantes que foram as ruas nesse dia tinham entre 14 a 24 anos. Ainda segundo a mesma pesquisa, 46% dos manifestantes entrevistados nunca tinham participado de manifestações de rua, o que fez daquele momento uma escola política (RICCI e ARLEY). Em Belo Horizonte, cidade em que concentraremos a nossa atenção, a pesquisa do Instituto Innovare, realizada na manifestação do dia 22 de junho (RICCI e ARLEY, 2014), apontou que 54,5% dos manifestantes tinham menos de 25 anos e que apenas 26,5% possuíam mais de 40 anos de idade.

O caráter participativo da juventude, no entanto, não é novidade nas ações de protesto no Brasil. A participação de estudantes na luta política foi importante em muitos momentos históricos do País, como na luta contra o regime militar, que se instaurou na década de 1960. Naquela década e na década posterior, 1970, a participação dos jovens na vida política era bastante intensa, concentrando-se em passeatas, partidos políticos e organizações clandestinas (BORELLI e OLIVEIRA, 2010).

Em meados da década de 1980, os jovens também agitaram a vida política do País com o movimento pelo voto direto. A campanha pelas Diretas Já levou às ruas de várias

³⁸ A pesquisa do Ibope foi feita nas capitais de sete estados brasileiros (SP, MG, RJ, RS, PE, CE e BA). Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

idades brasileiras jovens que reivindicavam o direito de votar para Presidente da República (BORELLI e OLIVEIRA, 2010). Na década de 1990, a juventude brasileira se uniu novamente no movimento Caras-pintadas, que lutou contra a corrupção do governo federal e pediu o impeachment do então Presidente da República, Fernando Collor de Mello (BORELLI e OLIVEIRA, 2010, MISCHE, 1997). Em trabalho publicado em 1997, Mische aponta como os Caras-pintadas foram vistos pela opinião pública como um elemento surpresa. Os protestos pelo impeachment do Presidente eram formados, em sua maioria, por jovens de classe média. A juventude brasileira, no entanto, era vista como apática e individualista, conhecida como “Geração Shopping Center” (MISCHE, 1997).

Devido à percepção predominante de apatia e individualismo juvenil, o inesperado entusiasmo político dos jovens em 1992 gerou amplo comentário e debate. Nos dias e meses depois das manifestações, diversos atores – a mídia, educadores, representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais e organizações estudantis – batalharam para dar interpretações públicas dos eventos imprevistos (MISCHE, 1997, p. 135).

No início dos anos 2000, os jovens se mobilizaram a partir dos Encontros do Fórum Social Mundial (realizado pela primeira vez em 2001, na cidade de Porto Alegre, RS). O Fórum trouxe pautas para o debate sobre questões sociais mundiais (BORELLI e OLIVEIRA, 2010). Com o lema, “Um outro mundo é possível”, o Fórum contou com uma participação bastante diversificada de atores e atrizes sociais: socialistas, anarquistas, ambientalistas, feministas, entre outros grupos. A forma de debate e discussão das pautas criadas dentro dos Fóruns influenciou diretamente a forma de trabalho da Assembleia Popular Horizontal, como veremos adiante.

Assim como na ação dos Caras-pintadas, citada por Mische (1997), a ação dos jovens e manifestantes nas Jornadas de Junho foi vista por especialistas e pela opinião pública como algo inesperado, uma vez que o País havia passado por mudanças econômicas e sociais nos últimos anos. Como afirma Nogueira (2012), a sociedade brasileira passou por importantes transformações na última década, como o incentivo do governo em políticas sociais e programa de transferência de renda, que tiraram cerca de 35 milhões de brasileiros da pobreza, além das facilidades de crédito para bens de consumo, o que aumentou o poder de compra da população.

Os jovens também foram vistos pela opinião pública como despolitizados e “mimados” (vide o vídeo do Arnaldo Jabor citado anteriormente). O uso das redes sociais, por sua vez, só reforçaria a falta de conhecimento político. Um exemplo desse ponto de vista pode

ser encontrado no artigo da filósofa Marilena Chauí, que considera que as redes sociais on-line fornecem aos indivíduos um aspecto mágico: “A dimensão é mágica porque, assim como basta apertar um botão para tudo aparecer, assim também se acredita que basta querer para fazer acontecer” (CHAUÍ, 2013)³⁹. Esse pensamento mágico de boa parte dos manifestantes, segundo Chauí (2013), seria no final das contas, direcionado contra a política.

Mas se olharmos mais atentamente o contexto brasileiro, entendemos que a situação não é bem assim. Como nos aponta Nogueira (2013), boa parte da juventude brasileira vive atualmente nas cidades e presenciou as transformações urbanas ocorridas nos últimos anos no Brasil. Muitos desses jovens vivem nas periferias das cidades, convivendo diariamente com a pobreza e a violência urbana. Apesar disso, o autor afirma que os índices de consumo, informação e educação melhoraram no País (NOGUEIRA, 2013), estimulando novas formas de consciência e hábitos cívicos. Sobre a relação entre o jovem e o contexto brasileiro, o autor afirma:

Sem serem seduzidos pelo governo representativo, ignorados pelo sistema político e vivendo em um ambiente cultural fortemente influenciado por lógica de mercado e no qual o emprego tornou-se fator de incerteza, os jovens evoluíram rapidamente ou para o consumismo e despolitização ou para novas formas de militância e politicidade, invariavelmente refratários a partidos políticos e sindicatos. Passaram a se movimentar estimulados por redes sociais, que os projetaram para as ruas de junho. (NOGUEIRA, p. 44, 2013).

Assim, com as mudanças ocorridas no País, o brasileiro ficou à espera de melhorias nos serviços públicos, as quais não aconteceram. Na pesquisa do Ibope citada anteriormente, foi verificado que os motivos que levaram os manifestantes às ruas foram: transporte público (37%), desde à má qualidade dos serviços ao preço das passagens; ambiente político (29,9%), como corrupção e insatisfação com a classe política e partidos, de forma geral; saúde (12,1%); educação (5,3%); e os gastos com a Copa do Mundo e a Copa das Confederações (4,5%)⁴⁰. Além disso, os gastos com os megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) e os recorrentes escândalos de corrupção criaram um sentimento de raiva e indignação na população, que eclodiu em junho de 2013.

Como já se sabe, uma característica específica das manifestações de junho foi o uso das redes sociais on-line como um importante espaço de organização dos protestos.

³⁹ Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

⁴⁰ Os dados são referentes apenas à primeira razão das manifestações apontada pelos manifestantes.

(PEREIRA e PERINI, 2014; RICCI & ARLEY, 2014), o que as diferenciou dos outros grandes protestos que ocorreram na história do Brasil.

Como tem sido apontado ao longo deste trabalho, o uso da internet e das redes sociais on-line vem exercendo um importante papel no que diz respeito à organização, mobilização e difusão das ações de protestos contemporâneos (BENNETT & SEGERBERG; PEREIRA, 2015, RICCI & ARLEY, 2014; EARL & KIMPORT, 2011; PEREIRA & PERINI, 2014; CASTELLS, 2013). No Brasil não foi diferente. As tecnologias de informação e comunicação possibilitaram a transmissão dos eventos ao vivo e o envio de informações em tempo real. Essas informações foram produzidas, em sua maior parte, por canais alternativos de informação (como foi o caso da página BH nas Ruas⁴¹, que será analisada neste trabalho) e por cidadãos comuns, que, utilizando câmeras de celular, registravam momentos dos protestos e divulgavam nas redes sociais on-line, onde as informações eram compartilhadas e repassadas. Os grandes veículos de comunicação formam, na maioria das vezes, rejeitados pelos manifestantes, uma vez que havia uma grande desconfiança com relação à manipulação das informações. Esse aspecto também foi identificado em outros países, como na Turquia, como apontam Mendonça e Ercan (2014). De acordo com os autores, nesses dois países, os manifestantes, além de estarem desacreditados quanto aos partidos políticos e às instituições da democracia representativa, também desconfiavam dos principais meios de comunicação. Dessa forma, o uso das mídias sociais foi fundamental para divulgar os eventos e influenciar a opinião pública.

Para ser ter uma ideia, na pesquisa Ibope já citada anteriormente, 62% dos manifestantes afirmaram que ficaram sabendo da manifestação do dia 20 pelo Facebook. As pessoas também recebiam convites on-line para as manifestações e convidavam outras. “A convocação não se deu (só) por uma organização central ou lideranças. Ocorreu de maneira horizontalizada, pela identidade e confiança entre aquele que convidava (não se tratava de convocatória) e o que recebia o convite” (RICCI & ARLEY, 2014, p.21). Os eventos criados no Facebook, por exemplo, cumpriam a função de agenciar as manifestações, construindo conexões on-line e off-line (ALZAMORA, ARCE & UTSCHE, 2014). Nesse sentido, Silva e Ziviane (2014) também destacam a importância da relação entre as redes sociais on-line e os espaços de protestos off-line:

⁴¹ Página BH nas Ruas. Disponível em: <<https://www.facebook.com/BHnasRuas>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

A rua passa a ser o espaço do vivido, da explicitação dos conflitos e da desigualdade, o lugar da partilha – a partilha do comum, mas de um comum que é desigual. A rua passa a ser o espaço por excelência da visibilidade do enfrentamento, do questionamento dos confinamentos de cada um no seu lugar, e as novas tecnologias servem para o registro, a conexão “ao vivo”, a internet como o lugar de transmissão do espetáculo que a performance da ação nas ruas quer contrapor à espetacularização à espetacularização capitalista. (SILVA & ZIVIANE, 2014, p. 12).

Alzamora, Arce e Utsch (2014) apontam que os protestos de junho foram construídos a partir de um processo conjunto entre as redes sociais on-line e as ruas, configurando-se em episódios que tinham repercussão tanto nas redes quanto nas ruas, “não podendo ser redutíveis a quaisquer dessas instâncias” (ALZAMORA, ARCE & UTSCHE, 2014, p. 39).

4.2.2 *O confronto violento*

Ao falar sobre as manifestações ocorridas em junho, Pereira e Perini (2014) apontam que elas possuem duas características que as diferem de outras manifestações ocorridas no Brasil. A primeira delas, como já mencionado, diz respeito ao uso de plataformas digitais privadas, como Facebook, Twitter e YouTube. A segunda característica refere-se ao uso de táticas violentas por meio do confronto com a polícia e depredação de bens públicos e privados. Ricci e Arley (2014) vão nessa direção ao afirmar que os protestos de rua ocorridos nos últimos anos se caracterizam pela intensa participação de jovens, pelo uso das tecnologias de informação e comunicação, pela indignação, pela ocupação de ruas e praças públicas e também pela violência.

As manifestações, de forma geral, tiveram fortes momentos de confrontos violentos, alguns deles com a ação da polícia para tentar impedir o avanço dos manifestantes para determinado local, e outros como ação tática dos próprios manifestantes, ao se defenderem da repressão policial, ou na depredação de bens públicos e privados (como foi o caso da depredação das concessionárias localizadas próximas ao Mineirão, em Belo Horizonte). De acordo com Pereira e Perini (2014), a ação coletiva violenta pode ser caracterizada pelos danos físicos a pessoas ou objetos. Ela pode envolver pelo menos duas pessoas que causam o dano e decorre da coordenação de pessoas que causam esse o dano. A ação coletiva violenta também está relacionada a afirmações relativas à legitimidade do Estado. Elas “são expressão

de grupos sociais desfavorecidos; e são ações estratégicas de movimentos sociais” (TILLY, 2003, p. 2 *apud* PEREIRA & PERINI, 2014).

4.2.2.1 Com violência ou sem violência?

É importante também para a nossa contextualização apontarmos uma das importantes disputas sobre os tipos ações que deveriam ser utilizadas pelos manifestantes: o uso ou não das táticas de violência. Durante os protestos, houve depredação de bancos, concessionárias e lojas. Carros também foram queimados e policiais, agredidos (PEREIRA & PERINI, 2014). Em BH, muitos bancos foram depredados no centro da cidade e na região da Pampulha próximo ao estádio do Mineirão, e algumas concessionárias tiveram seus vidros quebrados. Em uma dessas ações, os manifestantes retiraram um carro de dentro de uma concessionária e atearam fogo. Esses tipos de ações causaram muita polêmica entre os próprios manifestantes e a opinião pública (PEREIRA & PERINI, 2014)⁴². Nas manifestações, era comum ouvir de alguns manifestantes palavras de ordem, como “Sem violência!” ou “Sem vandalismo!”, nos momentos de confronto com a polícia e nos atos de depredação. Ao mesmo tempo, era possível ouvir de outros grupos gritos como, “Com violência!”, a fim de legitimar aquela ação.

O uso da violência pelos manifestantes dividiu corações e mentes. De um lado, buscou-se recriminar atos considerados violentos por parte dos manifestantes, por outro, tais atos eram justificados, levando-se em conta a necessidade de visibilidade das demandas e o sagrado direito de defesa contra agressões perpetradas pelas forças de segurança (PEREIRA & PERINI, 2014, p. 3).

As ações violentas muitas vezes foram realizadas por jovens que participavam dos protestos vestidos de preto e encapuzados. Conhecidos como Black Blocs, os encapuzados chamaram a atenção da opinião pública pela forma de se vestir e agir (caminhando sempre na linha de frente dos protestos). O Black Bloc, até então pouco conhecido no Brasil, é uma tática de ação direta, que tem sua origem ligada à tática de um grupo de estudantes norte-americanos, os SDS, sigla para Students for Democratic Society (Estudantes para uma

⁴² Pereira e Perini (2014) fazem uma discussão sobre a percepção da violência durante os Protestos de Junho no grupo do Facebook intitulado Primavera Brasileira BH. No trabalho, os autores fazem uma análise dos posts e comentários do grupo, para identificar como os membros trataram a temática da violência.

Sociedade Democrática), que lutavam contra a guerra do Vietnã. No entanto, a tática ganhou as características pelas quais é conhecida hoje – manifestantes vestidos de preto, encapuzados e andando em blocos na frente dos protestos – na década de 1980, quando militantes alemães utilizaram a ação para proteger seus espaços e resistir à repressão policial (VAN DEUSEN, 2010 *apud* CARREIRO, 2014). A tática se difundiu pela Europa e EUA e ficou conhecida mundialmente após a participação durante as manifestações contra a OMC (Organização Mundial do Comércio), em Seattle.

O Black Bloc é conhecido mundialmente por realizar ataques a símbolos fortes do sistema capitalistas. Os ataques podem variar de acordo com as especificidades de cada contexto, como afirma Carreiro (2014). Como citado, nas manifestações de 2013, os ataques concentraram-se em agências bancárias e concessionárias de carros.

No entanto, em seu trabalho sobre uso da tática Black Bloc por manifestantes em São Paulo⁴³, Solano (2014) aponta que muitos dos adeptos da tática na capital paulista tinham pouca relação com grupos adeptos de outros países e que muitos dos manifestantes aderiram à tática durante as manifestações de junho, devido à repressão da polícia nos protestos. Muitos deles, segundo a autora, não tinham conhecimento do significado do termo antes de junho de 2013.

4.3 As manifestações de junho na cidade de Belo Horizonte

Após fazermos uma apresentação geral dos principais aspectos das Jornadas de Junho, nos concentraremos agora em apontar os principais acontecimentos ocorridos durante os protestos na cidade de Belo Horizonte, bem como as características das manifestações nessa cidade, como as formas de organização e tomadas de decisão. A cidade de Belo Horizonte, localizada no estado de Minas Gerais, foi uma das capitais brasileiras com intensos confrontos entre os dias 17 e 30 de junho de 2013. Para recapitular os acontecimentos, serão utilizados como base os trabalhos de autores sobre as manifestações de junho na cidade de Belo Horizonte (RICCI & ARLEY, 2014; PEREIRA, 2015; PEREIRA & PERINI, 2014 e MENDONÇA & ERCAN, 2014).

⁴³ Esther Solano (2014) fez uma pesquisa de campo com os adeptos da tática Black Bloc em São Paulo entre agosto de 2013 a Copa do Mundo de 2014.

Em um país tão diversificado como o Brasil, era de se esperar que as manifestações tivessem os mesmos aspectos em todas as cidades do País. Apesar das características gerais, cada cidade teve suas peculiaridades e viveu de forma diferente os protestos de junho. Aqui, nos concentraremos em entender como se deu o processo de gestação, organização e mobilização na cidade de Belo Horizonte, chamando atenção para a suas peculiaridades, como o caráter carnavalesco presente inicialmente nos protestos e nas formas de organização, como a Assembleia Popular Horizontal (APH).

Em Belo Horizonte, coletivos de lutas urbanas⁴⁴ já vinham se organizando nos últimos anos com pautas relacionadas ao direito à cidade, cultura, moradia e aos impactos causados pelos megaeventos. Em 2010, durante o Encontro das Comunidades de Resistência⁴⁵, surge a ideia de se criar o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC-BH)⁴⁶ (RICCI & ARLEY, 2014; PEREIRA, 2015). O comitê estava vinculado à Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa (ANCOP), que reuniu outros comitês locais, com o objetivo de denunciar violações de direitos humanos ocorridas para a realização de megaeventos (PEREIRA, 2015). Segundo Pereira (2015), esses comitês tiveram um importante papel durante as Jornadas de Junho.

A primeira grande manifestação do mês de junho em Belo Horizonte ocorreu no dia 15 daquele mês, no mesmo dia em que era realizado o primeiro jogo da Copa das Confederações, no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília (RICCI & ARLEY, 2014; PEREIRA e PERINI, 2014). A manifestação surgiu a partir de uma reunião do COPAC na região da Savassi, para decidir que tipos de ações seriam tomadas durante o evento da FIFA, juntamente com a “Copelada”, um jogo de futebol informal nas ruas, que ocorria desde 2010 (RICCI & ARLEY, 2014). Da concentração na Savassi, os manifestantes marcharam até a Praça da

⁴⁴ Alguns dos importantes coletivos de luta em Belo Horizonte: Brigadas Populares, Coletivo Jurídico Margarida Alves, Fora Lacerda, Praia da Estação e Carnaval de Rua de BH

⁴⁵ O Encontro das Comunidades de Resistência, em 2010, foi organizado pelas Brigadas Populares, Projeto Polos de Cidadania, Movimento População de Rua e núcleos de sem teto (RICCI e ARLEY, 2014).

⁴⁶ Em sua página do Facebook o COPAC-BH se identifica como um comitê “organizado por pessoas de diversos setores da sociedade que buscam discutir e entender os processos ativados para a realização da Copa de 2014”. No site do grupo, eles também destacam seu caráter horizontal, sem lideranças e cargos. De acordo com a descrição na página, a Copa do Mundo de 2014 estaria sendo usada para beneficiar apenas uma minoria privilegiada em detrimento da maioria da população. Ainda na apresentação da página, o COPAC destaca a necessidade de se protestar contra as políticas adotadas para esse evento. Só com a mobilização popular que organize ações de contestamento firme, crítico e propositivo é que poderemos conseguir que nossas cidades e sua população, como um todo, usufrua dos investimentos realizados”.

Disponível em: <<https://atingidoscopa2014.wordpress.com/perguntas-mais-frequentes/>> e <<https://www.facebook.com/copacbh?fref=ts>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

Estação. A manifestação do dia 15 ocorreu de forma pacífica e teve a participação de aproximadamente 12 mil pessoas (PEREIRA & PERINI, 2014; RICCI & ARLEY, 2014).

A segunda grande manifestação ocorreu no dia 17 de junho (segunda-feira), no mesmo momento em que ocorria o primeiro jogo da Copa das Confederações em Belo Horizonte, no Mineirão. A disputa era entre as seleções da Nigéria e do Taiti. O protesto reuniu cerca de 30 mil pessoas, segundo a PM (RICCI & ARLEY, 2014). Nesse dia, os manifestantes concentraram-se na Praça Sete de Setembro, localizada no centro da cidade e conhecida como palco de várias manifestações na capital, e de lá caminharam de forma pacífica pela Avenida Antônio Carlos, em direção ao Mineirão (cerca de 9 km). O confronto com a polícia começou quando os manifestantes tentaram romper o cerco policial, com o objetivo de seguirem para o estádio. Ônibus foram pichados e a polícia respondeu com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borrachas. Alguns manifestantes, no entanto, distribuíram flores brancas e pediram “Sem violência!”. Nesse dia, duas pessoas caíram do viaduto José Alencar (no entroncamento entre as avenidas Abraão Caram e Antônio Carlos) e se feriram.

Os confrontos ocorreram, na maior parte das vezes, no entroncamento das avenidas Antônio Carlos, e Abraão Caram, próximo ao viaduto que dá acesso ao Mineirão. O local dos confrontos também era próximo a uma das portarias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁴⁷. A medida em que os manifestantes chegavam às proximidades do Mineirão e tentavam romper o cerco policial, o confronto começava. Essas cenas de confronto se repetiram várias vezes durante o mês das manifestações.

É importante destacar aqui que esse cerco da polícia próximo ao estádio foi visto para muitos manifestantes como uma afronta. Isso porque uma a Lei Geral da Copa permitia que a FIFA restringisse em um raio de 2 km o acesso aos locais de competição, para que somente pessoas autorizadas pela instituição pudessem vender suas marcas. Além disso, pessoas que não possuíam os ingressos para os jogos não poderiam chegar às proximidades do estádio. Dessa forma, os manifestantes entenderam que a FIFA estava ferindo a soberania do Estado e era inaceitável, por muitos, que o Governo brasileiro pudesse ceder aos interesses de uma empresa privada.

No dia 19 de junho, outra manifestação reuniu cerca de 10 mil manifestantes na Praça Sete de Setembro, região central da cidade (PEREIRA, 2014). Durante o protesto, várias lojas

⁴⁷ Durante os protestos, policiais militares ficavam dentro do Campus da UFMG para intensificar o cerco contra os manifestantes. A notícia gerou grande indignação na comunidade acadêmica, o que fez com que estudantes da universidade ocupassem a reitoria, exigindo que policiais militares e forças armadas saíssem daquele espaço. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2013/06/reitoria-da-ufmg-ocupada-contra-a-presenca-de-pm-e-exercito/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

e bancos no centro da capital mineira foram depredados. De acordo com Pereira (2014), a polícia militar acompanhou a ação violenta dos manifestantes sem nenhuma reação. Segundo o autor, vídeos amadores publicados mostram a polícia inerte durante o protesto.

O maior protesto em Belo Horizonte durante as Jornadas de Junho ocorreu no dia 22 do mesmo mês. Mais de 60 mil pessoas fizeram o mesmo percurso do dia 17: concentraram-se na Praça Sete de Setembro e foram caminhando em direção ao Mineirão. Naquele dia, ocorria mais um Jogo da Copa das Confederações no Mineirão: Japão e México. Mais uma vez houve confronto com a polícia. Alguns manifestantes depredaram concessionárias de carros. Os policiais usaram bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral e balas de borracha para conter os manifestantes. Esses, por sua vez, respondiam com rojões, pedras, bombas caseiras e coquetéis molotov (RICCI & ARLEY, 2014). Durante o confronto, um jovem de 22 anos, Luiz Felipe Aniceto de Almeida, caiu do mesmo viaduto citado anteriormente e veio a falecer dias depois.

A última grande manifestação realizada em Belo Horizonte durante as Jornadas de Junho ocorreu no dia 26 daquele mês. No mesmo dia, houve no Mineirão a semifinal do torneio, na qual disputavam Brasil e Uruguai, o que criou uma série de tensões e expectativas na opinião pública sobre como seria a ação entre policiais e manifestantes. Pereira e Perini (2014) apontam que parte dos manifestantes havia decidido caminhar até o Mineirão e evitar o confronto com a polícia, outra parte estava decidida a romper o cerco policial. Novos confrontos aconteceram. Concessionárias, e postos de gasolinas foram depredados, lojas foram saqueadas. Outro jovem, Douglas Henrique de Oliveira Sousa, de 21 anos, caiu do viaduto e faleceu. Ao todo, seis pessoas caíram do viaduto durante as manifestações naquele mês, sendo que duas foram a óbito. Ao final do confronto, carros de som da polícia passavam pelas ruas do entorno do estádio pedindo que as “pessoas de bem” ficassem em casa durante a noite, pois a polícia estava restaurando a “ordem”.

Os acontecimentos ocorridos nessas manifestações eram relatados em tempo real nas redes sociais on-line por quem participava. Muitas pessoas acompanhavam os protestos por meio de canais alternativos de informação, como o Mídia Ninja⁴⁸, que fazia uma transmissão

⁴⁸ A Mídia Ninja, sigla para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação, é um projeto vinculado a POSTV. A POSTV, por sua vez, trata-se de uma TV aberta livre (segundo a definição na página do Facebook). O prefixo pós vem da ideia de pós-jornalistas e pós-espectadores. A Mídia Ninja foi responsável por transmitir ao vivo, por meio de um celular conectado a uma banda larga, importantes imagens das manifestações de junho, como o conflito entre os manifestantes e polícia e a depredação de concessionárias e bancos. Por meio do link que era disponibilizado pela Mídia Ninja foi possível, por exemplo, acompanhar em tempo real quando os manifestantes tiraram o carro da concessionária e botaram fogo.

Link da página no Facebook da Mídia Ninja: < <https://www.facebook.com/midiaNINJA> >

on-line dos protestos, por meio de filmagem de celular e conexão com a internet, e a página BH nas Ruas, como veremos no próximo capítulo, que divulgava fotos e informações sobre as manifestações (onde estavam os manifestantes, se a manifestação já havia sido encerrada etc.).

4.3.1 *As Assembleias Populares Horizontais*

A noção propagada de que as manifestações eram totalmente espontâneas, sem líderes e sem organização é vista como uma ideia equivocada por muitos autores (PEREIRA, 2015; MENDONÇA & ERCAN, 2014). Ao observarmos mais atentamente os protestos, podemos identificar formas de organização e importantes tomadas de decisão durante o período das manifestações. Nesse sentido, as Assembleias Populares Horizontais (APH) tiveram um papel fundamental durante as manifestações em Belo Horizonte.

A primeira Assembleia Popular Horizontal foi convocada pelo COPAC-BH no dia 18 de junho. Ela foi realizada embaixo do viaduto Santa Tereza, na área central da cidade. O local é conhecido na cidade por abrigar eventos culturais importantes, como o Duelo de MC's⁴⁹. O convite para a reunião foi divulgado pelas redes sociais e qualquer pessoa interessada poderia participar. A primeira APH reuniu cerca de mil pessoas (RICCI & ARLEY, 2014).

Segundo RICCI e ARLEY, as APHs foram responsáveis por redirecionar as pautas dos protestos para uma lógica mais à esquerda. Isso porque, durante os protestos, houve uma disputa ideológica entre grupos de direita e de esquerda, principalmente entre os dias 18 e 22 de junho, para tomar a frente dos protestos (RICCI & ARLEY, 2014). Os autores destacam que houve um esforço das organizações populares e dos partidos de esquerda a fim de estabelecer um discurso crítico em relação aos megaeventos e sobre a necessidade de haver mais políticas para melhorar a qualidade de vida da população. Assim, foram alugados carros de som para facilitar a comunicação e também criados quatro blocos de percussão para animar os manifestantes e coibir possíveis conflitos entre grupos opostos. Segundo Ricci e Arley

Link da página no Facebook da POSTV: <<https://www.facebook.com/canalpostv/info?tab=overview>>

⁴⁹ O Duelo de MCs é um evento cultural de hip-hop que acontece desde de 2007 em Belo Horizonte. Em cada Duelo participam vários artistas de Minas Gerais e do Brasil apresentando músicas, rimas, e danças urbanas. O Duelo de MC's ficou conhecido em todo o Brasil por revelar talentos do hip-hop nacional. Mais informações sobre o duelo no link: https://www.facebook.com/familiadrua/info?tab=page_

(2014), o uso de blocos de percussão e baterias de escolas de samba durante as caminhadas do mês de junho foi uma das características que marcaram as manifestações em Belo Horizonte. Os blocos guiavam as manifestações entoando cantos e palavras de ordem, muitas vezes, abafando discursos menos politizados.

No entanto, Ricci e Arley (2014) destacam que a APH foi fundamental no que diz respeito à organização e agregação durante as Jornadas de junho.

[...] a organização mais efetiva e agregadora que foi legitimada como aquela que convocava oficialmente os grandes atos e manifestações foi a Assembleia Popular Horizontal (APH). Várias lideranças afirmam que foi o saldo organizativo das jornadas de junho em Belo Horizonte. Foi a primeira assembleia em espaço público, de caráter horizontal, criado durante as jornadas. Veio, em sequência, a de São Paulo e se espalhou como estrutura de tomada de decisão dos manifestantes em vários pontos do país. Foi a APH que convocou e definiu o trajeto e objetivos das duas grandes manifestações de junho que foram organizadas nos dias 22 e 26 na capital mineira (RICCI e ARLEY, 2014, p. 160).

Os autores comparam as APH com as assembleias populares na Argentina, derivadas dos *panelaços* no final do século XX e início do século XXI. As assembleias populares também foram bastante utilizadas pelo *Occupy Wall Street*. No Zuccotti Park, em Nova Iorque, eram feitas discussões e assembleias diárias e formações de grupos de trabalhos, como foi feito no Brasil, além de discussões semanais no Facebook (RICCI & ARLEY, 2014).

Ao falar sobre a dimensão deliberativa durante os protestos de 2013, tanto no Brasil como na Turquia, Mendonça e Ercan (2014) apontam que as assembleias tiveram um importante papel para deliberar sobre questões de interesse comum sobre os protestos. Na Turquia, os protestos eram acompanhados por assembleias no parque. Como afirmam os autores, essas assembleias tendem a ser inclusivas, revelando uma nova forma de fazer política. As reuniões, em geral, se iniciam com a definição de quem irá presidi-la. Em seguida, os participantes decidem sobre os procedimentos da assembleia e, então, começam a troca de argumentos para a tomada de decisão.

Os relatos das últimas manifestações foram muito populares. Cheios de narrativas emocionais, eles tiveram um papel importante ao possibilitar uma mobilização constante. O público em geral reagia às falas (dos participantes) por linguagem gestual, evitando assim interrupções [...] Outra estratégia para aprofundar as discussões foi o estabelecimento de comitês temáticos, alguns dos quais formaram grupos de estudo e organizaram palestras públicas sobre determinados temas. (MENDONÇA & ERCAN, 2014, p. 14 – tradução livre)

Como afirmam Ricci e Arley (2014), as características apresentadas pelas Jornadas de Junho em Belo Horizonte não podem ser generalizadas para as manifestações em outras cidades. As Jornadas de Junho tiveram outros aspectos e características que, por falta de espaço não foi possível identificar neste texto. Procuramos neste capítulo fazer uma breve apresentação do que foi as Jornadas de Junho e suas principais características, principalmente na cidade de Belo Horizonte, MG. Não foi objetivo desta seção, esgotar todos os aspectos manifestações. Por ter sido um movimento tão intenso e diversificado, não foi possível adentrar mais a fundo nas nuances e detalhes desse episódio, que entrou para a história da vida política brasileira. No próximo e último capítulo deste trabalho será feita a análise das páginas do Facebook durante os protestos de junho.

5. #BHNASRUAS: UMA ANÁLISE DE PÁGINAS NO FACEBOOK

Tendo como base a literatura apresentada neste trabalho sobre confronto político e as novas formas de ação política mediadas por plataformas digitais, propõe-se, neste capítulo, uma análise de conteúdo de três páginas do Facebook criadas durante o período das manifestações de junho de 2013. Foram selecionadas páginas que publicavam informações, denúncias e convites para as manifestações e para reuniões durante todo o período de protestos na cidade de Belo Horizonte, MG. As páginas analisadas foram: Assembleia Popular Horizontal⁵⁰, BH nas ruas⁵¹ e Vem pra Rua BH⁵². A hipótese aventada por esta dissertação é que essas páginas contribuíram para a organização e mobilização dos protestos.

Sabe-se que outras páginas e grupos do Facebook também tiveram um papel importante durante as Jornadas de Junho, como foi o caso da página do Comitê Popular de Atingidos pela Copa (COPAC) BH (PEREIRA, 2015), e do grupo Primavera Brasileira (PEREIRA & PERINI, 2014). Outras redes sociais, como Twitter e YouTube, também são importantes para entender como a ação conectiva proposta por Bennett e Segerberg (2013) tem se desenvolvido⁵³. No entanto, devido ao grande número de dados gerados pelas redes sociais on-line, fez-se necessário um recorte, a fim possibilitar uma análise qualitativa a partir da interpretação dos posts feitos nas páginas.

Para isso, selecionamos três páginas dentro da rede social que tiveram um importante papel e influência durante esse período. A escolha da rede social Facebook foi feita pelo fato de esta ser a principal rede social utilizada pelos brasileiros⁵⁴ e por ter desempenhado importante papel durante aquelas manifestações, circulando um grande fluxo de informações sobre os protestos. Essa rede social também tem sido objeto de estudo de diversos autores no campo de internet e política (VAN DIJCK, 2011 GUSTAFSSON, 2012; PORTWOOD-STACER, 2012; PEREIRA, 2015. PEREIRA & PERINI, 2014).

⁵⁰Disponível em: <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH>

⁵¹Disponível em: <https://www.facebook.com/BHnasRuas>

⁵²Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Vem-Pra-Rua-BH/526279364106164>

⁵³ Sobre as redes sociais on-line e a ação conectiva ver o trabalho de Bennett, Segerberg & Walker (2014) em que os autores analisam o processo organizativo das ações conectivas voltadas para a multidão a partir de dados do Twitter do movimento Occupy.

⁵⁴Disponível em <<http://www.techenet.com/2014/05/veja-a-lista-das-redes-sociais-mais-acessadas-no-brasil/>> Acesso em 30 jun. 2015.

5.1 Metodologia

Apesar do avanço constante, a pesquisa e a sistematização de dados gerados na internet ainda é um grande desafio para os pesquisadores da área. Trata-se de um campo de estudo que, pela própria característica da internet, está em constante mudança (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2012). Além disso, é um campo em desenvolvimento, e os esforços dos pesquisadores em desenvolver e discutir métodos e ferramentas de análise têm contribuído para o aumento crescente deste debate.

Ao falar sobre os primeiros estudos sobre a internet como um campo específico de pesquisa, Fragoso, Recuero e Amaral (2012) citam o artigo de Nancy Baym, *Internet research as It Isn't, Is, Could and Should Be* (2005), no qual a autora faz uma importante discussão sobre o panorama do campo de estudos em internet no início da primeira década do século XXI e também apresenta cinco recomendações para os pesquisadores da área.

A primeira recomendação aponta que os pesquisadores devem manter a pesquisa em internet dentro da tradição de pesquisas em mídia e tecnologias. Isso porque, para descobrir-se o que é novo, é necessário antes saber o que é velho (STERNE, 1999 *apud* BAYM, 2005). A segunda recomendação diz respeito à responsabilidade durante a pesquisa. Nesse sentido, Baym (2005) aponta a necessidade de os pesquisadores fazerem perguntas importantes, que possam lhes direcionar nas investigações. Sobre o terceiro ponto de recomendação, a autora ressalta que é preciso analisar quadros maiores que os referentes ao nosso contexto local, levando em conta que a internet é global e que há especificidades domésticas. Na quarta recomendação, Baym (2005) destaca a importância de se manter o diálogo e a troca entre as tradições de pesquisa e utilizar uma linguagem capaz de ser compreendida entre disciplinas e diferentes públicos (BAYM, 2005 *apud* FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2012). Por último, Baym (2005) enfatiza que os pesquisadores devem ser reflexivos com relação aos conceitos e definições que utilizamos em nosso campo de estudo.

Vale a pena destacar ainda outro importante ponto colocado por Fragoso, Recuero e Amaral (2012), sobre o aspecto ético da pesquisa em internet, principalmente no que diz respeito à publicização e identificação dos dados. Para as autoras, esse cuidado é importante para garantir a qualidade da pesquisa. Sabe-se que esse importante ponto vem sendo alvo frequente de discussão no campo de estudos da internet. Por não fazer parte do objetivo deste trabalho, não aprofundaremos nessa discussão, mas é importante pontuar que esta pesquisa

leva em conta a publicidade dos dados analisados. Por isso, optou-se por analisar somente *posts* públicos de páginas públicas, ou seja, que se encontram disponíveis para qualquer pessoa que acessar o endereço das páginas, mesmo tendo sido publicados em uma rede social on-line privada.

As possibilidades temáticas de estudos no campo da internet são inúmeras (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2012) e, conseqüentemente, são variadas as ferramentas e métodos de análise utilizados para cada objeto de estudo. Os métodos variam de análise de conteúdo, análise de redes sociais, teoria fundamentada, etnografia virtual, entre muitas outras.

Para este trabalho, optou-se por fazer uma análise qualitativa dos *posts* publicados (durante as manifestações), apropriando-se das técnicas da análise de conteúdo. A pesquisa qualitativa segundo Flick (2009) busca descrever e entender fenômenos sociais por meio de diversas abordagens, como a investigação de experiências entre indivíduos e grupos, a análise de interações e comunicações e também a investigação de documentos (textos, imagens, vídeos) de experiências e interações.

Essas abordagens têm em comum o fato de buscarem esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, o que estão fazendo ou que está lhes acontecendo em termos que tenham sentido e que ofereçam uma visão rica. As interações e os documentos são considerados como formas de constituir, de forma conjunta (ou conflituosa), processos e artefatos sociais. Todas essas abordagens representam formas de sentido, as quais podem ser reconstruídas e analisadas com diferentes métodos qualitativos que permitam ao pesquisador desenvolver modelos, tipologias, teorias (mais ou menos generalizáveis) como forma de descrever e explicar as questões sociais (e psicológicas) (FLICK, 2009, p. 9).

Uma das características apontadas por Flick sobre a pesquisa qualitativa é que ela parte da ideia de que “método e teoria devem ser aplicados àquilo que se estuda” (FLICK, 2009, p. 9). Segundo o autor, se os métodos existentes não se ajustam a necessidade da pesquisa eles devem ser adaptados ou, então, devem-se criar novos métodos e abordagens. E é sob esse entendimento que propomos desenvolver essa pesquisa. A análise de conteúdo em sua forma tradicional é um dos métodos de pesquisas disponíveis no qual documentos são transformados em “textos”⁵⁵ para serem interpretados (CHIZZOTTI, 2006). Essa análise consiste na aplicação de regras sistemáticas por meio das quais os pesquisadores podem extrair dos conteúdos analisados significados importantes para a sua pesquisa. “Consiste em relacionar a frequência da citação de alguns temas, palavras ou ideias em um texto para medir

⁵⁵ Aspas do autor (CHIZZOTTI, 2006).

o peso relativo atribuído a um determinado assunto pelo seu autor” (CHIZZOTTI, 2006, p.114). Nesse sentido, o autor reforça:

Pressupõe, portanto, que um texto que contém sentidos e significados, patentes ou ocultos, que podem ser apreendidos por um leitor que interpreta a mensagem contida nele por meio de técnicas sistemáticas apropriadas. A mensagem pode ser apreendida, decompondo-se o conteúdo do documento em fragmentos mais simples, que revelem sutilezas contidas em um texto. Os fragmentos podem ser palavras, termos ou frases significativas de uma mensagem (CHIZZOTTI, 2006, p.115).

A análise de conteúdo clássica, como nos afirma Bauer (2004) é uma técnica que ajuda a “produzir inferências de um texto para o contexto social, de maneira objetivada” (BAUER, 2004, p. 191). Dessa forma, a interpretação do conteúdo segue em direção ao referencial teórico e o objeto de pesquisa do pesquisador ou pesquisadora. “Através da reconstrução de representações, os analistas de conteúdo inferem a expressão dos contextos, e o apelo através desses contextos (BAUER, 2004, p.192)”. A análise de conteúdo pode ser quantificável e, algumas vezes, implica em uma análise estatística ao tentar estabelecer uma frequência de palavras, temas ou ideia em um conteúdo (CHIZZOTTI, 2006).

Os textos mais utilizados para análise de conteúdo tradicional podem ser livros, jornais, revistas, artigos, cartazes de publicidade, relatos, entrevistas entre outros (CHIZZOTTI, 2006, p. 114). Nesse sentido, Bauer (2004) destaca que esses conteúdos podem nos dizer muito sobre os pensamentos, sentimentos e discussões das pessoas em determinado momento.

O autor nos lembra que análise de conteúdo trabalha tradicionalmente com materiais escritos, mas um procedimento semelhante pode ser aplicado a imagens ou sons. Nesse sentido, cabe aqui ressaltarmos como a análise de conteúdo será feita neste trabalho.

A análise de conteúdo é um método que vem ganhando espaço na análise de discursos⁵⁶ produzidos em ambientes on-line (LINDGREN & LUNDSTROM, 2011 *apud* RECUERO, ZAGO & BASTOS, 2014) e, atualmente, muitas pesquisas feitas em redes sociais on-line têm utilizado a técnica para interpretar dados coletados na internet (PERINI & PEREIRA, 2014; PEREIRA, 2015; RECUERO, ZAGO & BASTOS, 2014; GOMES &

⁵⁶No texto “O Discurso dos #ProtestosBR: análise de conteúdo do Twitter”, Recuero, Zago e Bastos (2014) entendem o termo “discurso” como uma forma de representação e reprodução ideológica, que compreende “o domínio geral de todas as afirmações, algumas vezes como um grupo individualizado de afirmações, outras vezes, como uma prática regulada que reflete um número de afirmações” (Recuero, Zago e Bastos, 2014, p. 201 *apud* FOUCAULT, 1999, p. 80).

LONDERO, 2014; RECUERO, ZAGO, 2010). No entanto, é preciso fazer algumas considerações sobre o uso dessa técnica neste trabalho.

A linguagem da web é construída de hipertextos⁵⁷, que reúnem, além de textos, imagens, vídeos e links numa mesma unidade de análise (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL 2012). Dessa forma, restringir a análise dos *posts* somente aos textos publicados poderia trazer um grande risco para a pesquisadora em não entender o contexto e interpretar de forma equivocada os acontecimentos durante o período da análise. Os posts publicados, muitas vezes, continham imagens – que variavam entre fotografias, cartazes ou *memes* com temas relacionados às manifestações – e links, que direcionavam a outras redes sociais, principalmente para vídeos disponibilizados no YouTube.

Dessa forma, optou-se aqui por considerar que links, imagens e vídeos fazem parte do texto e que, por isso, devem ser interpretados dentro das unidades de análise em que estão inseridos. Assim, ao analisarmos os *posts*, levamos em consideração as imagens e links disponíveis em cada unidade, levando em conta que eles completam o conteúdo da mensagem. Além disso, os *memes* possuem características importantes que devem ser levadas em conta na nossa análise⁵⁸, uma vez que pelo seu caráter viral eles conseguem popularizar de forma rápida e simples o conteúdo de uma mensagem. As hashtags também são elementos importantes nas redes sociais, uma vez que elas muitas vezes não são utilizadas apenas para cumprir seu objetivo inicial, que é indexar informações, e passa a expressar desejos e vontades dos indivíduos. Como veremos, as hashtags aqui serviram para reunir informações das páginas (como foi o caso do #BHnasRuas), mas também foram importantes para mobilizar as pessoas por meio dos quadros de ação pessoal (como foi o caso do #vempraruabh).

⁵⁷ De acordo com a definição de Lévy (1996) o hipertexto é constituído de nós, que são os elementos de informação como parágrafos, páginas, imagens entre outros e as formas de ligação entre esses nós, como referências, notas, indicadores, botões que efetuam a passagem de um nó para outro. Por se estruturar em rede, o hipertexto se opõe ao texto linear.

⁵⁸ De acordo com o site Museu de Memes, a ideia do termo meme tem sua origem na década de 1970 a partir do trabalho do etólogo Richard Dawkins, que criou o termo para designar uma unidade de replicação que fosse responsável por transmitir os conteúdos culturais. O termo foi alvo de críticas e atualizações ao longo dos anos e, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, memes começam a se difundir nas redes sociais online e se propagar viralmente, tomando a forma como conhecemos hoje. Os memes se tornaram uma das formas de representar elementos da cultura popular na internet. Hoje, memes são um fenômeno típico da internet, e podem se apresentar como imagens legendadas, vídeos virais ou expressões difundidas pelas mídias sociais. Próprios do universo das comunidades virtuais, eles são geralmente compreendidos como conteúdos efêmeros, vulgarmente encarados como “besteira” passageiro ou “cultura inútil”, fruto de sua utilização da linguagem do humor (MUSEU DE MEMES, 2015). Eles se caracterizam por construir de forma compartilhada significados da cultura. Ele vai ganhando contexto de acordo com o olhar sobre o conjunto. Fonte: <<http://www.museudememes.com.br/o-que-sao-memes/>>. Acesso em 30 jun. 2015.

5.2 Categorias de análise

O objetivo da análise proposta neste trabalho é identificar nos posts das páginas escolhidas os seguintes aspectos da ação política contemporânea: mobilização, organização e quadros de ação pessoal. Para isso, será feita uma leitura criteriosa de todos os posts feitos nessas páginas entre os dias 15 de junho e 30 de junho de 2013. Como já se sabe, esse foi um período dos intensos protestos no Brasil, e também o período de realização da Copa da Confederações. Conforme foi visto no segundo capítulo, Bennet e Segerberg (2013) afirmam que o confronto político contemporâneo é composto, muitas vezes, por ações conectivas mediadas por redes digitais e que formam quadros de ação pessoal. Segundo os autores, o confronto contemporâneo se caracteriza por ampliar rapidamente, produzindo mobilizações em larga escala e, frequentemente, atingindo um número de manifestantes que nunca haviam sido alcançados. Além disso, no confronto contemporâneo há mais flexibilidade para fazer pontes entre diversas questões e uma facilidade para construir repertórios de protestos adaptáveis (BENNETT & SEGERBERG, 2013).

Dessa forma, acredita-se que as Jornadas de Junho de 2013 fazem parte do confronto político contemporâneo e que muitas das ações realizadas durante os protestos podem ser aqui entendidas como ações conectivas, em que as redes digitais foram centrais para a organização e desenvolvimento dos protestos.

A partir da tipologia de Bennett e Segerberg (2013), entende-se que as Jornadas de Junho trazem características da *ação conectiva voltada para a multidão*. Como vimos, nesse tipo de ação conectiva, as mídias digitais aparecem como eixos organizadores da ação que se juntam aos indivíduos que acionam suas próprias redes sociais, resultando numa dinâmica organizacional. Mas como bem afirmam os autores, a tipologia elaborada por eles simplifica realidades mais complexas. Dessa forma, é possível encontrarmos nas manifestações de junho tanto elementos da ação conectiva quanto da ação coletiva. Ainda que a participação dos indivíduos na dinâmica organizacional tenha sido fundamental para os protestos, organizações e movimentos sociais tradicionais também contribuíram nesse processo.

As redes sociais on-line, por sua vez, facilitam a ação face a face dos manifestantes, dando uma maior escala e publicidade para a ação. Pereira (2015) também reforça nosso argumento ao afirmar que o caso das manifestações em Belo Horizonte configura-se como uma rede de ação conectada:

Há uma articulação entre organizações formais e identidades coletivas baseadas em recursos de tecnologias sociais, que permitem a construção de redes públicas digitais baseadas em identidades pessoais. Entre outras características deste tipo de ação conectiva, temos algum tipo de moderação organizada das expressões pessoais através das redes sociais, assim como as organizações também estão por trás das redes conectadas (PEREIRA, 2015, p. 6).

Em seu recente trabalho, Pereira (2015) faz um interessante estudo sobre o conteúdo da página do COPAC-BH a partir do entendimento de três aspectos da ação coletiva: formas de organização, mobilização e processos de construção identitária. Para ele, os estudos sobre participação e política têm se concentrado nesses três aspectos para entender as novas formas de ação coletiva. Neste trabalho, pretende-se seguir a ideia elaborada por Pereira (2015) ao analisar as formas de organização e mobilização. No entanto, optou-se por não trabalhar os processos de construção identitária, e sim os quadros de ação pessoal, uma vez que esses quadros são característicos da ação conectiva.

A partir desse entendimento e à luz da literatura apresentada nesta pesquisa, busca-se então analisar três importantes aspectos da ação política contemporânea dentro das páginas selecionadas:

- 1) *Quadros de ação pessoal* – uma vez que ação conectiva possibilita uma maior formação de enquadramentos pessoais, que são capazes de persuadir mais facilmente os indivíduos a se identificarem com eles (BENNETT E SEGERBERG, 2013), pretende-se analisar os principais quadros de ação pessoal nas páginas durante os protestos de Junho. Nesse sentido, analisar as imagens, hashtags e memes nessas páginas torna-se fundamental no entendimento desses novos quadros.
- 2) *formas de mobilização* – neste aspecto, busca-se identificar nas páginas quais foram as performances utilizadas durante o período analisado. A partir da definição de e-tática de e-mobilização (EARL e KIMPORT, 2011), pretende-se verificar os tipos de ações que foram convocadas pelas páginas: ações off-line, como protestos nas ruas e ocupações, chamadas para eventos, e ações nas redes on-line, como a assinatura de abaixo assinado eletrônico, “tuitaço”, manifestações e ocupações etc.
- 3) *organização* – aqui a análise irá se concentrar nos processos organizativos da ação. Para isso, partimos do entendimento de Bennett, Segerberg e Walker (2014) de que as redes digitais funcionam como pontes para transcender interações face a face. Nesse sentido, a ação conectiva opera em redes híbridas, sendo capazes de produzir propriedades organizacionais. Dentro dessa lógica, Pereira (2015) afirma que nos espaços digitais a coordenação e o desenvolvimento das atividades on-line e off-line são “baseados em uma lógica horizontalizada participativa, através da circulação livre de informação entre

seus membros” (PEREIRA, 2015, p. 13). Assim, serão analisadas como as páginas reproduziram as formas de organização e desenvolvimento das ações on-line e off-line. Pereira (2015) destaca três pontos importantes para a organização dessas ações. O primeiro diz respeito à horizontalidade. A lógica da ação conectiva opera, na maioria das vezes, de forma horizontal. Qualquer pessoa pode se manifestar com relação à organização e à tomada de decisões (o que não implica que a pessoa seja ouvida e que sua demanda seja levada adiante). O segundo ponto está relacionado ao caráter participativo da ação. Nesse sentido, Pereira aponta que a participação nas ações conectivas se dá de forma mais aberta e inclusiva do que nas organizações formais, sendo que qualquer ativista pode participar da tomada de decisão. O terceiro ponto diz respeito à circulação de informação. De acordo com Pereira (2015), na página do COPAC-BH “ficou clara a necessidade de disponibilizar os resultados das reuniões presenciais já realizadas, assim como também publicizar iniciativas de grupos específicos dentro da rede” (PEREIRA, 2015, p.14). A publicização das decisões e das iniciativas dos grupos também ficou clara na nossa análise sobre as páginas da Assembleia Popular Horizontal, como veremos adiante. Outro ponto importante diz respeito à produção e distribuição de conteúdo na rede. Como afirma Bennett, Segerberg e Walker (2014), a produção em pares, característica da internet, produz elementos de organização para a ação conectiva. Isso porque compartilhar ou produzir um conteúdo envolve automotivação e auto-organização dos manifestantes (BENNETT, SEGERBERG & WALKER, 2014).

É importante destacarmos aqui que essas categorias escolhidas não são excludentes. Ou seja, em uma mesma unidade de análise foi possível identificar mais de uma ou mesmo todas as categorias, como veremos a seguir.

5.3 Coleta de dados e escolha das páginas

Para extrair os *posts* das páginas foi utilizado o aplicativo Netvizz⁵⁹, capaz de coletar dados do Facebook (páginas, perfis e grupos) e utilizado em diversas abordagens metodológicas. A coleta dos dados das páginas Assembleia Popular Horizontal, BH nas Ruas

⁵⁹Disponível em: <https://apps.facebook.com/netvizz/?fb_source=search&ref=ts&fref=ts>. Acesso em 3 ago. 2014.

e Vem pra Rua BH foi feita pelo aplicativo durante o mês de agosto de 2014⁶⁰. O Netvizz permite voltar na linha do tempo de uma página e extrair dados mais antigos. No entanto, se alguns *posts* e comentários tiverem sido apagados, seja pelo dono de uma página, ou por quem postou as mensagens, esses dados não podem ser recuperados pela ferramenta⁶¹. Por ser destinado exclusivamente a uso acadêmico, o Netvizz também preserva a identidade das pessoas⁶².

A escolha das páginas Assembleia Popular Horizontal, Vem pra Rua BH e BH nas Ruas se deu porque elas tiveram um papel importante na divulgação dos protestos, uma vez que tinham um número expressivo de seguidores e um grande engajamento durante as manifestações, como veremos adiante.

Além disso, acredita-se que cada uma delas possui perfil e objetivos diferentes, mas todos relevantes para as manifestações. A página da Assembleia Popular Horizontal (APH) serviu como uma porta-voz dos coletivos que estavam nas manifestações e participavam das assembleias horizontais realizadas, durante o período dos protestos, embaixo do viaduto Santa Tereza. A APH teve um importante papel nas manifestações de junho em Belo Horizonte (RICCI & ARLEY, 2014). Nas reuniões, os participantes discutiam pautas de demandas e táticas de ação, como os percursos dos protestos e ocupações, como foi o caso da Câmara Municipal de Belo Horizonte⁶³. A página da APH no Facebook, por sua vez, replicava as decisões e as informações importantes nas reuniões, e a página ganhou legitimidade nas redes sociais.

A página BH nas Ruas ganhou popularidade no Facebook quando trouxe uma cobertura dos protestos alternativa às mídias tradicionais. A página divulgava informações em tempo real das manifestações, o que permitia que muitas pessoas que não estavam nos protestos pudessem acompanhar o que estava acontecendo.

⁶⁰ Importante pontuar sobre a coleta de dados pelo aplicativo Netvizz ter sido feita no mês de agosto de 2014. Até junho de 2013, o aplicativo ainda não tinha a função de coletar os textos, imagens das páginas, somente métricas para análise de redes. Mas pouco tempo depois, o aplicativo disponibilizou a funcionalidade de coletar textos, imagens e links das páginas, porém só era possível coletar os 999 posts mais recentes. Somente em julho de 2014 o aplicativo disponibilizou a funcionalidade de voltar na linha do tempo e coletar dados mais antigos.

⁶¹ Importante salientar que existem relatos que o próprio Facebook apaga aleatoriamente algumas postagens. Em recente atualização do Netvizz (acesso em 22 jul. 2015), o aplicativo informou que o Facebook só estava permitindo a coleta dos 600 posts mais recentes em um dado ano. No entanto, a nossa coleta foi feita antes dessa atualização.

⁶² Disponível em: <http://rieder.polsys.net/files/rieder_websci.pdf>. Acesso em 10 jun. 2014.

⁶³ Em uma decisão tomada na APH, onde manifestantes ocuparam a câmara a fim de discutirem com as autoridades do município sobre a planilha de gastos do transporte público. A ocupação durou 09 dias. Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/07/apos-nove-dias-de-ocupacao-manifestantes-deixam-camara-municipal-de-belo-horizonte.htm>

Já a página Vem pra Rua BH direcionava para o quadro de ação pessoal mais popular dos protestos: “Vem pra Rua!”. Nesse sentido, acredita-se que a página tenha conteúdos relacionados a queixas mais personalizadas e gerais, ou seja, quadros de ação pessoal.

Dessa forma, para a nossa análise, temos três páginas que representam perfis distintos: a primeira está relacionada à organização e à mobilização; a segunda, à produção de informação alternativa (que consequentemente gera níveis de organização, como veremos mais a frente); e a terceira, aos quadros de ação pessoal difundidos durante os protestos.

As páginas escolhidas estão relacionadas à cidade de Belo Horizonte por dois motivos. Primeiro, porque a capital mineira é uma das principais cidades do País e foi palco de grandes protestos durante o período estudado, chegando a reunir 100 mil pessoas em uma manifestação⁶⁴. Segundo, porque se trata do local onde vive a autora do texto, que acompanhou de perto o intenso período das manifestações.

5.4 Análise das páginas

A partir de uma leitura e interpretação atenciosa das postagens coletadas nesse período, realizamos nossa análise no sentido de identificar as três categorias que foram propostas para este trabalho: organização, mobilização e quadro de ação pessoal. Antes de começar a análise, é importante destacar aqui que muitos dos posts ilustrados nesse trabalho apresentam mais de uma característica analisada. As categorias analisadas não são excludentes, por isso, em unidades de análise em que era possível identificar quadros de ação, por exemplo, também era possível identificar elementos mobilizadores e/ou organizativos. A ideia aqui é apenas ilustrar a análise com exemplos para que facilite o entendimento da pesquisa. Outro ponto que precisa ser destacado é que todos os posts analisados nesta pesquisa foram publicados pelos administradores das páginas.

A fim de facilitar a nossa pesquisa, em cada categoria analisada separamos as unidades de análise de acordo com o tipo de postagem: status⁶⁵ (postagens somente com textos); imagens (postagens com fotos, cartazes, memes etc.); links e vídeos (postagens que continham links direcionando para outras páginas ou site, ou para sites de visualização de

⁶⁴ Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/mg/2013-06-22/bh-reune-100-mil-e-confronto-deixa-11-feridos.html>>. Acesso em 10 jul. 2015.

⁶⁵ Seguindo a definição dada pelo aplicativo de coleta, Netvizz, entendemos status como as postagens que contém somente textos, sem imagens e links.

vídeos, além de vídeos carregados no próprio Facebook). Para analisar os vídeos postados e como eles poderiam ser encaixados nas categorias analisadas, a pesquisadora assistiu aos vídeos e levou em conta o contexto em que o vídeo foi publicado, ou seja, o conteúdo das postagens como um todo. Da mesma forma, foram analisadas as imagens e os links publicados. Além disso, também levaremos em conta a importância das hashtags, presentes na maioria das unidades de análises. Segundo Silva e Ziviani (2014), as hashtags cumprem funções diferentes e têm o poder de articular diferentes temporalidades. Segundo as autoras, elas permitem uma articulação entre indivíduos que muitas vezes não se conhecem e tem interesses diversos. Nesse sentido, procuraremos entender o significado das principais hashtags mencionadas dentro das postagens e qual a importância nas categorias analisadas.

5.4.1 *Assembleia Popular Horizontal (APH) – Belo Horizonte*

5.4.1.1 Descrição

A página da Assembleia Popular Horizontal (APH) tinha como principal objetivo divulgar informações referentes à Assembleia popular criada em Belo Horizonte, durante as manifestações de junho. Como foi dito no capítulo anterior, a Assembleia Popular Horizontal, bem como o Comitê Popular de Atingidos pela Copa (COPAC), tiveram um importante papel na organização dessas manifestações (RICCI e ARLEY, 2014). Por meio das Assembleias realizadas embaixo do viaduto do bairro Santa Tereza, foram definidas pautas e formas de ação para o protesto, como a ocupação da Câmara Municipal. Além de definição das datas e divulgação das manifestações, a APH ganhou legitimidade durante os protestos de junho ao criar grupos de trabalho com temáticas que diziam respeito às demandas das manifestações e também ao se reunirem com representantes do governo municipal⁶⁶. Assim, a página se tornou referência para quem queria acompanhar e divulgar as manifestações. É importante lembrar que nem todas as capitais brasileiras criaram assembleias horizontais, o que torna o caso de Belo Horizonte ainda mais interessante. Nesse sentido, analisar a página da APH pode

⁶⁶ É importante ressaltar que houve divergências dentro da própria Assembleia Popular Horizontal com relação aos representantes escolhidos para dialogar com o governo municipal.

nos trazer importantes elementos sobre como foram desenvolvidos os protestos, principalmente no que diz respeito a organização e tomada de decisões.

A Assembleia Popular Horizontal é se autodefine como “um espaço aberto, horizontal e autônomo que converge lutas, movimentos e pessoas em Belo Horizonte”. Trata-se de um fórum de diálogo horizontal e autônomo para formulação de pautas e propostas para próximas mobilizações⁶⁷. Durante o período analisado, foram coletados 148 posts e 873 comentários. Desses posts, 99 eram imagens, 26 eram status (somente textos) e 24 eram links direcionando para outras páginas ou sites, ou para vídeos no YouTube (Tabela 1). As hashtags mais citadas nas páginas foram: #ocupacâmarabh, #bhnasruas, #vempraruabh e #protestobh.

TABELA 1
Tipo de postagens – APH

Imagens	99
Status	26
Links e Vídeos	23
Total de posts	148

Fonte: a autora.

TABELA 2
Hashtags APH

Hashtags	Número de vezes citadas
#ocupacâmarabh	30
#protestobh	18
#vempraruabh	17
#bhnasruas	15
#RESISTENCIABH	7
#vempraru	1
#MídiaNINJA	1
#BHSEMCASTRACAS	1

Fonte: a autora

⁶⁷ Disponível em: < <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/info>>. Acesso em 20 mai. 2015.

Das 148 postagens analisadas nessa página, identificamos que o componente organizacional estava presente em 140 deles (95%), a mobilização em 111 (75%) e os quadros de ação pessoal em 42 (28%) (gráfico 1):

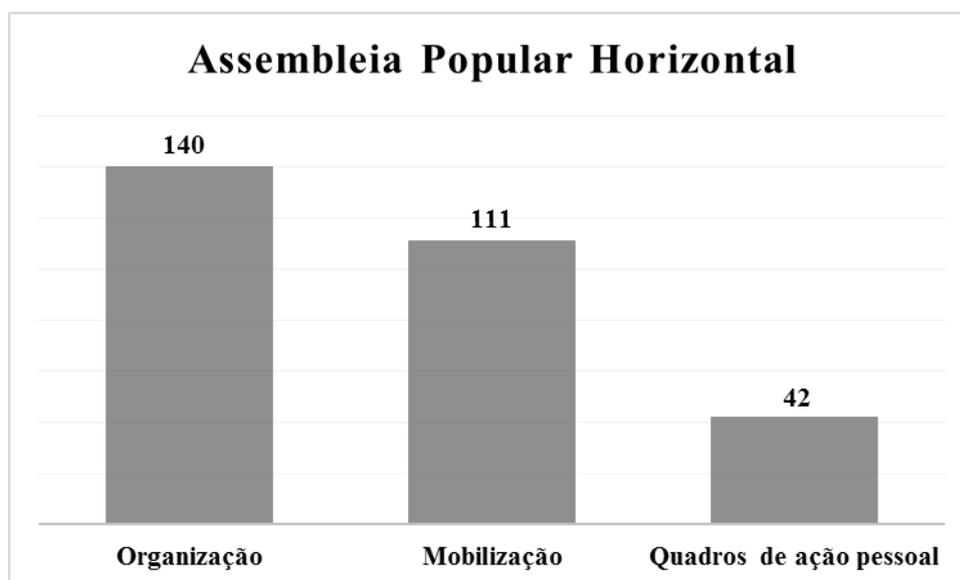


GRÁFICO 1 – Categorias analisadas – APH
Fonte: a autora

5.4.2 Organização

É importante notar aqui, que não identificamos a organização somente da maneira tradicional de ação coletiva. Isso porque, em nossa análise, foi possível perceber elementos organizativos da ação conectiva explicada por Bennett, Segerberg e Walker (2014) e discutida no segundo capítulo deste trabalho. Como veremos no decorrer da análise, uma grande parte dos elementos identificados nas postagens não estavam relacionados à organização da ação coletiva tradicional, mas sim, a uma lógica organizacional criada por meio da produção entre pares, que se retroalimentam, produzem, distribuem e compartilham informações.

Na nossa análise foi possível perceber que a página da Assembleia Popular Horizontal tinha forte componente organizacional (94,6% do total de posts coletados estavam relacionados à organização). Isso pode ser justificado pelo fato de a APH ter contado com a participação de vários coletivos e movimentos sociais, como as Brigadas Populares, COPAC e também de militantes de partidos de esquerda, tais como PSTU e PSOL. Muitos deles

tomaram a frente dos protestos a fim de pautar as principais demandas que vinham das ruas. Nesse sentido, a APH procurou divulgar além das chamadas para os protestos, reuniões onde seriam discutidos os próximos passos das manifestações e as próximas ações na cidade.

5.4.2.1 Postagens textuais

A APH estava presente em grande parte das negociações com a Prefeitura relacionadas à redução do preço do transporte público. No post abaixo⁶⁸, em tom de denúncia, a página relata sobre a votação de um projeto de lei que reduziria em R\$ 0,05 a tarifa de ônibus.

PROJETO DE LEI PELA REDUÇÃO DE 5 CENTAVOS NA PASSAGEM
ENTRA NO 2º TURNO DE VOTAÇÃO NESSE MOMENTO

O projeto de lei criado por Lacerda foi aprovado em 1º turno por unanimidade na reunião extraordinária convocada – estranhem - em pleno feriado pelo presidente da Câmara. Sua proposta se resume em diminuir 5 centavos do valor da passagem através da redução do imposto (ISSQN) cobrado das empresas de ônibus.

Apenas 5 centavos: é a pior redução de tarifa do Brasil, proporcionalmente comparada às demais cidades que se levantaram em protesto.

Lembramos que essa redução DESRESPEITA AS NOSSAS REIVINDICAÇÕES, pois é feita com a diminuição da arrecadação municipal e manutenção dos abusivos lucros das empresas privadas de ônibus.

Está na hora – literalmente – de mostrarmos pros prefeitos e vereadores de BH como queremos o transporte público da NOSSA cidade. Exigimos IMEDIATA e REAL redução das tarifas, revisão dos contratos e início da implantação de um projeto pela Tarifa Zero!

O segundo turno está marcado para as 14:30, na Câmara dos Vereadores.
REAL REDUÇÃO JÁ! #BHSEM CATRACAS #OCUPAACÂMARA.

O post reforça a importância da questão do transporte público – umas das pautas mais discutidas durante as APH. A hashtag #BHSEMCATRACAS no final do texto reforça essa luta. Além disso, é possível perceber APH enquanto grupo organizado, com certas pautas e demandas definidas pelos participantes (“Lembramos que essa redução DESRESPEITA AS NOSSAS REIVINDICAÇÕES”). A outra hashtag, #OCUPAACÂMARA chama os manifestantes a aderirem à ocupação da Câmara Municipal, uma vez que o motivo da ocupação estava relacionada à discussão sobre o valor da passagem no transporte público.

Em outro post⁶⁹, a APH compartilha uma orientação de uma manifestante com relação ao projeto de Lei mencionado acima. Na postagem, é possível identificar o caráter

⁶⁸ Post do dia 26 junho de 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/146761338849347/posts/148326085359539>. Acesso em 23 mai. 2015.

participativo da ação mais aberto e inclusivo (PEREIRA, 2015), onde qualquer pessoa pode se manifestar sobre uma situação:

conselho de uma militante: "A todos os colegas que pretendem estar amanhã na Câmara Municipal, gostaria de alertar para algumas questões: Esta é a chance de revertermos a votação silenciosa e oportuna que a Câmara Municipal fez na última quarta-feira, aproveitando-se da mobilização da população em outra direção; É bem provável que haja algum tipo de tentativa de desviar o foco novamente, através de provocações ou coisas do tipo, tendo em vista que os vereadores também vão levar um grupo de manifestantes para apoiar a votação; Precisamos ter cuidado com essas provocações pois, no caso de algum confronto, podemos acabar legitimando ações policiais no sentido de "esvaziar" a votação. E aí é tudo o que os vereadores querem - campo livre para fecharem de vez essa negociação imoral. Vamos virar esse jogo amanhã, a proposta do executivo, além de não atender nossas exigências, melhora muito os ganhos dos empresários como bem nos explicou um colega na Assembléia de domingo passado. Precisamos sair de lá vitoriosos amanhã!

A fim de publicizar as decisões tomadas em cada assembleia, a APH utilizava a página do Facebook para divulgar as atas das reuniões que aconteciam embaixo do viaduto. A preocupação em deixar publicizada as decisões nas Assembleias também devem ser levadas em conta, uma vez que a circulação da informação é um elemento importante para a organização (PEREIRA, 2015). Na postagem abaixo⁷⁰, a APH publica a ata da reunião que ocorreu no dia 23 de junho. A ata relata as principais pautas discutidas e as reivindicações que estavam no consenso dos manifestantes presentes: o transporte público; a FIFA e os megaeventos; repressão policial e a saída do deputado Marco Feliciano da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Além disso, a ata relata a criação de eixos temáticos com o objetivo de um maior aprofundamento das pautas colocadas pelos manifestantes. Os grupos temáticos, como as reuniões da APH, eram abertos para quem interessasse em participar. Por ser muito extensa, separamos os principais assuntos colocados no documento.

ATA RESUMIDA DA 2ª ASSEMBLEIA POPULAR AMBIENTAL DE BELO HORIZONTE
 Data: 23/06/2013
 Horário: 15hs
 Local: Arena do Viaduto Santa Tereza
 Principais pautas contempladas:
 - Criação de página oficial da Assembleia Popular Horizontal
 - Marcada a próxima Manifestação

⁶⁹ Post do dia 28 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/146761338849347/posts/148891371969677>. Acesso em 23 mai. 2015.

⁷⁰ Publicado no dia 25 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/146761338849347/posts/148005442058270>>. Acesso em 23 mai. 2015.

- Marcada a próxima sessão da Assembleia Popular Horizontal
- Identificação de reivindicações pontuais mais consensuais
- Criação de grupos temáticos para encaminhamento de discussões e propostas

Processo de montagem de pauta:

Foram abertas, de início, cerca de 110 inscrições de fala com 1 minuto cada para sugestões de pautas.

Vários representantes de grupos e sindicatos anunciaram que sairiam às ruas representando suas classes ou informaram sobre atos que ocorrerão nos próximos dias (mais detalhes na ata completa).

Dentre as falas, destacaram-se 4 pontos principais com reivindicações que demonstraram maior consenso até então:

1. Transporte

A) Revogação do último aumento das passagens em Belo Horizonte de dezembro/2012.

B) Redução justa e real do valor da passagem: a partir da redução do lucro das empresas de ônibus. A redução a partir de uma cobrança mais baixa do ISS pago pelas empresas concessionárias diminui a arrecadação municipal, prejudicando a população contribuinte, representando uma manutenção do privilégio das empresas concessionárias de ônibus e não atende à reivindicação popular por diminuição dos gastos com transporte público.

C) Prestação de contas e revisão dos contratos das empresas concessionárias de ônibus

D) Esforços por parte da administração pública para implantação da Tarifa Zero irrestrita.

2. FIFA e mega eventos

A) Revogação da Lei Geral da Copa

B) Redirecionamento da prioridade orçamentária, atualmente voltada para a Copa, para os serviços públicos de educação e saúde.

3. Abaixo a repressão

A) Fim da repressão violenta e indiscriminada dos manifestantes pela PM.

B) Retirada imediata da Força de Segurança Nacional

C) Desmilitarização da polícia no Brasil, conforme recomendação da ONU em 2012.

4. Fora Feliciano: Saída do deputado Marcos Feliciano da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Encerradas as falas e diante do surgimento de novas pautas essenciais, encaminhou-se a criação de grupos temáticos baseados na totalidade de demandas consideradas prioritárias para aprofundamento e encaminhamento de pautas específicas.

Esses grupos serão abertos a todos os interessados, e contarão com pessoas com experiência em cada área, para tornar a proposição de pautas, reivindicações e ações mais eficaz.

Ficaram definidos e aprovados via votação os seguintes

GRUPOS TEMÁTICOS DE REFERÊNCIA:

1) Transporte/Mobilidade Urbana

2) Saúde

3) Educação

4) Reforma Política

5) FIFA e grandes eventos

6) Polícia

7) Minorias políticas e direitos humanos

8) Moradia

9) Democratização da mídia

10) Meio Ambiente.

PRÓXIMA MANIFESTAÇÃO

Data: Quarta-feira, 26/06/13

Horário: 12h

Local da concentração: Praça Sete

Foram sugeridos vários rumos e formas de ocupação, e foi feito um apelo de questão de ordem para a Assembleia buscar um consenso.

Foi estabelecido que o trajeto da manifestação será definido apenas no dia do ato, a

cargo da comissão tática.

OBS: Durante o ato manteremos atualizações do trajeto via página do facebook, para facilitar o acompanhamento e manutenção da unidade do ato.

Apelo para que eventos paralelos com rumos variados não provoquem desmobilização ou dispersão dos manifestantes, e se possível entrem em consonância com o Grande Ato da Assembleia Popular Horizontal.

5.4.2.2 Imagens

Os tipos de imagens coletadas na página durante o período de análise foram fotos dos principais eventos, (manifestações, assembleias populares e também da ocupação da Câmara Municipal) e a publicação de cartazes com chamadas para manifestações ou repasse informações. Também foi identificada uma charge. Durante o período não foi identificado nenhum meme na página.

No post a seguir⁷¹, a APH divulga o Guia do Manifestante, uma espécie de panfleto on-line, no qual dá algumas informações sobre os cuidados necessários ao participar de uma manifestação: que tipo de roupas se deve usar, o que fazer se for atingido por gás lacrimogêneo e o contato dos advogados voluntários, caso fosse necessário. Na nossa análise entendemos que ao divulgar essas informações, a página orientou muitas pessoas (principalmente aquelas que participavam pela primeira vez) nas ruas, o que de certa forma, ajudou na organização da manifestação. O post também continha um link que direcionava para o evento no Facebook da manifestação do dia 26 de junho, convocado pela APH:

⁷¹ Post do dia 26 de junho. Disponível em <<https://www.facebook.com/146761338849347/posts/148242992034515>>. Acesso em 25 jun. 2015.

Garanta a sua segurança, siga as dicas do Guia do Manifestante. A partir das 12h concentração na Praça 7: <http://goo.gl/OFhQb>.

ASSEMBLEIA POPULAR-BH

GUIA DO MANIFESTANTE

DICAS PARA ANTES, DURANTE E DEPOIS DAS MANIFESTAÇÕES

R O U P A S	M O C H I L A	P R E C A U Ç Õ E S
 <p>-Dêem preferência às roupas de tecido grosso para proteção -Vistam roupas que cubram a maior parte do seu corpo, mas que harmonizem com o clima -Useem calçados confortáveis</p>	 <p>- Pano, máscara de pintor ou máscara de gás - Garrafa com vinagre ou Leite de Magnésia - Garrafa de água - Telefone - Documentos - Óculos de natação - Lanches energéticos</p>	 <p>-Não use lentes de contato -Asmáticos deverão trazer a suas bombinhas -Evitem roupas de algodão -Evitem ter a pele coberta por hidratantes, maquiagem, protetor solar que contém óleo -Cuidado com os brincos -Não leve crianças</p>
M A N I F E S T A Ç Ã O	G Á S L A C R I M O G Ê N I O	A D V O G A D O S
 <p>-Fiquem tranquilos e concentrados para agirem mais conscientes -Mantenham-se atentos -Se forem resgatar algum manifestante, mantenham o cuidado e calma para puxarem a pessoa atacada -Em caso de atuações injustas da polícia: DÓCUMENTE!</p>	 <p>-Nunca esfreguem os olhos -Para desinfetá-los, vire a cabeça e deixe a água escorrer do olho para fora, em um olho de cada vez -Respirem de forma profunda e devagar. -Assoprem o nariz e cusparam, ajuda a eliminar os químicos</p>	 <p>Se precisar de um Advogado, por causa das manifestações, vá à PEC OAB/MG Rua Guajajaras, 2287 - Barro Preto. Será um ponto de apoio aos Advogados voluntários TELEFONES DE CONTATO: PLANTÃO - 08002831651 PROCURADORIA DE PRERROGATIVAS - (31) 21025979</p>

FIGURA 22 – Guia do manifestante

Em outra publicação⁷², a APH divulga como foram criados e funcionam os grupos temáticos. Os grupos seriam, como afirma a própria APH, uma forma de organização das demandas discutidas durante as reuniões. Aqui, é possível identificar o caráter horizontal e participativo (mais aberto e inclusivo) desses grupos, uma vez qualquer pessoa que tivesse interesse poderia participar e contribuir para as discussões. O próprio modelo de grupo temático que funcionou durante as assembleias foi construído na 2ª Sessão da APH (como mostra o post), após discussões e contribuições dos participantes.

⁷² Post publicado no dia 27 de junho. Disponível em: <https://www.facebook.com/146761338849347/posts/148581108667370>. Acesso em 24 jun. 2015.

Durante a 2ª Sessão esse modelo foi discutido e aprovado. Já na 3ª Sessão os grupos de cada Eixo Temático de Referência foram criados e discutiram muito sob o Viaduto Santa Tereza. Vale destacar que nesta terça, 25, o Eixo COPA E GRANDES EVENTOS, infelizmente, não foi criado. E que espontaneamente foi fundado o Eixo Temático de Referência em CULTURA. Hoje é dia de apresentar essas discussões para todo o coletivo e termos um documento com pautas, problemas e propostas unificado da Assembleia!

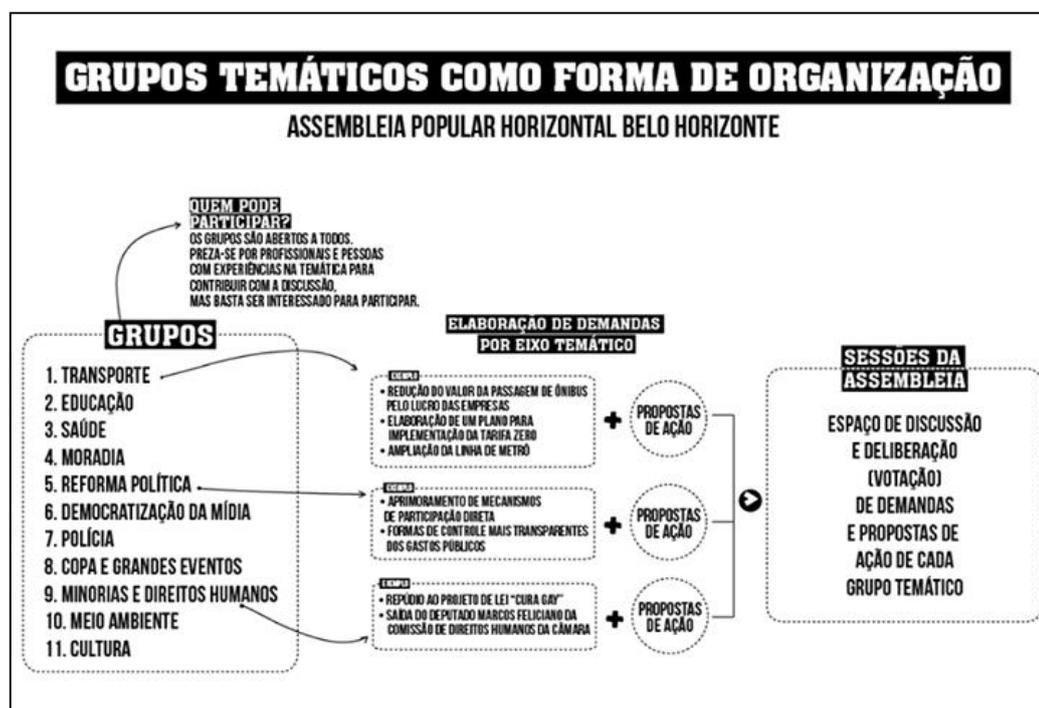


FIGURA 23 – Apresentação dos grupos temáticos

5.4.2.3 Links e vídeos

Com relação à temática organização, os links publicados na página diziam respeito a chamadas de eventos no Facebook para protestos e reuniões da APH, bem como o compartilhamento de informações, tanto de outras páginas ou de outros sites. Na postagem reproduzida abaixo⁷³, a APH compartilha uma postagem da página “Atingidos Comitê da Copa” do COPAC-BH.

⁷³ Post do dia 25 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/146761338849347/posts/148093428716138>>. Acesso em: 23 jun. 2015

Informamos que o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa foi convocado para uma reunião de emergência com o Governador do Estado, Sr. Antônio Anastasia. Membros do COPAC e de movimentos sociais estão se dirigindo para o Palácio da Liberdade para apresentar as deliberações da Assembleia Popular Horizontal :: Belo Horizonte e para discutir a responsabilidade dos governos municipal, estadual e federal em relação à segurança da população durante as manifestações de amanhã. Solicitaremos que a reunião seja transmitida ao vivo pela internet e que nossas pautas sejam atendidas.

No post foi possível identificar a legitimidade da APH, uma vez que as reivindicações feitas a partir das assembleias foram levadas para diálogo com representantes do poder público, nesse caso, o então governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia. Interessante também notar o pedido do COPAC para que a reunião fosse transmitida ao vivo pela internet, o que mostra o interesse em publicizar as ações para o maior número de pessoas possível.

O vídeo encontrado na página durante esse período⁷⁴ foi feito por manifestantes e publicado no YouTube e mostrava como a mídia estava cobrindo as ações de confronto: de um lado policiais e, de outros, “baderneiros” e “vândalos”.

Manifestantes produzem os seus próprios materiais e chamadas para o 5º Grande Ato da Assembleia Popular Horizontal, que vai as ruas nessa quarta-feira a partir das 12h com concentração na Praça 7. Assista ao vivo:



FIGURA 24 – Imagem do vídeo publicado na página da APH

O vídeo mostra algumas cenas de um jornal da TV aberta no qual o apresentador chama os manifestantes de “baderneiros” e “vândalos”. No entanto, quando o apresentador

⁷⁴ Post do dia 26 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/146761338849347/posts/148151585376989>>. Acesso em 23 jun. 2015.

faz a chamada para mostrar as imagens de vandalismo e violência, as cenas transmitidas são da violência dos policiais contra os manifestantes, atirando spray de pimenta, agredindo-os verbalmente e fisicamente. O vídeo também mostra, mais uma vez, a rejeição dos manifestantes com relação às mídias tradicionais, uma vez que muitos deles foram tratados apenas como “vândalos”.

5.4.3 Mobilização

As postagens em que foram identificadas o elemento mobilização, em sua maioria, estavam relacionadas a chamadas para participar de eventos face a face, como manifestações, ocupações e assembleias. Poucas postagens estavam relacionadas a e-táticas (EARL e KIMPORT, 2011). Nas três páginas analisadas não foram encontradas postagens referentes a abaixo assinados eletrônicos ou petições on-line. Isso pode ser justificado por que se tratou de um período bastante específico, onde as manifestações de rua ganharam um imenso destaque na opinião pública.

5.4.3.1 Postagens textuais

O post abaixo⁷⁵, mostra a chamada da APH para que as pessoas fossem participar da Ocupação da Câmara Municipal. Aqui, é possível perceber que, ao pedir apoio para a Ocupação, a APH estimula a solidariedade entre aqueles que estavam ocupados e aquelas que consideravam a ocupação legítima. A solidariedade é, por sua vez, um forte sentimento mobilizador (FERREIRA, 2014).

Venha prestar o seu apoio à Ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte. A Assembleia Popular Horizontal convida a todos que estão em casa para vir tomar o seu café da manhã conosco. Cheguem quando puderem, precisamos de você!
#ocupecâmaraBh#vempraruabh #ProtestoBH #BHnasruas

⁷⁵ Post do dia 30 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/146761338849347/posts/149195151939299>>. Acesso em 25 jun. 2015.

As hashtags #ocupe câmaraBh e #vempraruabh também reforçavam a ideia de mobilização, uma vez que elas funcionavam como chamamentos para participar tanto dos protestos quanto da ocupação. Já as hashtags #ProtestoBH e #BHnasRuas foram importantes para localizar o momento em que tudo estava acontecendo.

APH também pedia ajuda para que as pessoas doassem alimentos e produtos de primeira necessidade para a ocupação. O post abaixo⁷⁶ ilustra um dos vários pedidos de doação feitos na página:

Bom dia,são 07h e 15min da manhã. NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ ! Os manifestantes seguem ocupando a Câmara Municipal de Belo Horizonte. Nesta manhã pedimos o apoio de quem esta em casa.Precisamos de um BOTIJÃO DE GÁS de cozinha para preparamos nossa alimentação. Obrigada!

O pedido de ajuda para a ocupação teve um resultado positivo do ponto de vista da mobilização. A ajuda para a ocupação mobilizou inúmeras pessoas e, ao final, eles tiveram que informar que havia uma grande quantidade de alimentos e não teria onde guardar, como mostra o post abaixo:

A Câmara Municipal de Belo Horizonte permanece ocupada neste domingo! A Assembleia Popular Horizontal agradece todas as doações e informa: NESTE MOMENTO JÁ TEMOS ALIMENTOS SUFICIENTES. PEDIMOS QUE AS PESSOAS NÃO TRAGAM ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS, POIS NÃO DISPOMOS DE LOCAL PARA ARMAZENAR TODAS AS DOAÇÕES NÃO PERECÍVEIS! TAMBÉM JÁ TEMOS PAPEIS HIGIÊNICOS E REMÉDIOS SUFICIENTES!!

5.4.3.2 Imagens

As imagens identificadas nas páginas também estavam relacionadas a chamadas para manifestações, protestos e ajuda para a Ocupação. A imagem de capa da página foi atualizada várias vezes, tratava-se de um cartaz com as datas das próximas manifestações⁷⁷. No post, a página também pedia para que as pessoas adotassem a imagem como foto de capa do seu perfil. Do ponto de vista da mobilização, essa ação pode ser vista como uma e-tática (Earl e

⁷⁶ Post do dia 30 de junho de 2013. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/146761338849347/posts/149243665267781>>. Acesso em 25 jun. 2015.

⁷⁷ Post do dia 20 de junho. Disponível em:

<https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.146781998847281.1073741827.146761338849347/146782002180614/?type=1&relevant_count=1>. Acesso em 25 jun. 2015.

Kimport, 2011). Apesar da convocação para um protesto off-line, o pedido para colocar a imagem como foto de capa funcionou como uma ação para mobilizar as pessoas dentro da rede.

ADOTE COMO SUA CAPA!



FIGURA 4 – Foto de capa da APH

O post abaixo⁷⁸ mostra um cartaz divulgado pela APH convidando as pessoas para participarem da 4ª sessão da Assembleia Popular Horizontal. Como foi dito no início desse tópico, as categorias analisadas não são excludentes. Esse post, por exemplo, além de destacar o aspecto da mobilização ao chamar as pessoas para participar da assembleia, mostra também um importante aspecto da organização citado anteriormente, o caráter mais participativo e inclusivo. A chamada pública nos indica que qualquer pessoa interessada poderia participar das assembleias. Na postagem também tinha um link para o evento no Facebook da Assembleia.

⁷⁸ Post do dia 27 de junho. Disponível em:

<https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189.1073741831.146761338849347/148561232002691/?type=1&relevant_count=1>. Acesso em 25 jun. 2015.

Assembleia Popular de Belo Horizonte.
Confirme presença: <http://on.fb.me/14crAf9>



FIGURA 25 – Convite para Assembleia Popular Horizontal

A mobilização com relação à Ocupação da Câmara foi bastante intensa na página da APH, no post abaixo⁷⁹, eles divulgam mais um pedido de ajuda para que a Câmara continue ocupada:

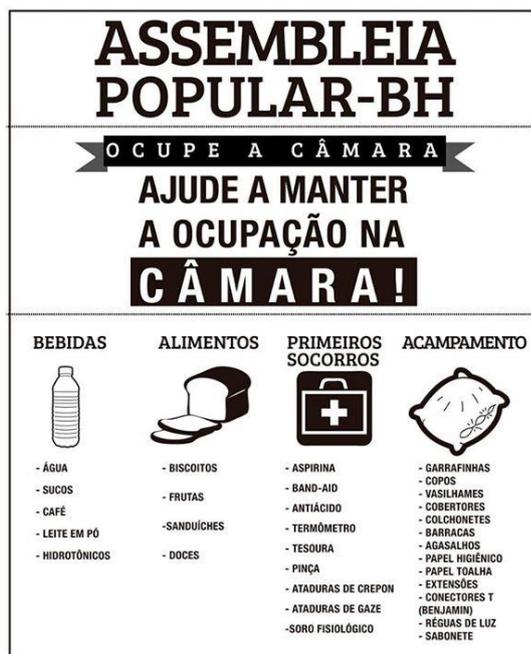


FIGURA 26 – Cartaz pedindo ajuda para ocupação

⁷⁹ Post do dia 29 de junho. Disponível em:

<https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189.1073741831.146761338849347/149068895285258/?type=1&relevant_count=1>. Acesso em 26 jun. 2015.

5.4.3.3 Links e vídeos

Os links relacionados a mobilização diziam respeito a links direcionando para chamadas de protestos, como os eventos no Facebook. O único vídeo identificado na página e descrito no tópico anterior, também falava sobre mobilização. No post abaixo, o convite para um evento da 5ª Sessão da Assembleia Popular Horizontal.



FIGURA 27 – Link para evento no Facebook

5.4.4 Quadros de ação pessoal

O número de postagens identificadas com quadros de ação pessoal foi bastante inferior se comparado às postagens relacionadas as outras duas categorias. Apenas 28,4% dos posts analisados na página versavam sobre quadros de ação pessoal. Esses quadros de ação pessoal são importantes elementos mobilizatórios, uma vez que eles facilitam as pessoas a se identificarem com uma determinada causa. Assim, muitas das postagens identificadas com esse componente estavam relacionadas a ocupação da Câmara Municipal. Isso pode ser entendido porque o uso desses quadros ajudava a APH a aderir simpatizantes pelas causas. Como foi visto no capítulo II, por serem mais fáceis de se moldar e compartilhar, os quadros de ação pessoal na ação conectiva muitas vezes são transformados em memes, imagens ou frases viralizadas, como “Vem pra rua!”, “Não me representa!”, “O Gigante Acordou”, etc. No entanto, na página não foi identificado nenhum meme.

5.4.4.1 Postagens textuais

Cabe aqui ressaltar a importância das hashtags em difundir a mensagem da página. No post abaixo, a APH convida as pessoas a participarem da ocupação. No final do texto, eles utilizam hashtags que foram bastante difundidas nas redes sociais on-line durante os protestos. Aqui, encontramos mais uma vez, as mesmas hashtags citadas anteriormente. O uso dessas hashtags pode ser entendido também como uma forma de tentar alcançar o maior número de simpatizantes possível.

A movimentação dos seguranças da Câmara Municipal de BH é intensa, por isso, precisamos de aumentar o número de pessoas presentes. Venha prestar o seu apoio à Ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte.
Endereço da Câmara: Av. dos Andradas, 3.100 - Santa Efigênia
#ocupecâmaraBh #vempraruabh #ProtestoBH #BHnasruas

5.4.4.2 Imagens

No post abaixo⁸⁰, a APH publica uma foto onde há um coração pintado na portaria da câmara. O texto da postagem mostra que o objetivo ali foi “levar mais amor” para a Câmara Municipal. A postagem ainda aponta que a ocupação fez com que se abrisse mais as portas da Câmara para os cidadãos. Nesse sentido, entende-se aqui que essa postagem está relacionada a um quadro de ação pessoal, pois “levar amor” à Câmara é um assunto bastante geral e mais fácil de reunir um grande número de simpatizantes.

A ocupação de hoje levou mais amor pra Câmara Municipal de Belo Horizonte e fez abrir as portas que muitas vezes são fechadas à sociedade civil. Toda a ocupação está sendo transmitida pela Pós Tv: www.postv.org

⁸⁰ Postagem do dia 29 de junho. Disponível em: <<https://www.facebook.com/146761338849347/posts/149094251949389>>. Acesso em 25 jun. 2015.



FIGURA 28 – Coração pintado na porta da Câmara Municipal

Em outro post identificamos um importante momento na construção dos quadros de ação pessoal. A APH divulgou um convite para participar de uma Oficina de cartazes e faixas. No post, a APH convida as pessoas, individualmente, a colocarem suas reivindicações nos cartazes e marcharem com eles:

*Pelo que você marcha?!
Coloque a sua voz no papel e
venha fazer faixas e cartazes
nessa manhã de quarta-feira.
Os manifestantes se reunirão
às 10h na Av. Rio de Janeiro
na região da Praça 7, para
confeccionar o material que
será utilizado no 5º Grande Ato
de Belo Horizonte. Traga
caneta, cartolina, papelão,
tinta, tesoura e faça a sua!*



FIGURA 29 – Convite para oficina de cartazes e faixas

5.4.4.3 Links e Vídeos

Um dos links compartilhados pela página era do uma notícia publicada no Bloomberg sobre os protestos de junho, no qual falava sobre a Ocupação da Câmara Municipal de BH. A notícia mostra que houve uma repercussão internacional dos protestos no país. Além disso, as hashtags mais uma vez foram importantes para chamar os principais temas das manifestações.

Ocupa Câmara BH no Bloomberg : " Aproximadamente 300 pessoas demandando cortes nas tarifas de transporte público ocuparam a Câmara da capital do estado de MG." #ocupecâmaraBh #vempraruabh #ProtestoBH #BHnasruas



FIGURA 30 – Link da notícia publicada no site Bloomberg

5.5 BH nas Ruas

5.5.1 Descrição da página

A descrição inicial na página “BH nas Ruas” mostra de forma bastante direta o seu objetivo: “Cobertura colaborativa das manifestações populares em Belo Horizonte. A revolução vai ser filmada por você. #bhnasruas”⁸¹. Dessa forma, a página se propunha a fazer uma cobertura, além de alternativa à grande mídia, colaborativa, onde os manifestantes

⁸¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/BHnasRuas?fref=nf>>. Acesso em 26 jun. 2015.

pudessem enviar textos, imagens e vídeos sobre as manifestações. Esse post⁸² publicado na página aponta suas principais características.

#BHnasRuas



SOBRE O NOSSO LOGO:

Nosso logotipo foi criado por pessoas com experiência em comunicação. O fato de remeter à Globo é uma crítica ao posicionamento da emissora e de todas as outras cujas coberturas refletem diversos interesses econômicos, políticos e burocráticos. A tela do logotipo global é substituída por uma câmera: você não vai assistir à manifestação pela televisão, você vai filmá-la e fotografá-la. A revolução será registrada por você.

SOBRE O NOSSO POSICIONAMENTO:

O BH nas Ruas acredita que todo cidadão tem o direito de se manifestar e ser respeitado, e que a pluralidade de partidos é importante para a manutenção da democracia. Reforçamos que não somos ligados a nenhum partido político, conglomerado jornalístico ou movimento. Defendemos a liberdade de expressão de todas as organizações e cidadãos.

SOBRE NÓS:

O BH nas Ruas é fruto de um interesse de estudantes de Comunicação Social em fazer uma cobertura completa e ágil das manifestações que estão acontecendo nas ruas de Belo Horizonte. Funcionamos a partir da colaboração de nossos leitores e da presença de nossos correspondentes nos atos. Toda informação que recebemos é cuidadosamente averiguada antes de ser publicada.

COLABORAÇÃO (CONTATO):

Para colaborar com a cobertura das manifestações, entre em contato com a gente.

E-mail: bhnasruas@gmail.com
Inbox: página BH nas Ruas

#BHNASRUAS

FIGURA 31 – Post sobre a página BH nas Ruas

Durante o período que da análise forma coletados 490 posts, dentre os quais 223 continham imagens, 68 continham vídeos e links que direcionavam para outras páginas ou sites e 199 que continham apenas postagens textuais (status) (Tabela 3). As hashtags mais citadas foram nos textos: #BhnasRuas, #primaverabrasileira, #ogiganteacordou, #vempraru (tabela 4)

TABELA 3
TIPO DE POSTAGENS – BH NAS RUAS

Imagens	223
Status	199

⁸² Post publicado no dia 20 de junho de 2013. Disponível em:

<https://www.facebook.com/BHnasRuas/photos/a.556582191047777.1073741831.556386254400704/558022390903757/?type=1&relevant_count=1>. Acesso em 26 jun. 2015.

Links e vídeos	68
Total	490

Fonte: a autora.

TABELA 4
HASHTAGS – BH NAS RUAS

Hashtags	Número de vezes citadas
#BhnasRuas	398
#ogiganteacordou	24
#vemprarua	23
#protestobh	16
#primaverabrasileira	15
#vempraruabh	4
#Brasil	2
#semviolencia	1
#nomovimento	1
#ocupeacidade	1
#revolução	1
#LUTACONTINUA	1
#naruabh	1
#primaverabh	1

Fonte: a autora

Do total das postagens analisadas, identificamos que 466 (95%) continham elementos referentes a organização, 144 (29%) a mobilização e 36 (7%) estavam relacionados a quadros de ação de ação pessoal (gráfico 2).

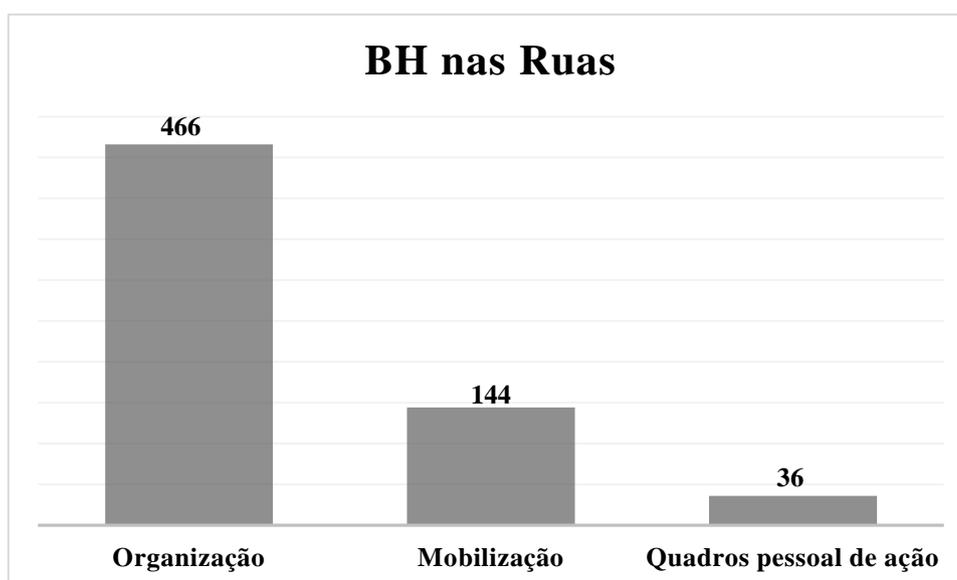


GRÁFICO 2 – Categorias analisadas – BH NAS RUAS

Fonte: a autora.

5.5.2 *Organização*

Como foi dito anteriormente, na nossa análise focamos não só no aspecto organizacional nos termos tradicionais da ação coletiva, mas também consideramos elementos de organização da ação conectiva. Nesse sentido, na página BH nas Ruas foi possível identificar postagens com elementos organizativos da ação conectiva. Apesar de enfatizar que eles não estavam à frente da organização das manifestações, como exemplificado no post abaixo⁸³, a página foi importante para a organização das manifestações em Belo Horizonte uma vez que ela foi capaz de divulgar informação produzida pelos administradores da página e pelos manifestantes. Ao distribuir as informações sobre os protestos, muitas vezes, vindas dos

⁸³ Post publicado no dia 18 de junho. Disponível em: <<https://www.facebook.com/556386254400704/posts/556803364358993>>. Acesso em 23 jun. 2015.

manifestantes, e incentivando que as pessoas produzissem informação para serem compartilhadas, a página contribuía para o processo de organização das manifestações:

Pessoal, gostaríamos de esclarecer algumas coisas sobre a página.

NÓS NÃO ESTAMOS ORGANIZANDO NENHUMA MANIFESTAÇÃO.

Somos um grupo de estudantes de Comunicação que decidiu criar essa página para uma cobertura mais centralizada e apurada das manifestações acontecendo em BH.

Somos estudantes e muitos trabalham em outros lugares, mas estamos fazendo nosso melhor para organizar e apurar as informações que recebemos, e temos muitos correspondentes espalhados pelas manifestações, mas não conseguimos cobrir e apurar tudo que acontece.

A equipe do BH nas Ruas agradece a compreensão de todos e continuaremos a dar nosso melhor para prover uma informação de qualidade.

[#BHnasRuas](#)



FIGURA 32 – Logomarca BH nas Ruas

Na postagem, além do texto explicativo a página divulgava sua logomarca, uma referência crítica as coberturas das diversas notícias divulgadas pela Rede Globo, porém a câmera era uma forma de mostrar que qualquer pessoa podia divulgar informações dos protestos. A frase “A revolução será filmada por você” reforça a ideia da página ser colaborativa. Com relação a hashtag #BHnasRuas, acredita-se que ela teve funções diversas.

Ela impulsionava a mobilização dos protestos e organizava a divulgação das informações. Além disso, fazia menção tanto ao nome da página e identificava uma determinada localidade: as notícias estavam relacionadas aos protestos em Belo Horizonte.

5.5.2.1 Postagens textuais

A postagem abaixo⁸⁴ reforça a ideia mencionada acima de que ao compartilhar informações a página estaria contribuindo com a organização das manifestações. No post, a página divulgou uma informação sobre situação de um trecho do percurso que seria feito pelos manifestantes onde a polícia havia montado uma barreira para impedir o avanço da manifestação. Uma vez que os manifestantes ainda não tinham chegado no local onde estava a barreira, ao divulgar essas informações, a página ajudava os manifestantes a decidirem o que fazer sobre aquela situação.

A cavalaria da polícia está montando barreira próxima ao Hospital Odilon Behrens para impedir os manifestantes, que já ocupam mais de duas quadras da Afonso Pena, de chegar ao mineirão. O exército também já foi acionado.
#BHnasRuas #ogiganteacordou #vemprarua #primaverabrasileira

Em outro post⁸⁵, eles reproduzem uma informação enviada por uma pessoa sobre uma possível ação da polícia:

Galera a Polícia tá indo para a Antônio Carlos com um caminhão com canhão de água! CUIDADO!!!!

É importante destacar também que no post acima, além da hashtag #BHnasRuas, encontramos três importantes hashtags que foram utilizadas afim de mobilizar e construir quadros de ação pessoal: O #vemprarua como já foi dito, foi uma frase que mobilizou milhares de brasileiros a participar dos protestos; #ogiganteacordou, frase que também ficou famosa nos protestos e comparava o Brasil a um gigante que teria despertado para protestar

⁸⁴ Post do dia 17 de junho de 2013. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/556386254400704/posts/556621164377213>>. Acesso em 26 jun. 2015.

⁸⁵ Publicado no dia 17 de junho de 2013. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/556386254400704/posts/556682664371063>>. Acesso em 26 jun. 2015.

contra as injustiças⁸⁶, e a #primaverabrasileira, uma clara menção aos protestos da Primavera Árabe.

5.5.2.2 Imagens

A página BH nas Ruas utilizou muitas imagens para ilustrar algumas dicas sobre os protestos, como no post abaixo⁸⁷. A imagem mostra uma figura de pessoas correndo, no entanto, eles pedem calma na hora que as pessoas forem marchar: “Manifestação não é maratona”, diz o cartaz. No post, a página ainda reforçava a ideia de que para que a manifestação ficasse bonita era preciso que todos ficassem unidos e caminhando juntos. Como veremos abaixo, a página utilizou a hashtag #BHnasruas em praticamente todos os posts. Isso pode ser justificado porque o uso da hashtag ajudava a localizar a informação e, conseqüentemente, contribuía para o processo organizativo. A hashtag também era uma forma de divulgar o nome da página.

*Manifestação bonita é feita com muita gente.
Então, por que não ficamos todos unidos? Ande
com calma, mantenha o grupo junto. Se você
está na frente e viu que pessoas estão se
separando, diminua o passo. Afinal, quanto
maior a passeata, maior a força da
reivindicação!*
#bhnasruas

⁸⁶ Importante lembrar que a frase “O gigante acordou” gerou muita polêmica entre os manifestantes. Muitos deles não concordavam com a frase, uma vez as pessoas que vivem nas periferias, convivendo diariamente com as injustiças sociais, “nunca dormiram”.

⁸⁷ Postagem do dia 22 de junho de 2013. Disponível em:

<https://www.facebook.com/BHnasRuas/photos/a.556582191047777.1073741831.556386254400704/558559470850049/?type=1&relevant_count=1>. Acesso em 26 jun. 2015.



FIGURA 33 – Imagem divulgada na página BH nas Ruas

Em outro post⁸⁸, a página alertava para que as pessoas ficassem atentas ao passar por locais onde o acesso era difícil o que poderia causar tumultos e confusão. A imagem fazia uma analogia aos procedimentos de segurança no avião, onde uma aeromoça mostrava as portas de saída de emergência da aeronave. No entanto a mensagem dizia para que os manifestantes ficassem atentos: “máscaras não cairão automaticamente do céu”.

Evite ao máximo passar por locais de difícil acesso. Ruas estreitas, túneis e terrenos baldios podem causar tumulto. Lembre-se: em caso de emergência, máscaras não cairão automaticamente do céu. Atenção com o caminho. [#bhnasruas](#)

⁸⁸ Post do dia 22 de junho de 2014. Disponível em:

<https://www.facebook.com/BHnasRuas/photos/a.556582191047777.1073741831.556386254400704/558575810848415/?type=1&relevant_count=1>. Acesso em 26. Jun. 2015.



FIGURA 34 – Imagem publicada na página BH nas Ruas

Outra característica encontrada na página é que ela também divulgava um resumo das manifestações, além de informar sobre as decisões que foram tomadas e quais direcionamentos dos os próximos protestos. Abaixo, um dos posts⁸⁹ referentes a um resumo das ações dos manifestantes em BH. Acredita-se que a foto escolhida para o post foi manifestação, uma vez que é possível identificar focos de fogo na fotografia, como foi relatado no resumo.

RESUMO DAS MANIFESTAÇÕES DE HOJE – por BH nas Ruas

A manifestação de hoje (quarta-feira) começou a se concentrar às 12h, na Praça Sete. De acordo com emissoras de TV, o ato teria contado com a participação de 50 mil pessoas. Os manifestantes, ainda na Praça Sete, votaram no trajeto e destino que preferiam para a manifestação. Ir para a região da Pampulha, pela avenida Antônio Carlos, ganhou. A ideia era seguir a avenida até a Lagoa da Pampulha, passando direto pela avenida Abrahão Caram e evitando o confronto com policiais, localizados principalmente no acesso ao Mineirão - protegendo o "território da FIFA".

A Assembleia Popular de Belo Horizonte e o COPAC, além de diversos movimentos e organizações sociais, como o MST, o Sindicato dos Policiais Cíveis e o Sindicato dos Servidores da Educação, incentivaram durante todo o trajeto, inclusive com um carro de som, que a manifestação não fosse em direção ao Mineirão e seguisse de forma segura para os participantes - dado a forma como a PM atuou nos últimos atos. No cruzamento entre as avenidas Antônio Carlos e Abrahão Caram, membros dessas organizações e outros manifestantes fizeram um cordão humano, tentando orientar as pessoas para que não fossem em direção ao bloqueio da Polícia Militar e da Tropa de Choque. Parte dos manifestantes, no

⁸⁹ Post do dia 26 de junho. Disponível em: <<https://www.facebook.com/556386254400704/posts/560708603968469>>. Acesso em 26 jun. 2015.

entanto, decidiu seguir a avenida Abrahão Caram e tentar chegar até o Mineirão. Houve conflito entre os manifestantes e a polícia, com bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e pedras. Enquanto isso, um grupo da manifestação seguia em direção à Lagoa da Pampulha, pela avenida Antônio Carlos, e outro ficou próximo à avenida Abrahão Caram, ainda querendo ir até o Mineirão.

O grupo que foi até a lagoa decidiu retornar para o centro da cidade, passando por dentro dos bairros. Segundo manifestantes desse grupo, a PM teria fechado rotas de fuga que deveriam estar abertas, o que teria atingido toda a manifestação. Na avenida Antônio Carlos, nas proximidades do cruzamento com a avenida Abrahão Caram, o conflito entre manifestantes e polícia durou até as primeiras horas da noite. Estabelecimentos comerciais foram invadidos e focos de fogo foram criados pelos manifestantes.

A PM, depois de aproximadamente uma hora e meia, decidiu avançar pela Av. Antônio Carlos. Em clara objeção ao direito de manifestação, no carro de som da PM, um policial gritava palavras de ordem, informando que todos nas ruas deveriam voltar para casa, e, entre outras mensagens, que a polícia estava "reinstaurando a ordem pública". Aos manifestantes que chegavam na Praça Sete, policiais avisavam que teria conflito no centro e todos deveriam ir para casa. Além disso, todos os manifestantes eram encaminhados para passar no meio de um corredor formado por policiais. Na manifestação nessa área central, nenhuma ocorrência havia sido registrada. A ação da PM no centro acontece até agora - momento em que publicamos essa retrospectiva. Há relatos de bombas de gás e balas de borracha, além das falas no carro de som já mencionadas.

#BHnasRuas



FIGURA 35 – Imagem da manifestação em Belo Horizonte

5.5.2.3 Links e vídeos

Durante os protestos, a página também divulgava informações sobre como as pessoas poderiam filmar os protestos e divulgar nas redes sociais on-line. A página também pedia ajuda para que as pessoas pudessem mandar informações sobre manifestações para que a

página pudesse estar sempre atualizada. O post abaixo⁹⁰ mostra um vídeo publicado na linha do tempo, com o tutorial de como filmar a revolução. O vídeo fazia um passo a passo ensinando como registrar os principais momentos da manifestação. Além disso, falava sobre a importância dos vídeos feitos pelos próprios cidadãos hoje em dia, principalmente durante as manifestações, ao flagrar abusos de policiais, por exemplo. Mais uma vez eles utilizam as hashtags #vempraruabh e #BHnasRuas.

Atenção! Sua segurança é importante!



FIGURA 36 – Tutorial de como filmar a revolução

Em uma outra postagem⁹¹, a página BH nas ruas compartilhou um link onde era possível acompanhar em tempo real as manifestações. A cobertura estava sendo feita pelos próprios manifestantes.

Manifestantes fazem cobertura ao vivo do que acontece agora no centro da cidade. #bhnasruas

⁹⁰ Post do dia 17 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/556386254400704/posts/556418261064170>>. Acesso em 26 jun. 2015.

⁹¹ Post do dia 22 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/556386254400704/posts/558985274140802>>. Acesso em 26 jun. 2015.



FIGURA 37 – Link para POSTV

Importante lembrar que a transmissão on-line, tanto dos protestos, como das reuniões da Assembleia Popular Horizontal foram bastante comuns durante esse período. A Ocupação da Câmara, por exemplo, foi transmitida ao vivo, durante todo o período da ocupação.

5.5.3 Mobilização

No que diz respeito à mobilização, também foi possível identificar diversas chamadas para manifestações, por meio de eventos no Facebook, divulgação de vídeos e compartilhamento de outras páginas. Assim como na página da APH também não foi identificado abaixo assinados eletrônicos ou petições on-line.

5.5.3.1 Postagens textuais

No post abaixo⁹² podemos identificar esse caráter mobilizatório uma vez que se trata de uma chamada para que as pessoas compareçam a manifestação:

Está na hora de sair de casa, galera. ÀS RUAS! #BHnasRuas

Na página também havia publicações pedindo que as pessoas participassem mandando fotos, vídeos e informações das manifestações em toda a cidade, como nessa postagem⁹³:

Amanhã é o segundo dia de protestos em Belo Horizonte. Aqui na página vai rolar uma cobertura em TEMPO REAL. Mande seu comentário, informação, foto ou

⁹² Postagem do dia 17 de junho de 2013. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/556386254400704/posts/556586547714008>>. Acesso em 25 jun. 2015.

⁹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/BHnasRuas/posts/556419014397428?fref=nf>

vídeo pra cá - via facebook, email ou twitter. Como existem mais de uma hora e local para os atos, acompanhem tudo aqui na página!
 13 Horas - Concentração na Praça 7 (mas uma galera vai chegar por volta das 17).
 13 Horas - Concentração na Igrejinha da Pampulha.
 Até amanhã e vamos pra luta!
 #BHnasRuas

Em outro post,⁹⁴ a página faz um pedido para que os moradores da Pampulha, região onde ocorreu a maior parte dos confrontos com a polícia, abriguem os manifestantes que estavam precisando de ajuda:

Os policiais não deixam os manifestantes saírem da Pampulha, pedimos que quem puder, abrigue-os e que a polícia acabe com o cerco.
 #vempraru #bhnasruas #protestobh

5.5.3.2 Imagens

Além de chamar as pessoas para participarem dos protestos, as postagens também pediam ajuda de pessoas estavam nas manifestações. Um exemplo é a publicação abaixo, onde eles pedem para que os moradores da Antônio Carlos liberem o wi-fi para que mais manifestantes pudessem fazer uma cobertura dos protestos. Mais uma vez, as principais hashtags da página aparecem no post a fim de reforçar a mobilização.

Ajudem os manifestantes!
#bhnasruas #vempraruabh #primaverabrasileira
#ogiganteacordou #vempraru

⁹⁴ Post do dia 17 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/556386254400704/posts/556728717699791>>. Acesso em 26 jun. 2015.



FIGURA 38 – Cartaz pedindo que moradores liberem a rede Wi-Fi para ajudar os manifestantes

A página também divulgava fotos dos protestos, e convidada as pessoas a participarem da manifestação. Na publicação abaixo⁹⁵, eles relatam que as pessoas estão saindo do trabalho e indo manifestar na Praça Sete de Setembro e chama as pessoas para irem às ruas.

#bhnasruas #protestobh #OGIGANTEACORDOU



FIGURA 39 – Manifestantes na Praça Sete de Setembro

⁹⁵Publicado no dia 17 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/556386254400704/posts/556695197703143>>. Acesso em 26 jun. 2015.

Na página, também eram publicadas informações sobre a Ocupação da Câmara, bem como pedido de ajuda para os manifestantes⁹⁶. A foto publicada com a chamada era dos manifestantes reunidos dentro da Câmara Municipal. O símbolo da página aparecendo na foto pode ser uma forma que a página utilizou para identificar suas postagens, assim como o uso da hashtag #bhnasruas em todas as postagens.

Manifestantes que ocupam a Câmara pedem aos que ainda forem se juntar à ocupação, ou aos que se solidarizam pela causa, que levem extensões de tomada, régua de luz, água e comida para o grupo. #BHnasRuas



FIGURA 40 – Manifestantes na Câmara Municipal de Belo Horizonte

⁹⁶ Post publicado em 29 de junho de 2013. Disponível em <<https://www.facebook.com/556386254400704/posts/561785570527439>>. Acesso em: 26 jun. 2015

5.5.3.3 Links e vídeos

A página BH nas Ruas procurava publicar a agenda de todos os protestos que ocorriam em Belo Horizonte. Como mostra a publicação abaixo, a página pedia para que as pessoas enviassem informações caso tivesse acontecendo mais alguma manifestação na cidade. No post, a página publicava os nomes dos protestos e os links dos eventos no Facebook.⁹⁷

CORREÇÃO DA AGENDA DE MANIFESTAÇÕES

Após manifestação de ontem (1706) BH já está com a agenda cheia. Fique por dentro dos próximos eventos e caso saibam de algum outro evento, avisem! A BH Nas Ruas fará o possível para trazer a melhor cobertura para vocês.

18 de Junho - Terça Feira

17:20 - ATO NA UFMG - BH ACORDOU! PARA TUDO NA ANTÔNIO CARLOS

<http://www.facebook.com/events/1388736971338987/?ref=ts&fref=ts>

18:00 - Assembleia Popular - Debates e rumos das atuais movimentações de BH

<http://www.facebook.com/events/267312986744309/>

19 de Junho - Quarta Feira (O EVENTO NÃO FOI CANCELADO)

15:00 - O GIGANTE ACORDOU, E NINGUÉM PODE FICAR PARADO!

<http://www.facebook.com/events/168076010037635/?ref=14>

20 de Junho - Quinta Feira

Horário a confirmar - 3º ATO Nacional pela redução da passagem

[BH]<http://www.facebook.com/events/211554222325392/?ref=14>

21 de Junho – Sexta-feira

17 horas - Acorda Barreiro, acorda Brasil

[!https://www.facebook.com/events/200624133426152/](https://www.facebook.com/events/200624133426152/)

22 de Junho - Sábado

14:00 - O GIGANTE ACORDOU!

<http://www.facebook.com/events/668104273205730/>

16:00 - Protesto Jogo Japão x México

<http://www.facebook.com/events/609514822392952/>

18:00 - HINO NACIONAL

<http://www.facebook.com/events/167206810123551/?ref=14>

23 de Junho - Domingo

MANIFESTO “ANTI-GLOBAL” - MUDE O CANAL OU DESLIGUE A TV

<http://www.facebook.com/events/517661924973846/?ref=14>

26 de Junho - Quarta feira

18:00 - SE A PASSAGEM NÃO BAIXAR, A CIDADE VAI PARAR!

<http://www.facebook.com/events/510768532315875/?ref=14>

Das páginas analisadas, a BH nas Ruas foi a que teve maior número de vídeos publicados na sua linha do tempo. Os vídeos, em sua maior parte, relatavam momentos dos protestos, muito deles, mostrando o confronto dos manifestantes com a polícia. Um vídeo

⁹⁷ Publicado no dia 18 de junho de 2013. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/556386254400704/posts/557142857658377>>. Acesso em 27 de jun. 2015.

publicado na página mostrava o momento em que manifestantes estava sobre o viaduto José Alencar. O vídeo mostra o tumulto e a tensão entre manifestantes e polícia. Cenas como essa foram bastante comuns durante o período analisado. A divulgação desses vídeos fez com que muitas pessoas se indignassem com a forma como os manifestantes estavam sendo tratados pela polícia.

Desespero de manifestantes cercados sobre o viaduto José de Alencar na manifestação de hoje. #bhnasruas



FIGURA 41 – Link do vídeo dos manifestantes sobre o viaduto

5.5.4 Quadros de ação pessoal

Com relação aos quadros de ação pessoal foram identificados posts que referiam a identificação por uma luta em comum e também frase que foram muito utilizadas durante esse período e que foram importantes para a mobilização das pessoas. Nesse sentido, as hashtags foram extremamente importantes para difundir as ideias das manifestações, como o #vemprarua, #primaverabrasileira e o #giganteacordou. No entanto, nem todos os posts que continham hashtags foram considerados se tratando de quadros de ação pessoal. Como já vimos, a hashtag #bhnasruas, por exemplo, pode ser considerada como um quadro pessoal de ação. No entanto, a forma como ela publicada na página dizia muito mais sobre a divulgação do nome da página do que um quadro em si.

5.5.4.1 Postagens textuais

Nas postagens de textos, além das hashtags, também identificamos elementos em que era possível construir quadros de ação pessoal. Um exemplo foi a publicação da página⁹⁸ onde voluntários oferecem suas casas para receber manifestantes que estavam precisando de ajuda. Podemos entender que essa postagem ajuda a formar quadros de ação pessoal, uma vez que as pessoas não estavam na manifestação, mas mesmo assim se sentiram identificados com a luta dos manifestantes.

Alguém precisando de abrigo na região do Centro? Entrem em contato com a gente, temos voluntários para recebê-lo.

5.5.4.2 Imagens

As principais imagens relacionadas aos quadros de ação pessoal estavam relacionadas, em sua maioria, a fotos das manifestações e de ações dos manifestantes. Sabe-se que os memes também são ferramentas importantes na internet para difundir os quadros de ação pessoal. No entanto, não foi encontrado na página nenhum meme durante o período analisado.

A publicação abaixo⁹⁹ mostra o apoio e identificação da população aos protestos, onde moradores da região central da cidade acenavam bandeiras brancas em sinal de apoio aos manifestantes.

Moradores acenam panos brancos de suas janelas em apoio aos manifestantes, que já passaram do Shopping Oiapoque e se dirigem nesse instante ao viaduto.

⁹⁸ Post do dia 17 de junho de 2013. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/556386254400704/posts/556783641027632>>. Acesso em 27 jun. 2015.

⁹⁹ Publicado no dia 17 de junho de 2013. Disponível em:

<https://www.facebook.com/BHnasRuas/photos/a.556582191047777.1073741831.556386254400704/556622604377069/?type=1&relevant_count=1>. Acesso em 27 de jun. 2015.



FIGURA 22 – Pessoas acenam em sinal de apoio aos manifestantes

Em outra publicação da página¹⁰⁰, há o relato de que o relógio da Copa do Mundo havia sido depredado. O relógio ficava localizado na Praça da Liberdade e fazia a contagem regressiva dos dias para o evento. Nele estava um cartaz com uma das frases que foi bastante utilizada pelos manifestantes durante os protestos: “Copa para quem?”. A frase questionava quem estaria realmente se beneficiando com o megaevento: a população em geral ou as empresas e políticos?

Confirmando que quebraram o contador regressivo para a Copa do Mundo, na Praça da Liberdade. (Foto: autor desconhecido)



FIGURA 423 – Relógio da Copa depredado

Outra questão relacionada aos quadros de ação pessoal, e mencionada na página da APH, era que as pessoas protestavam levando nos seus cartazes as suas demandas e

¹⁰⁰ Post do dia 18 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/BHnasRuas/photos/a.556582191047777.1073741831.556386254400704/557269687645694/?type=1&relevant_count=1>. Acesso em 27 de jun. 2015

reivindicações. No post abaixo¹⁰¹, a página divulga a oficina de cartazes que estava acontecendo em Belo Horizonte. Na foto, os cartazes foram feitos por pessoas do movimento LGBT.

Oficina de cartazes acontece agora em frente ao Edifício Acaiaca. Os manifestantes produzem cartazes que defendem os direitos e as causas da comunidade LGBT. #BHnasRuas (foto: Ana Rodarte)



FIGURA 24 – Oficina de cartazes

No entanto, é importante ressaltar que as pessoas que levavam cartazes nas manifestações nem sempre defendiam uma causa de um movimento específico. Os cartazes eram bastante variados, e, algumas vezes traziam uma demanda individual, como foi o caso relatado por um dos manifestantes-pesquisadores (o orientador deste trabalho) de um jovem que pedia a extinção da prova da OAB em seu cartaz.

5.5.4.3 Links e vídeos

Além das hashtags, que eram utilizadas para sensibilizar mais pessoas a se identificarem com as causas e mobilizarem para ir às manifestações, a página também procurava divulgar vídeos e links que pudessem reforçar as chamadas para os protestos. Um

¹⁰¹ Post do dia 22 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/556386254400704/posts/558732374166092>>. Acesso em 25 de jun. de 2015.

exemplo é o post¹⁰² abaixo, que relata o percurso dos manifestantes e também divulgou o vídeo “Vem pra Rua!”. O vídeo mostrava os manifestantes gritando: “Vem pra rua, vem!”.

#VEMPRARUA #BHnasRuas #primaverabrasileira #ogiganteacordouManifestante, alguns minutos atrás, em frente ao IAPI. Neste momento eles já ultrapassam o encontro das avenidas Antônio Carlos com a Bernardo Vasconcelos.

Vem pra rua vem!

Manifestantes caminham na avenida Antônio Carlos, em direção ao Mineirão. Belo Horizonte MG 17 de Junho, às 15h30

YOUTUBE.COM|POR BH NAS RUAS

5.6 Vem pra Rua BH

5.6.1 Descrição da página

A escolha pela página Vem pra Rua BH se deu porque o nome da página direcionava pra um dos principais quadros de ação pessoal dos protestos de junho em todo país, o “Vem pra Rua!”. Nas ruas de várias cidades, os manifestantes gritavam intensamente “Vem, vem pra rua, vem!”. Nas redes sociais on-line, foi possível identificar hashtags, frases e imagens com os dizeres da frase. O Vem pra Rua ficou tão conhecido na opinião pública, que, após as manifestações de junho, um novo movimento foi criado com esse nome¹⁰³.

Na descrição da página, o Vem pra Rua BH se auto define como uma “página comprometida com a verdade, tudo o que acontece nas manifestações de Belo Horizonte e no Brasil. Que a verdade seja dita e mostrada!!!”¹⁰⁴. Essa descrição pode nos levar a entender que a página tinha um caráter informativo e a ênfase com a verdade pode estar relacionada a cobertura da mídia tradicional, uma vez que uma das grandes queixas dos manifestantes dizia respeito a cobertura parcial desses meios sobre os protestos. Esse post do dia 27 de junho reforça esse nosso argumento¹⁰⁵:

¹⁰² Post do dia 17 de junho de 2013. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/556386254400704/posts/556648001041196>>. Acesso em 28 jun. 2015.

¹⁰³ Sobre o movimento Vem pra Rua: Disponível em <<http://vemprarua.org/>>. Acesso em 30 jun. 2015.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Vem-Pra-Rua-BH/526279364106164?sk=info&tab=page_info>. Acesso em 20 mai. 2015.

¹⁰⁵ Post do dia 27 de junho de 2013. Disponível em:

<https://www.facebook.com/526279364106164/photos/a.526283614105739.1073741826.526279364106164/530049967062437/?type=1&relevant_count=1>. Acesso em 20 de jun. 2015.

Nosso País não é só FUTEBOL!! #VemPraRuaBH



FIGURA 43 – Imagem mostra a rejeição à Rede Globo

No post acima foi possível perceber a rejeição a Rede Globo, a maior emissora de TV aberta do país. Os canais televisivos, principalmente a Globo, são consideradas como responsáveis por difundir ideias e criar padrões de comportamento no país. A negação presente na imagem se refere a ideias e frases bastante comuns na vida cotidiana dos brasileiros: o cantor Roberto Carlos é visto como “rei” da música brasileira, a apresentadora de TV, Xuxa, como “rainha dos baixinhos” (nome que ficou famoso enquanto era apresentadora da TV Globo), Neymar como ídolo e o Brasil visto como país do futebol. Importante ressaltar a negação relacionada ao identificar o Brasil como “país do futebol” (tanto na imagem como no texto da mensagem). Isso pode ser justificado pelo período em que ocorreram os protestos, durante a Copa das Confederações, e também porque os gastos com a Copa do Mundo foram bastante questionados pelos manifestantes. Um grito bastante frequente nos protestos dizia: “Da Copa eu abro mão! Eu quero mais dinheiro pra saúde e educação!”.

Nesse sentido, pode se entender que a página foi criada para divulgar os acontecimentos das manifestações. Porém, é importante lembrar que a página não se identifica como jornalistas ou com informações.

Ao todo foram coletados 30 posts, dentre os quais 22 eram imagens, três status e cinco eram links e vídeos (Tabela 4). Duas hashtags foram mencionadas ao longo das postagens: #vempraruabh (nove vezes) e #ogiganteacordou (seis vezes) (tabela 5).

TIPO DE POSTAGENS – VEM PRA RUA BH

Imagens	22
Status	03
Links e vídeos	05
Total de posts	30

Fonte: a autora.

TABELA 6
HASHTAGS – VEM PRA RUA BH

Hastags	Número de vezes citadas
#VemPraRuaBH	09
#oGiganteAcordou	06

Fonte: a autora.

Dos 30 posts coletados na página “Vem pra Rua BH”, 13 (43%) deles diziam respeito à organização, enquanto 29 (97%) versavam sobre mobilização e 26 (87%) sobre quadros de ação pessoal (Gráfico 3)

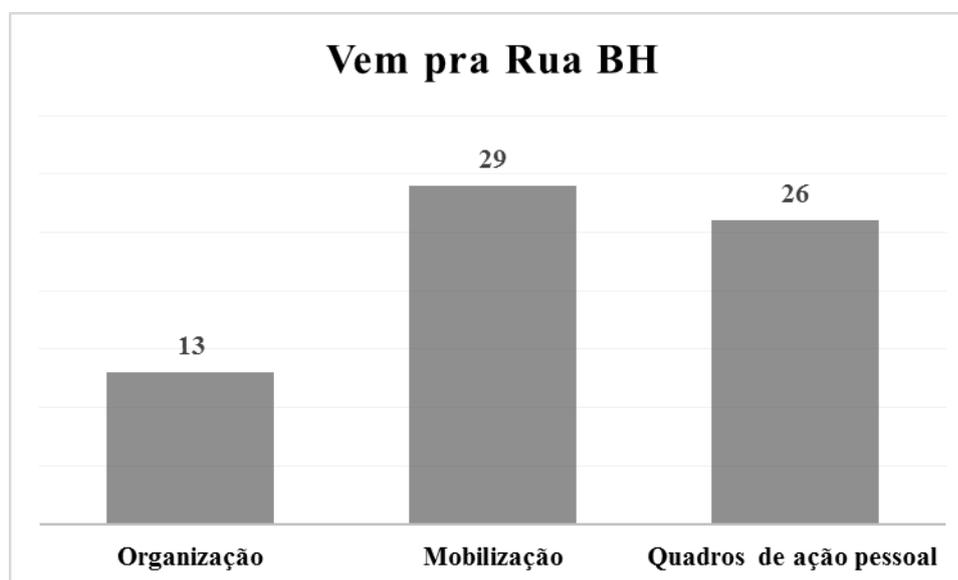


GRÁFICO 3 – Categorias analisadas – Vem pra Rua BH

Fonte: a autora.

5.6.2 Organização

A página Vem pra Rua BH foi a que menos reuniu postagens referentes a organização. Diferentemente das outras duas páginas analisadas, a página Vem pra Rua BH teve menos elementos organizacionais do que mobilizatórios e quadros de ação. Na análise feita, identificamos que a página se encaixava ao perfil dos chamados “coxinhas”. Como foi dito anteriormente, os “coxinhas” foram definidos pelos próprios manifestantes como jovens, geralmente de classe média, que participavam dos protestos como se estivessem em uma festa (SILVA & ZIVIANI, 2014). As postagens da página, em geral, buscavam mobilizar as pessoas para irem às ruas, e o argumento utilizado era para combater a corrupção dos políticos e reivindicar demandas mais generalizadas, como melhorias para saúde e educação (mas sem especificar quais melhorias estavam sendo reivindicadas). Esse tipo de argumento era bastante característico dos chamados “coxinhas”¹⁰⁶.

5.6.2.1 Postagens textuais

Apesar de ter uma menor quantidade de postagens relacionadas à organização, se comparado as outras duas páginas, foi possível identificar alguns posts que diziam respeito a organização dos protestos. Na publicação abaixo¹⁰⁷, por exemplo, a página sugere uma forma de ação dos manifestantes nos próximos protestos para tentar inibir a ação dos chamados “vândalos”.

Galera que vai participar da manifestação...Segue uma ideia baseada nas manifestações na Argentina: Quando os vândalos começavam a quebrar tudo lá, os verdadeiros manifestantes se sentavam, assim facilitava a ação da policia para reprimir e prender os culpados por esses tipos de ações mesquinhas. Podemos usar isso como ação na nossa manifestação, pois queremos uma cidade melhor e não uma cidade destruída."

¹⁰⁶ A origem do termo “coxinha” vem da década de 1980. Naquele período, policiais recebiam vale refeições tão desvalorizados que eram obrigados a comer coxinhas no almoço (vale-coxinhas). Ao longo do tempo, a figura do policial foi associada ao termo coxinha e, depois, a toda pessoa que colocava a segurança acima de tudo. Em São Paulo, o termo coxinha é muito usado também para denominar jovens “engomados” e conservadores.

Em um artigo publicado no site Observatório da Imprensa, Sergio da Motta e Albuquerque cita uma interessante definição do termo coxinha, feita pelo sociólogo Leonardo Rossato e o professor de português Michel Montanha dentro do contexto das manifestações: “Coxinha, sociologicamente falando, é um grupo social específico, que compartilha determinados valores. Dentre eles está o individualismo exacerbado e dezenas de coisas que derivam disso: a necessidade de diferenciação em relação ao restante da sociedade, a forte priorização da segurança em sua vida cotidiana, como elemento de “não-mistura” com o restante da sociedade, aliadas com uma forte necessidade de parecer engraçado ou bom moço”. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/_ed762_o_surgimento_dos_coxinhas/>. Acesso em 22 jul. 2015.

¹⁰⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/526279364106164/posts/527419700658797>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

Uma característica importante que merece ser mencionada é que, nas outras duas páginas também foram identificadas postagens pedindo que as manifestações fossem pacíficas. Porém, nem a página da APH nem a BH nas Ruas mencionaram a palavra “vândalos” ou “baderneiros” para se referir aos manifestantes que partiram para o confronto violento. Pelo contrário, sempre houve uma rejeição das páginas com relação a essa nomenclatura, principalmente ao uso da mídia tradicional.

5.6.2.2 Imagens

A defesa da manifestação de forma pacífica apareceu de forma bastante enfática na página Vem pra Rua BH. Na postagem abaixo, mais uma vez a página reforça o pedido para que os protestos sejam pacíficos. No texto, a página convida os manifestantes para levarem lenços brancos para os protestos, em um sinal de pedido de paz:

*Galera para o protesto amanhã o que vocês acham de levarmos um lenço ou um pedaço de lençol branco para mostrar que queremos além de tudo paz em nossas manifestações!!!
#VemPraRuaBH #oGiganteAcordou*



FIGURA 446 – Imagem pedindo paz nas manifestações

A página também divulgou em sua linha do tempo as reivindicações feitas pelo grupo Anonymous durante os protestos de junho. É importante notar que as reivindicações do grupo foram divulgadas em vários sites de redes sociais, porém, não foram compartilhadas por todos aquelas que participavam das manifestações.



FIGURA 457 – Reivindicações feita pelo Anonymous Brasil à Presidenta Dilma

Outro ponto que merece atenção é que as reivindicações feitas na página Vem pra Rua BH tinham como principal alvo a Presidenta da República, Dilma Rousseff, mesmo quando as demandas não estavam diretamente ligadas à chefe do Poder Executivo Federal (como foi o caso das tarifas do transporte público, de responsabilidade do poder municipal).

5.6.2.3 Vídeos e links

Apesar das diferenças no perfil da página Vem pra Rua BH em relação as outras duas páginas, foi possível identificar demandas em comum. Um exemplo pode ser verificado no post abaixo¹⁰⁸, onde a página Vem pra Rua BH compartilha informações da APH sobre a votação do projeto proposto pela Prefeitura de Belo Horizonte que previa a redução das passagens de ônibus em R\$ 0,10. No mesmo post havia a informação de que os manifestantes estavam ocupando a Câmara e convidava as pessoas para participarem da ocupação. Ao

¹⁰⁸ Post do dia 29 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/526279364106164/posts/530905400310227>>. Acesso em 15 jun. 2015.

compartilhar o post da APH, a página Vem pra Rua BH estaria de certa forma, legitimando as decisões da Assembleia.

PARA QUEM ESTÁ EM BH!

REPASSANDO!

" URGENTE!

Acaba de passar o projeto proposto pela Prefeitura de BH de redução de 10 centavos. Foi negada a contra-proposta de vereador para a redução de 20 centavos na passagem. Foi negada também a proposta que exigia a abertura de contas das empresas de transporte público na cidade!

Manifestantes foram impedidos de entrar na câmara para acompanhar a votação e estão sendo reprimidos pela tropa de choque com uso de spray de pimenta.

Manifestantes não pretendem sair da câmara e convocam à toda população pra ocupá-la agora! Vem pra rua! Ou melhor, vem ocupar a câmara! "

**Acompanhem ao vivo: <http://www.postv.org/>

<http://www.postv.org/>

www.postv.org

5.6.3 Mobilização

O aspecto mobilizatório foi o mais identificado na página Vem pra Rua BH. Como foi visto no gráfico 3, das 30 postagens analisadas, 29 (97%) continham mensagens que remetiam à mobilização. Os posts, em sua maioria, estavam relacionados as chamadas para as pessoas se unirem e irem às ruas. Nessa página também não foi identificada no período analisado chamadas para ações somente no espaço on-line.

5.6.3.1 Postagens textuais

A publicação abaixo¹⁰⁹ reforça a ideia de que a página defendia que os protestos deveriam ser pacíficos. No texto, a página relata a alegria em ver as pessoas lutando pelos seus direitos e a vontade para que a luta continue. Porém, pede que a luta seja pacífica e que as pessoas que não “arrumem” confusão com a polícia. A hashtag #ogiganteacordou aparece, reforçando o seu sentido: as pessoas despertaram e estão indo às ruas lutar.

Galera gostaria de parabenizar vocês pela iniciativa de mudar o Brasil, após anos falando que as leis no Brasil não funcionavam é muito emocionante ver um

¹⁰⁹ Post do dia 20 de junho de 2013. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/526279364106164/posts/526826360718131>>. Acesso em 18 jun. 2015.

movimento deste tamanho, ver as pessoas lutando por seus direitos e ver que isso está surtindo efeito.... Espero que as pessoas continuem agindo assim... Também gostaria de pedir para que aquelas pessoas que estão indo para bagunçar a manifestação ou caçar confusão com a policia pense um pouco antes de sair de casa!!!! Queremos um protesto pacífico!!!!
#oGiganteAcordou

5.6.3.2 Imagens

Um post¹¹⁰ interessante referente a mobilização foi uma chamada para uma greve geral que aconteceria no dia 01 de julho de 2013.

Junte-se a esta greve!!

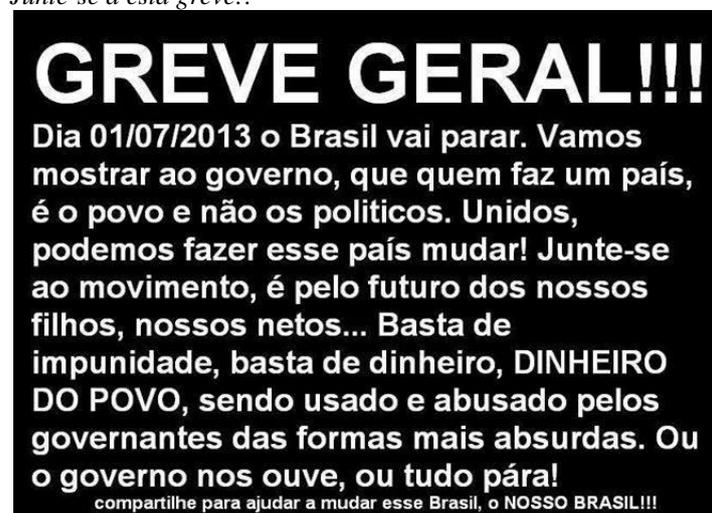


FIGURA 28 – Cartaz convidando para a greve geral

Nas outras páginas analisadas não foi identificada nenhuma chamada com relação a essa greve. Na publicação da página não há nenhuma referência a órgãos ou pessoas que estavam liderando a greve, somente a chamada para a participação. A chamada para greve, na

¹¹⁰ Post do dia 27 de junho. Disponível em:

<https://www.facebook.com/526279364106164/photos/a.526283614105739.1073741826.526279364106164/530001283733972/?type=1&relevant_count=1>. Acesso em 21 jun. 2015.

verdade, surgiu a partir de um evento no Facebook criado por um cidadão¹¹¹ e recebeu a confirmação de mais de um milhão de pessoas. Os órgãos sindicalistas, no entanto, não oficializaram a chamada da greve e não houve paralisação na data.

Como foi dito, a indignação com a corrupção dos políticos foi bastante apontada na página. O post abaixo¹¹² mostra a foto de uma das manifestações em Belo Horizonte juntamente com uma das frases que foi bastante utilizada durante os protestos: “Ou para a roubalheira ou paramos o Brasil!”

Ou para a Roubalheira ou paramos BH!!



FIGURA 29 – Manifestação em Belo Horizonte

5.6.3.3 Links e vídeos

¹¹¹ Sobre a chamada para a greve: Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/06/1299814-criador-de-evento-que-sugere-greve-geral-defende-armamento-e-se-diz-de-esquerda.shtml>>. Acesso em 13 jul. 2015

¹¹² Post do dia 18 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/526279364106164/photos/a.526283614105739.1073741826.526279364106164/526283617439072/?type=1&relevant_count=1>. Acesso em 20 jun. 2015.

A página Vem pra Rua também divulgou a agenda dos protestos em Belo Horizonte, com os links dos eventos do Facebook¹¹³. A agenda dos protestos foi a mesma encontrada nas outras páginas, mas no post não há nenhuma menção de que as informações divulgadas são de outras páginas.

AGENDA DE MANIFESTAÇÕES

Após manifestação de ontem (17/06) BH já está com a agenda cheia. Fique por dentro dos próximos eventos:

18 de Junho - Terça Feira

17:20 - ATO NA UFMG - BH ACORDOU! PARA TUDO NA ANTÔNIO CARLOS

<http://www.facebook.com/events/1388736971338987/?ref=ts&fref=ts>

18:00 - Assembleia Popular - Debates e rumos das atuais movimentações de BH

<http://www.facebook.com/events/267312986744309/>

19 de Junho - Quarta Feira

15:00 - (ATENÇÃO! EVENTO CANCELADO) O GIGANTE ACORDOU, E NINGUÉM PODE FICAR PARADO!

<http://www.facebook.com/events/168076010037635/?ref=14>

20 de Junho - Quinta Feira

Horário a confirmar - 3º ATO Nacional pela redução da passagem

[BH]<http://www.facebook.com/events/211554222325392/?ref=14>

22 de Junho - Sábado

14:00 - O GIGANTE ACORDOU!

<http://www.facebook.com/events/668104273205730/>

16:00 - Protesto Jogo Japão x México

<http://www.facebook.com/events/609514822392952/>

18:00 - HINO NACIONAL

<http://www.facebook.com/events/167206810123551/?ref=14>

23 de Junho - Domingo

MANIFESTO “ANTI-GLOBAL” - MUDE O CANAL OU DESLIGUE A TV

<http://www.facebook.com/events/517661924973846/?ref=14>

26 de Junho - Quarta feira

18:00 - SE A PASSAGEM NÃO BAIXAR, A CIDADE VAI PARAR!

<http://www.facebook.com/events/510768532315875/?ref=14>

Caso saibam de algum outro evento, avisem! O Vem Pra Rua BH fará o possível para trazer a melhor cobertura para vocês!

A página também compartilhou o link de um vídeo intitulado “Vem pra Rua aviso de protesto em Brasília”¹¹⁴. O vídeo mostrava a comunicação entre os manifestantes que estavam em frente ao Congresso Nacional. Esse tipo de comunicação mostrado no vídeo foi bastante comum nas manifestações: um grupo iniciava uma fala e o restante dos manifestantes reproduziam afim de que a informação alcançasse o maior número de pessoas que estava nos protestos. No vídeo, os manifestantes se chamavam as pessoas para estarem presentes no

¹¹³ Post do dia 18 de junho. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/526279364106164/posts/526298287437605>>. Acesso em 25 jun. 2015.

¹¹⁴ Publicado no dia 20 de junho de 2013. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/526279364106164/posts/527163240684443>>. Acesso em 26 jun. 2015.

próximo protesto. O vídeo encerra com os manifestantes gritando outra frase que ficou comum durante os protestos: “Amanhã vai ser maior!”.

... 1 Milhão ...
 ... 2 Milhões ...
 ... 20 MILHÕES ...



FIGURA 3046 – Link do vídeo "Vem pra Rua"

5.6.4 *Quadros de ação pessoal*

Na página foram identificadas diversas reivindicações, principalmente por meio de imagens, por demandas gerais, que era compartilhada por grande parte dos manifestantes que foram às ruas naquele período. Como veremos adiante, na página também foi encontrado memes, diferentemente das outras duas páginas analisadas.

5.6.4.1 Postagens textuais

Como a página reuniu poucas postagens com textos (apenas três) não foram identificados nelas importantes elementos formadores de quadros de ação pessoal.

5.6.4.2 Imagens

A página reuniu diversas imagens que foram identificadas como elementos formadores de quadros de ação pessoal. No post abaixo¹¹⁵, a página divulga o trecho da música gravada pelo grupo O Rappa, do qual se originou a frase “Vem pra rua!”. Como se sabe, a música foi feita para uma campanha de marketing da FIAT, que chamava as pessoas para torcerem para o Brasil durante a Copa das Confederações. No entanto, a mensagem da música foi entendida de forma diferente pelos manifestantes. “Vem pra rua, porque a rua é maior arquibancada do Brasil” convidava as pessoas a irem para ruas protestar e lutar pelos seus direitos.

#VemPraRuaBH



FIGURA 3147 – “Vem pra rua!” - chamada para participar dos protestos

¹¹⁵ Post do dia 24 de junho. Disponível em:

<https://www.facebook.com/526279364106164/photos/a.526283614105739.1073741826.526279364106164/528781797189254/?type=1&relevant_count=1>. Acesso em 28 jun. 2013

Em outra publicação¹¹⁶ a página divulga uma foto da bandeira do Brasil ao fundo e uma mensagem com as demandas gerais dos manifestantes. A bandeira do Brasil pode indicar um tom mais nacionalista e reforça a nossa ideia de que a página seguia um viés dos “coxinhas”. Isso porque muitos desses manifestantes “coxinhas” iam aos protestos com a bandeira do Brasil ou com a blusa da seleção brasileira de futebol, indicando um sinal de nacionalismo e amor ao país. A ideia de patriotismo muitas vezes está ligado a um viés mais conservador e reacionário.



FIGURA 3248 – Reivindicações dos protestos e bandeira do Brasil ao fundo

Também identificamos um meme¹¹⁷ que descreve um pouco a desconfiança e a insatisfação da população com a classe política. No entanto, uma personalidade política é identificada na foto: a Presidenta da República. Essa imagem reforça a nossa interpretação de que a página via a Presidenta como a principal responsável pelos problemas políticos relacionados à corrupção. O texto antes da imagem pede que Dilma tome uma atitude com relação a esses problemas.

É Dilma acho melhor você tomar uma atitude!!!
[#VemPraRuaBH](#)

¹¹⁶ Disponível em:

https://www.facebook.com/526279364106164/photos/a.526283614105739.1073741826.526279364106164/526290114105089/?type=1&relevant_count=1

¹¹⁷ Disponível em:

https://www.facebook.com/526279364106164/photos/a.526283614105739.1073741826.526279364106164/528782223855878/?type=1&relevant_count=1



FIGURA 3349 – Meme identificado na página

5.6.4.3 Links e Vídeos

Devido a um menor número de postagens da página não vai ser possível exemplificar os links e vídeos disponíveis sem repetir exemplos acima. Como foi dito, muitas dessas postagens continham mais de um elemento analisado. Em muitas delas, foi possível encontrar as três categorias de análise. Os quadros de ação pessoal, por exemplo, carregam grandes elementos mobilizadores. Nesse sentido, o vídeo mencionado acima na análise da mobilização, “Vem pra Rua aviso de protesto em Brasília”, também trazia elementos para construir quadros de ação pessoal. Primeiro pelo seu próprio título (Vem pra Rua) que foi um importante quadro de ação pessoal durante os protestos. Segundo porque o vídeo chamava os manifestantes para lutar por reivindicações gerais, como o fim corrupção, melhorias na saúde e educação.

5.7 **Considerações sobre as páginas**

A partir da análise feita, pudemos identificar que os conteúdos das páginas trouxeram muitos elementos de mobilização e organização (gráfico 4). Com relação à mobilização, esse fato não é surpreendente, uma vez que o período escolhido para análise foi de intensas

mobilizações no país e as chamadas e convites para os protestos eram compartilhadas intensamente nas redes sociais on-line. Além disso, ele reforça a ideia da opinião pública de que os protestos foram convocados pelas redes sociais on-line. Com relação à organização, ela foi vista com bastante frequência nas páginas da Assembleia Popular Horizontal e BH nas Ruas. Como já foi dito, identificamos nas postagens elementos relacionados às formas tradicionais de ação coletiva e também elementos organizativos da ação conectiva (BENNETT & SEGERBERG; 2013). Nesse sentido, uma grande parte das postagens da página BH nas Ruas estava relacionada à organização na ação conectiva. Dessa forma, a página foi importante para o processo organizativo das manifestações, uma vez que recebia as informações do que estava acontecendo e compartilhava em sua linha do tempo, contribuindo para a continuidade dos protestos. Além disso, ela utilizava seu alcance de divulgação para recrutar ajuda para os manifestantes (como foi o caso de pessoas oferecendo abrigos a quem precisasse).

Os quadros de ação pessoal, por sua vez, foram identificados principalmente na página Vem pra Rua BH. Isso pode ser justificado porque uma característica desses quadros é que eles são formados por demandas gerais. Como foi visto, o discurso predominante nas postagens da página se caracterizam por chamarem as pessoas a se indignarem com demandas generalistas, como o combate a corrupção, por exemplo. Além disso, o próprio nome da página estava relacionado ao principal quadro de ação durante os protestos.

Com relação às hashtags, elas foram encontradas nas postagens referentes a mobilização e aos quadros de ação pessoal (exceto no caso da hashtag #BHnasRuas, que foi usada muitas vezes para divulgar o nome da página). Isso justifica porque o próprio nome das principais hashtags encontradas já indicavam uma mobilização (#vempraruabH; #ocupacâmara; #ogiganteacordou). As hashtags #vempraruabH e #vempraruabh foram encontradas em todas as páginas analisadas, o que reforça a nossa ideia de que foi o quadro de ação pessoal mais importante durante os protestos. A hashtag #ogiganteacordou, no entanto, foi mencionada nas páginas BH nas Ruas e Vem pra Rua BH, mas não foi encontrada na página da Assembleia Popular Horizontal, o que nos reforça a ideia de uma certa rejeição com relação a essa expressão, muitas vezes associada ao grupo dos “coxinhas”. Como afirmamos anteriormente, muitos manifestantes não concordavam com essa expressão dizendo “Você acordou agora, mas a periferia nunca dormiu!”. Por outro lado, a hashtag #ocupacâmara, relacionada à ocupação da Câmara Municipal só foi encontrada na página da Assembleia Popular Horizontal, isso pode ser justificado porque a ocupação foi uma tomada de decisão da

própria APH, fruto da organização da Assembleia. A hashtag #BHnaRuas foi mencionada nas páginas BH nas Ruas, como foi visto, e na APH.

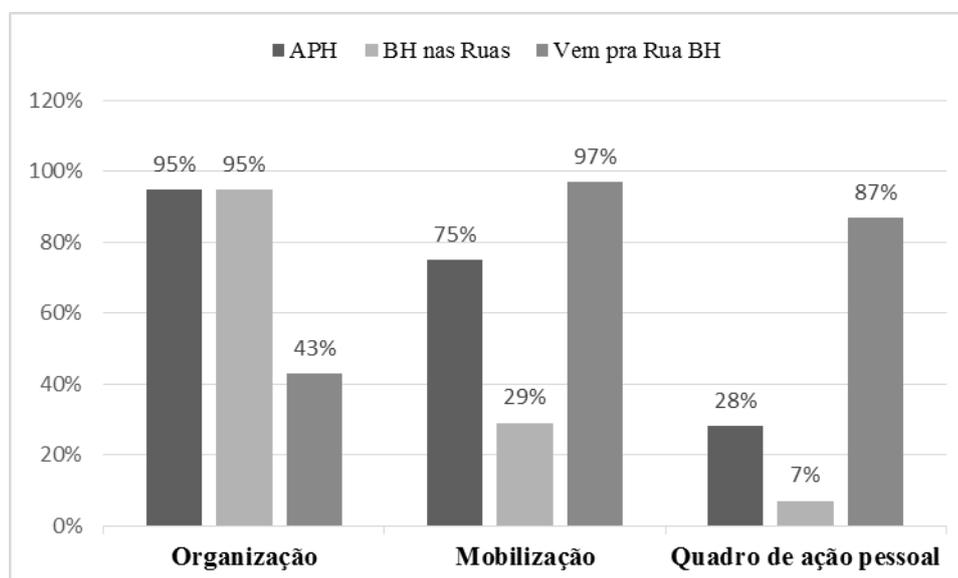


GRÁFICO 4 – Visão geral das categorias

A maioria dos posts nas três páginas eram de imagens (muitas deles associados com textos). As imagens coletadas em sua maioria eram fotos dos acontecimentos em Belo Horizonte (protestos, assembleias, ocupação) e também uma espécie de “folders on-line” continham textos com mensagens relacionadas aos protestos (chamadas para os protestos, pedidos de apoio, ou simplesmente uma reclamação). Nas três páginas analisadas foi encontrado somente um meme. O formato de imagem muitas vezes foi utilizado para chamar atenção do leitor. Esse fato corrobora com o nosso argumento de que, com a linguagem hipertextual da internet, textos, links, imagens e hashtags formam juntos a mensagem de cada post e para entendê-lo é preciso levar em conta todos os elementos que a compõe. Nesse sentido, foi fundamental para o avanço deste trabalho analisar as imagens publicadas, uma vez que a maior parte das publicações continham arquivos em formato de imagem. Ao negligenciarmos esses elementos provavelmente não conseguiríamos compreender fatos importantes relatados pelas páginas, correndo o risco de não entender o processo como um todo.

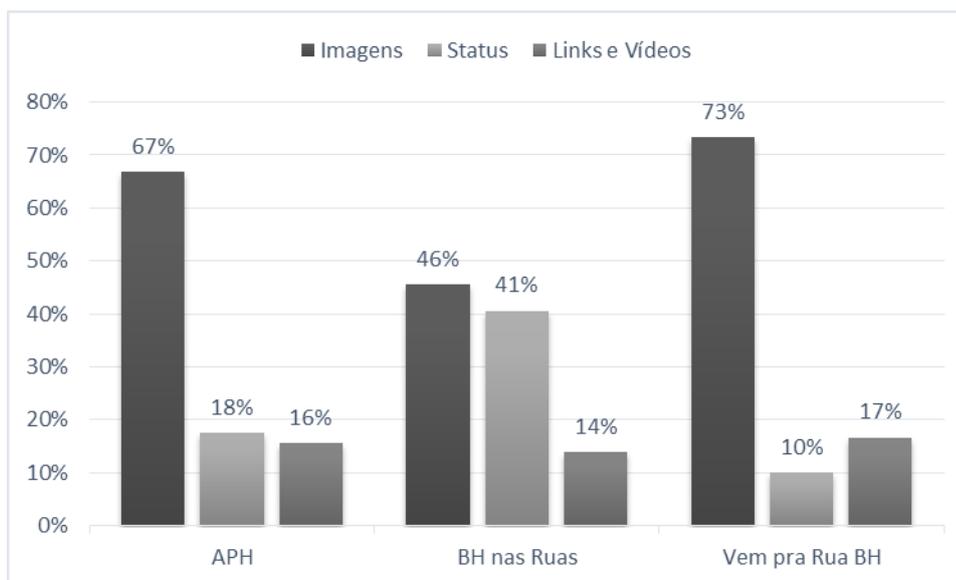


GRÁFICO 5 – Tipo de postagens

Com relação às atividades das páginas os dados mostram que os números de curtidas, compartilhamentos e comentários são bem diferentes em cada uma delas (tabela 6). A página BH nas Ruas teve um número de atividades bem acima das páginas da APH e Vem pra Rua BH. Esse grande número de atividades durante o período analisado pode indicar que a página se tornou referência no Facebook, sendo uma importante fonte de informação sobre as manifestações em Belo Horizonte. Apesar do entendimento de que a APH havia ganhado legitimidade durante as manifestações, o número de atividades das páginas foi bem menor do que a BH nas Ruas. Uma hipótese que pode ser explorada em trabalhos futuros é que quem acompanhava a página eram pessoas já engajadas na vida política, uma vez que as assembleias reuniram coletivos e movimentos sociais, ao passo que a página BH nas Ruas eram acompanhadas não só por cidadãos envolvidos na vida política, mas também aqueles que só queriam acompanhar o que estava acontecendo.

A página Vem pra Rua BH, no entanto, reuniu um pequeno número de atividades (bem como o número de postagens, se comparada com as outras páginas) durante o período analisado. Esperava-se, no entanto, que a página tivesse produzido um maior número de atividades, tanto de postagens como atividades de interação (curtidas, compartilhamentos e comentários). Isso porque o nome escolhido para a página era capaz de atrair bastantes seguidores durante aquele período.

TABELA 6
Atividades das páginas

Página	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	Total
APH	2.749	1.149	6.909	10.807
BH nas Ruas	281.745	4.984	107.496	414.225
Vem pra Rua BH	246	35	412	693

Cabe aqui ainda falar que a temática sobre táticas violentas dos manifestantes foi pouco abordada nas páginas analisadas. As páginas BH nas Ruas e APH divulgavam informações denunciando a violência policial contra os manifestantes e relatando atos de depredação durante os protestos. As duas páginas chegaram a divulgar em suas postagens chamadas para protestos pacíficos. Mas a página Vem pra Rua BH foi bem mais enfática ao condenar os atos de depredação, denominando os autores da ação como “vândalos” e “baderneiros”.

O uso de táticas violentas foi bastante discutido pelas manifestantes durante os protestos, como mostra o trabalho de Pereira e Perini (2014), principalmente nas Assembleias Populares. No entanto, nas postagens analisadas não foi possível perceber o grau de discussão da temática. Isso pode ser explicado porque nessa pesquisa não foram analisados os comentários (como no trabalho de PEREIRA & PERINI, 2014) referentes as postagens.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de dissertação teve o objetivo fazer uma discussão sobre as ações do confronto político contemporâneo à luz das tecnologias de informação e comunicação. Para isso, fizemos uma análise de conteúdo das postagens de três páginas do Facebook relacionadas aos protestos de junho de 2013 na cidade de Belo Horizonte: Assembleia Popular Horizontal; BH nas Ruas e Vem pra Rua BH. A partir de uma leitura e interpretação dos dados, procuramos identificar nas páginas três importantes elementos para as ações conectivas de confronto: organização, mobilização e quadros de ação pessoal.

Para desenvolver este trabalho foi necessário, primeiramente, retomarmos a discussão sobre ações políticas contenciosas a partir de uma revisão bibliográfica sobre a Teoria do Processo Político e suas vertentes. Também procuramos discutir sobre as ações políticas de confronto associadas ao uso da internet e quais mudanças elas estão trazendo para ação coletiva. Nesse sentido, nos apropriamos do conceito de Bennett e Segerberg (2013) de ações conectivas, entendidas por ações que são mediadas por redes digitais e formadas por quadros de ação pessoal. Elas se caracterizam por ampliar rapidamente, produzindo grandes mobilizações. Além disso, os quadros de ação pessoal permitem uma maior flexibilidade para fazer pontes entre diversas questões. As ações conectivas possuem a capacidade de construir repertórios que são facilmente adaptáveis.

Com a literatura trabalhada, propomos então uma análise para entender como três páginas do Facebook contribuíram para a articulação e organização dos protestos durante o mês junho em Belo Horizonte, MG. A pesquisa, no entanto, não teve a pretensão de entender todos os acontecimentos que permearam os protestos na capital mineira em 2013. Sabe-se que para isso seria necessária uma análise mais extensa, que englobaria pesquisas de mais páginas e redes sociais on-line, além de pesquisas nas mobilizações face a face. O que buscamos aqui foi entender um pouco mais sobre a ação conectiva, onde redes sociais on-line são também responsáveis pela dinâmica da ação (BENNETT & SEGERBERG, 2013). Nesse sentido, entendemos que as manifestações de junho podem ser identificadas no que Bennett & Segerberg (2013) definem como “ação conectiva possibilitada para a multidão”. Nesse tipo de ação, as redes sociais não só ajudam as interações face a face dos ativistas, mas também se tornam eixos organizadores da ação.

Apesar dos avanços nos últimos anos, a pesquisa em internet ainda é um grande desafio para os pesquisadores, seja pela dificuldade em coletar dados, o que implica algumas

vezes que o pesquisador tenha conhecimentos básicos em programação de computadores ou pela sistematização, uma vez que a quantidade de dados gerados é imensa. Mas sabe-se que as possibilidades de pesquisas em internet são inúmeras e o campo de estudo está constante em desenvolvimento. Os pesquisadores da internet têm procurado cada vez mais desenvolver e discutir métodos e possibilidades de pesquisas na área.

Neste trabalho, optamos por realizar uma análise de conteúdo das posts publicados nas três páginas escolhidas. No entanto, sabemos que a linguagem da internet é formada de hipertextos e uma análise de conteúdo em seus moldes tradicionais não seria suficiente para entendermos as publicações. Por isso, optamos em expandir a nossa análise de conteúdo de forma que fossem incorporados todos os elementos disponíveis no hipertexto. Assim, para nossa interpretação levamos em conta textos, imagens, links, vídeos bem como as e hashtags que aparecem nas postagens, uma vez que se entende que elas fazem parte do texto e, por isso, devem ser entendidos como elementos formadores das unidades de análise. A maior parte das postagens analisadas continha uma grande quantidade de imagens e links. Se tivéssemos nos concentrado somente nas mensagens textuais isso poderia nos levar a interpretações incompletas e até mesmo equivocadas. Ao realizarmos esse tipo de análise, esperamos de certa forma ter contribuído para o desenvolvimento dos métodos de estudos em internet.

Com os resultados da pesquisa podemos identificar um grande sentimento mobilizador nas publicações das páginas. Além das chamadas e convites para as manifestações, as páginas também divulgavam conteúdos que buscavam estimular as pessoas para engajar nas manifestações e na ocupação (este último visto com mais intensidade na página da APH). Isso reforça a ideia defendida pelos pesquisadores dos protestos políticos contemporâneos e replicada pela opinião pública de que os protestos foram convocados, em grande parte, pelas redes sociais on-line.

Ao falar que os protestos foram convocados pelo Facebook identificamos também o aspecto organizacional da ação conectiva, onde as redes assumiram o papel de eixos organizadores, juntamente com as interações face a face. A publicação de informações (tanto das próprias páginas quanto de cidadãos) sobre os protestos e as decisões sobre os próximos passos das ações contribuiu para a continuidade das manifestações. A página BH nas Ruas, por exemplo, teve um importante papel na organização ao compartilhar na sua linha do tempo informações sobre os protestos (muitas delas vindas dos próprios manifestantes), gerando um fluxo contínuo de troca e compartilhamento de informações.

Já os quadros de ação pessoal, característicos da ação conectiva, foram importantes para criar objetos de luta em comum para os manifestantes e, conseqüentemente, mobilizarem para os protestos. Várias frases difundidas durante os protestos podem aqui ser identificadas como quadros de ação pessoal, como é o caso do “Vem pra Rua” e o “Gigante Acordou”. Apesar da sua relevância, os quadros de ação pessoal foram os menos identificados nas postagens da APH e BH nas Ruas.

A pesquisa apresenta ainda certas limitações no que diz respeito à análise das páginas, uma vez que não explora os comentários relacionados aos posts analisados, o que não nos permitiu conhecer como os seguidores das páginas tratavam os temas abordados. Para pesquisas futuras, busca-se estender a análise para que seja possível também englobar os comentários, a fim de entender como os seguidores recebem as publicações. Analisar o conteúdo dos comentários poderia nos levar a achados interessantes sobre discussões importantes que nortearam os protestos, como foi o caso das ações violentas. No entanto, a nosso ver, a análise dos comentários requer uma discussão ética sobre o uso de conteúdo sem autorização. Espera-se então que, com este trabalho, possamos contribuir para o avanço dos estudos em internet e política, em especial, ampliar cada vez mais o debate acadêmico sobre as ações políticas de confronto contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Livia Moreira de e D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. **Redes de Movimentos Sociais e Intervenção na Esfera Pública Interconectada**: um estudo da campanha pelo limite da terra na internet. Trabalho apresentado no 36º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2012.

ALMEIDA, Helga. Cyberativismo e Primavera Árabe: um estudo sobre o uso da Internet no Egito para a construção da grande ruptura de 2011. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**. Vol. 1, n. 2, 2013.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. **Revista Sociologia e Antropologia**. Vol. 02.03, 2012.

ALONSO, Angela; BOTELHO, André. Repertórios de Ação Coletiva e Confrontos Políticos: Entrevista com Sidney Tarrow. **Sociologia & Antropologia**. Vol. 02.03: p. 11-19, 2012.

ALONSO, Angela. **As teorias dos Novos Movimentos Sociais**: um balanço do debate. Lua Nova: São Paulo, 2009

ANDUIZA, Eva; CRISTANCHO, Camilo; SABUCEDO, José M. Mobilization through online social networks: the political protest of the indignados in Spain. **Information, Communication & Society**, 17:6, 750-764, 2014.

ASSANGE, J. **Cypherpunks – liberdade e o futuro da internet**. São Paulo: Boitempo, 2013.

AUYERO, Javier. **Routine Politics and Violence in Argentina**: The Gray Zone of State Power. New York: Cambridge University Press, 2007.

_____. The judge, the cop, and the queen of carnival: Ethnography, storytelling, and the (contested) meanings of protest. **Theory and Society**, 31, 2002

ALZAMORA, Geane; ARCE, Tacyana e UTSCHE, Raquel. Acontecimentos agenciados em rede. Os eventos no Facebook no dispositivo protesto. In: **Ruas e Redes. Dinâmicas dos ProtestosBR**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2014.

BARBER, Benjamin R. Three Scenarios for the Future of Technology and Strong Democracy. **Political Science Quarterly**, Vol. 113, No. 4, 1999.

BENNET, W. Lance and TOFT, Amoshaun. Identity, technology and narratives: transnational activism and social networks. In: **The Routledge Handbook of Internet Politics**. New York: Routledge, 2010.

BENNET, W. Lance and SEGERBERG. The Logic of Connective Action: Digital media and personalization of contentious politics. **Information, Communication & Society**. Vol. 15, n. 05, 2012.

BENNETT, W. Lance and SEGERBERG, Alexandra. **The Logic of Connective Action: Digital Media and the personalization of Contentious Politics**. Cambridge. New York, 2013.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra e WALKER, Shawn. Organization in the crowd: peer production in large-scale networked protests. **Information, Communication & Society**. London: Routledge, 2014.

BIMBER, Bruce; STOHL, Cynthia and FLANAGIN, Andrew. Technological change and the shifting nature of political organization. In: CHADWICK, A. and HOWARD, P. **The Routledge Handbook of Internet Politics**. New York: Routledge, 2009.

BLUMER, Herbert. **Symbolic Interactionism**. New Jersey: Ed. Prentice-Hall, 1969.

BORELLI, Silvia Helena Simões e OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves. **Jovens Urbanos, Cultura e Novas Práticas Políticas: Acontecimentos Estético-Culturais e Produção Acadêmica Brasileira (1960-2000)**. Trabalho apresentado no XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul: 2010

BRAGA, S. **O papel das TICs na institucionalização da democracia: Um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul com destaque para o Brasil**. Brasília. Plenário, 2007.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow (Comentários ao artigo de Sidney Tarrow). **Revista Política e Sociedade**, Vol. 10, 2011.

_____ Com, Contra e para Além De Charles Tilly: Mudanças Teóricas no Estudo das Ações Coletivas e dos Movimentos Sociais. **Revista Sociologia e Antropologia**, Vol. 02, 2012.

BUECHLER, Steven. The strange Career of Strain and Breakdown Theories of Collective Action. In: SNOW, D.A, SOULE, Sarah A. and KRIESI, Hanspeter **The Blackwell Companion to social movements**. Blackwell Publishing, 2006.

CARDON, Dominique. **A Democracia Internet**. Promessas e Limites. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CARREIRO, Rodrigo. **Black Bloc em ação: reforço de identidade e outras dinâmicas de ativismo no Facebook**. Liinc em Revista. V. 10, Rio de Janeiro: 2014.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHADWICK, Andrew. **Internet Politics** – States, citizens, and new communication technologies. Oxford: Oxford University Press, 2006.

CHADWICK, Andrew. Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. **A Journal of Law and Policy a Journal of Law and Policy**. Vol 5, 2009.

CHADWICK, Andrew and HOWARD, Philip N. New directions in internet politics research. **The Routledge Handbook of Internet Politics**. New York: Routledge, 2009.

COTTLE, Simon. Reporting demonstrations: the changing media politics of dissent. **Media Culture Society**. Sage, 2008.

CRUZ, M. M. e FERREIRA, M.A.S. **Abordagem qualitativa na pesquisa em internet e política: possibilidades e limitações de um estudo de caso**. Trabalho apresentado no IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP. Brasília, 2014.

DALBERG, Lincoln; SIAPER, Eugenia. Introduction: Tracing Radical Democracy and Internet. In: DALBERG, Lincoln and SIAPER, Eugenia. Radical. **Democracy and Internet**. Interrogating Theory and Practice. New York. Palgrave Macmillan, 2007.

DELLA PORTA, Donatella and DIANI, Mario. **Social movements: an introduction**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

DELLA PORTA, Donatella. **E-Democracy?** New Technologies and Democratic Deepening. In: *Can Democracy Be Saved? Participation, Deliberation and Social Movements*. Cambridge: Polity Press, 2013.

DUARTE, Gabriel Guerra. **Política nas ruas da internet: ativismo transnacional na web**. Dissertação de Mestrado, 2012.

EARL, Jennifer e KIMPORT, Katrina. *Digitally Enabled Social Change*. Massachusetts: The MIT Press, 2011.

EDWARDS, B. and McCarthy, J. D. Resources and Social Movement Mobilization In: SNOW, D.A, SOULE, Sarah A. and KRIESI, Hanspeter **The Blackwell Companion to social movements**. Blackwell Publishing, 2006.

EDWARDS, Gemma. **Social movements and protest**. New York: Cambridge University Press, 2014.

FERGUSON, M. Estratégias de Governo Eletrônico: o cenário internacional em desenvolvimento. In: EISENBERG, J. CEPIK, M. (Org.). **Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FERREIRA, Maria Alice Silveira. **As emoções e a linguagem no Facebook: elementos para o protesto político?**. Artigo apresentado no 5º Congresso Uruguaio de Ciência Política, 2014.

FERRER, F; SANTOS, P. (Org). *E-government – O Governo Eletrônico no Brasil*. (Prefácio e Introdução). São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução à Coleção Pesquisa Qualitativa**. In: GIBBS, Graham. *Análise de Dados Qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNG, A. Varieties of Participation in Complex Governance. **Public Administration Review**, December 2006.

GADEA, Carlos. O Interacionismo Simbólico e os estudos sobre cultura e poder. **Revista Sociedade e Estado**, Vol. 28, n. 2, maio/agosto, 2013.

GAMSON, W. **Talking Politics**. New York: Cambridge University Press, 1992.

GAMSON, W. Constructing Social Protest. In: JOHNSTON, H., KLANDERMANS, Bert. **Social Movements and Culture**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

_____. MEYER, D. Framing political opportunity. In: McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. (Ed.). **Comparative perspectives on social movements**. Cambridge University Press, 1996.

GAUTNEY, Heather. Introduction: The Beginning of the Beginning. In: *Protest and Organization in the alternative Era. NGO's, Social Movements and Political Parties*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

GIUGNI, M. **Structure and culture in social movement theory**. *Sociological Forum*, vol. 13, no 2, June. 1998.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis. Los marcos de la experiencia*. Madrid: Ed. Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.

GOMES, Wilson. **Democracia Digital: Que Democracia?** II Encontro Nacional de Pesquisadores em Comunicação e Política - COMPOLÍTICA, 2007.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, 1973.

HIDMAN, Matthew. **The Myth of Democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

HOWARD, Philip N.; DUFFY, Aiden; FREELON, Deen; HUSSAIN, Muzammil; MARI, Will; MAZAI, Marwa. *Opening Closed Regimes. What Was the Role of Social Media During the Arab Spring?* Project on Information and Technology & Political Islam, 2011.

JENKINS, J. Craig and KLANDERMANS, Bert. The Politics Of Social Protest. In: **The Politics Of Social Protest - Comparative Perspectives On States And Social Movements**. London .UCL Press, 2005

JESSEN Michael J. and BANG, Henrik P. *Occupy Wall Street: A New Political Form of Movement and Community?* *Journal of Information Technology & Politics*. Routledge, 2013.

JOHNSON, Thomas J.; ZHANG, WEIWU Bichard, SHANNON L. e SELTZER, Trent. United we stand? Online Social Network Sites and Civic Engagement. In: Papacharissi, Zizi. *A Networked Self Identity*. Routledge: New York, 2011.

JUDENSNAIDER, Elena [et al]. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. Sao Paulo: Veneta: 2013.

KAUFMAN, D. A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. São Paulo: Galaxia n. 23, 2012.

KLANDERMANS, **Bert** and ROGGEBAND, Conny. **The Handbook of social movements** -. New York. Springer Science, 2007

KRIESI, Hanspeter. The Political Opportunity Structure of New Social Movements: Its Impact on Their Mobilization, In: JENKINS, J. Craig and KLANDERMANS, Bert **The Politics Of Social Protest - Comparative Perspectives On States And Social Movements** . London .UCL Press, 2005

_____. Political context and opportunity. In: **The Blackwell Companion to social movements**. Blackwell Publishin, 2006.

KOOPMANS, R. Protest in time and space: The evolution of waves of contention. In: SNOW, D.A, SOULE, Sarah A. and KRIESI, Hanspeter. **The Blackwell Companion to social movements**. Blackwell Publishin, 2006.

KURZMAN, C. Structural opportunity and perceived opportunity in social movement theory: the Iranian revolution of 1979. In: McAdam , D.; Snow , D. **Social movements readings on their emergence, mobilization and dynamics**: Roxbury. Los Angeles, 1997.

LEMOS, André. *Cibercultura. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LIM, Merlyna. Clicks, Cabs, and Coffee Houses: Social Media and Oppositional Movements in Egypt, 2004–2011. *Journal of Communication*, 2012.

MALINI, Fábio. ANTOUN, Henrique. *@internet e #rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARICATO et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARGETTS, H. *The Internet and Democracy*. In: *The Oxford Handbook of Internet Studies*. New York: Oxford University Press, 2013.

MARQUES, Francisco P. J. A. e MIOLA, Edna. *Internet e Parlamento Um estudo dos mecanismos de participação oferecidos pelo Poder Legislativo através de ferramentas online*. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/157/158>

MARQUES, Francisco P. J. A.; AQUINO, Jackson Alves de e MIOLA, Edna. *Deputados brasileiros no Twitter: um estudo quantitativo dos padrões de adoção e uso da ferramenta*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº14. Brasília, 2014.

MARTINEZ-TORRES, Maria Helena. *Civil Society, the Internet, and the Zapatistas*. *Peace Review* 13:3, 2001

McADAM, D. **Political process and the development of black insurgency**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

MCADAM, D.; TARROW, S. and TILLY. **Para mapear o confronto político**. Lua Nova, 76: São Paulo, 2009.

MCADAM, D.; TARROW, S. and TILLY, C. **Dynamics of Contentious**. New York: Cambridge University Press, 2001.

MCADAM, Doug. *Conceptual origins, currents problems, future directions*. In: MCADAM, Doug.; MCCARTHY, John. and ZALD, Mayer N. **Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. New York: Cambridge University Press, 1996.

MCCARTHY, J D. and ZALD, M.N. *The Trend of Social Movements in America: Professionalization and Resource Mobilization*. Morristown. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. American, 1973

_____. **“Resource mobilization and social movements: a partial theory”**. *American Journal of Sociology*, vol. 82, no 6, 1977.

MCPHAIL, Clark; SCHWEINGRUBER, David; MCCARTHY, John. Policing Protest in the United States:1960-1995. In: della Porta, D. Reiter, H. Policing protest: the control of mass demonstrations in Western democracies. Minneapolis: Minnesota Pres, 1998.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino de; PEREIRA, Marcus Abílio Gomes. **Democracia digital e deliberação online: um estudo de caso sobre o VotenaWeb**. Trabalho apresentado no IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública WAPOR. Belo Horizonte, 2011.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino de; Amaral, Ernesto Friedrich de Lima. **Deliberação online em consultas públicas? O caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais**. Revista Sociologia e Política, vol 22. Curitiba: 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino de; ERCAN, Selen. Deliberation and Protest: Strange Bedfellows? Revealing the Deliberative Potential of 2013 Protests in Brazil and Turkey. Paper apresentado na APSA Conference, 2014.

MEYER, David S. Why protest? The origins of movements, Opportunities, and Organizations. In: **The Politics of Protest – Social Movements in America**. Oxford. Oxford University Press, 2007.

MEYER, David S. Becoming an Activist. In: **The Politics of Protest – Social Movements in America**. Oxford. Oxford University Press, 2007.

MEYER, David S. The Strategy and Tactics of Social Protest. In: **The Politics of Protest – Social Movements in America**. Oxford. Oxford University Press, 2007.

MEYER, David S. Civil Disobedience. In: **The Politics of Protest – Social Movements in America**. Oxford. Oxford University Press, 2007.

MEYER, David S. Opportunities and Identities: Bridge-Building in the Study of Social Movements. In: MEYER, David S., WHITTIER, Nancy and ROBNETT, Belind. **Social Movements – Identity, culture and state**. Oxford University Press, 2002.

MELUCCI, Alberto. Challenging codes: Collective action in the information age. New York, Press Syndicate of the University of Cambridge, 1996.

MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos. Redes de jovens e participação política**. Revista Brasileira de Educação. n.ºs 5 e 6, 1997.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: Maricato et Al. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a Democracia: Ensaio sobre o Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

NORRIS, Pipa. *Democratic Phoenix – Reinventing political activism*. Cambridge University Press, 2002.

_____. Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites. In: *Party Politics*, vol. 9, nº1, 2003.

OLIVEIRA, Leandro Silva de. **Contra o quê luta o Movimento Estudantil no Chile?** Revista Segurança Urbana e Juventude, 2011.

OLSON, M. **The logic of collective action**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1965.

ORTIZ, Elaine e SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Redes Sociais, Censura Privada e Modulação**. Trabalho apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013

PARRA, Henrique Z. M. **Controle social e prática hacker: tecnopolítica e ciberpolítica em redes digitais**. Trabalho apresentado no 35º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2011.

PEREIRA, M. A. G. O caráter polipotencial da Internet e suas consequências para a Democracia. In: BRAGA, Adriana (org.). **CMC, Identidades e Gênero: Teoria e Método**. Covilhã: Serviços Gráficos da Universidade Beira Interior, 2005

PEREIRA, M.A.G. *Cyberactivismo e democracia: Movimentos sociais e novos repertórios de acção*. Tese de doutorado, 2008.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. In: *Revista Teoria e Sociedade*, 2011.

PEREIRA, M. A; SÁTYRO, N. G. D. **Os deputados estaduais mineiros e a apropriação da internet**. (no prelo)

PEREIRA, M. A. **Ação Coletiva e Facebook** – Organização, Identidade e Mobilização do Comitê Popular dos Atingidos Pela Copa (Copac-BH), 2015. (no prelo)

PEREIRA, M. A e Santos, P.P. Violência coletiva e o Facebook – os protestos de junho de 2013 no Brasil. Trabalho apresentado no IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP. Brasília, 2014.

PICHARDO, Nelson A. **New Social Movements: A Critical Review**. Annual Review of Sociology, Vol 23. P. 411-430, 1997.

POMAR, Marcelo. Introdução: não foi um raio em céu azul. In: JUDENSNAIDER, Elena [et al]. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. Sao Paulo: Veneta: 2013.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
RICCI, Rudá e ARLEY, Patrick. **Nas ruas. A outra política que emergiu em junho de 2013**. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. **Individualismo em Rede: uma proposta de análise para o engajamento digital em ações conectivas**. Trabalho apresentado no II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas. Campinas, 2015.

SAVAZONI, R.; MACHADO, M e SILVEIRA, S. A. **AS MÚLTIPLAS FACES DOS ANONYMOUS: hacking político nas redes digitais**. Trabalho apresentado no 36º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de Rua no Brasil 2013: encontros e **desencontros na política**. Caderno SRH. Salvador, 2014.

SILVA, Regina Helena Alves da; ZIVIANI, Paula. Apresentação. In SILVA, Regina Helena Alves da (Org.). **Ruas e Redes. Dinâmicas dos ProtestosBR.**: Belo Horizonte: Autentica Editora, 2014.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Novas Dimensões da Política: Protocolos e códigos na esfera pública interconectada**. Revista Sociologia e Política. Vol 17, n.34, 2009.

_____. As políticas da sociedade informacional, propriedade imaterial e cultura digital. Comunicação & Sociedade. Ano 33, n. 57. 2012

SMELSER, N. **Theory of collective behavior**. London: Routledge & Kegan Paul, 1962.

SOLANO, Esther, PAES, Bruno e NOVAES, Willian. **Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc**. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

TARROW, Sidney. **Repertoires of Contentious Language**. In: *The Language of Contention. Revolution in Words, 1688-2012*. Cambridge University Press, 2013.

TARROW, S. *Democracy and disorder: protest and politics in Italy, 1965-1975*. Oxford e New York: Oxford University Press, 1989.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

TARROW, Sidney. *Stranger at the Gates. Movements and States in Contentious Politics*. Cambridge University Press, 2012.

TILLY, Charles. *Claims of Performances*. In: **Contentious Performances**. New York: Cambridge University Press, 2008.

_____, **Popular contention in Britain, 1758-1834**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

_____. **From mobilization to revolution**. Reading, Mass.: Addison- Wesley, 1978.

TILLY, C. and WOOD, L.J. **Social Movements: 1768-2013**. London: Paradigm Publishers, 2013.

TOURAINÉ, Alain. *O sujeito como Movimento Social*. In: **Crítica da Modernidade**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1994.

TOURAINÉ, Alain . *Os movimentos Sociais*. In: **Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TRERÉ, Emiliano. *Social Movements as Information Ecologies: Exploring the Coevolution of Multiple Internet Technologies for Activism*. *International Journal of Communication* 6, 2012.

TURNER, R. E KILLIAN, L. **Collective Behavior**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1972.

SNOW, D. and BENFORD, R. Master frames and cycles of protest. In: MORRIS, A. and MUELLER, M. (eds.) **Frontiers in social movement theory**. New Haven: Yale University Press, 1992.

SNOW, David A. **Framing processes, Ideology, and Discursive Fields**. In: SNOW, D.A, SOULE, Sarah A. and Kriesi, Hanspeter *The Blackwell Companion to social movements*. Blackwell Publishin, 2006.

SNOW, David A. and Benford, Robert D. **Framing processes and social movements :An Overview and Assessment**. *Annual Review of Sociology*, Vol 26, 2000.

VAN DICK, José. Facebook as a tool for Producing Sociality and Connectivity. *Television and New Media*, 2012.

VAN LAER, Jeroen and VAN AELST, Laer. **Internet nnd Social Movement Action Repertoires - Opportunities And Limitations**. *Information, Communication & Society* Vol. 13, No. 8, 2010.

ZALD, Mayer N. Culture, ideology and strategic framing. In: In: MCADAM, Doug.; MCCARTHY, John. and ZALD, Mayer N. **Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. New York: Cambridge University Press, 1996.

ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.